GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE ENSINO DE SEGURANÇA DO PARÁ

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI

2025 / 2034



Marituba - PA
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

© 2024 - Instituto de Ensino de Segurança do Pará - IESP
Todos os direitos reservados. Qualquer parte desta publicação poderá ser reproduzida desde que citada a fonte. Este documento poderá ser acessado, na íntegra, no site do Instituto de Ensino de Segurança do Pará: https://iesp.segup.pa.gov.br/

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca: DPC Kátia do Socorro Sousa Limas e Freitas

I59 Instituto de Ensino de Segurança do Pará.
Plano Desenvolvimento Institucional (2025-2034) / Instituto de Ensino de Segurança do Pará; organizado pela Comissão Elaboradora;
– Matituba, PA: SEGUP, 2024.

135f.: II. 30cm x 27cm.

ISBN: 978-65-82928-01-7

1. Gestão. 2. Educação Superior. 3. Qualidade Institucional. 4. Instituto de Ensino de Segurança do Pará. I. Titulo

CDD 370

Elaborado por Aureliana de Brito Matoso Responsável - CRB2ª/1842

Índice para catálogo sistemático

Educação Superior 378
Administração e gestão educacional 371.2
Instituição de Ensino Superior 378

DIRIGENTES DO IESP

Ualame Fialho Machado
Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará

Walder Braga de Carvalho - CEL QOPM/PA
Diretor do Instituto de Ensino de Segurança do Pará

COORDENAÇÕES:

Mônica Figueiredo Veloso - CEL QOBM/PA
Coordenadora de Ensino Superior - CES

Telma Agostinha Alves de Avelar - DPC/PA
Coordenadora de Ensino Profissional - CEP

Fábio José Carmona dos Santos - TEN CEL QOPM/PA
Coordenador de Ensino Complementar - CEC

Luciana Lopes da Silva Oliveira - MAJ QOPM/PA
Coordenadora de Campi

ORGANIZAÇÃO DO PDI

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PDI

Portarias n° 61 e nº 71/2024 - GAB. IESP

PRESIDENTE DA COMISSÃO

Mônica Figueiredo Veloso - CEL QOBM/PA

COLABORADORES TÉCNICOS

Maria Adriana Freire Ribeiro - 2º SGT BM/PA

Aureliana de Brito Matoso - 3º SGT BM/PA

Arinilson dos Santos Nascimento - 3º SGT BM/PA

PRODUÇÃO GRÁFICA DIGITAL

Alessandro Souza Araújo - 2º SGT BM/PA

MEMBROS

Telma Agostinha Alves de Avelar - DPC/PA

Ricardo Luis Gomes de Menezes - DPC/PA

Glauco Pereira de Medeiros - CEL QOPM/PA

Elson Luiz Brito da Silva - CEL QOPM RR/PA

Fábio José Carmona dos Santos - TEN CEL QOPM/PA

Thiago Santhiaelle de Carvalho - TEN CEL QOBM/PA

Luciana Lopes da Silva Oliveira - MAJ QOPM/PA

João Batista Pinheiro - MAJ QOBM RR/PA

Fábio Wendell Lima da Luz - SUBTEN BM RR/PA

Arinilson dos Santos Nascimento - 3º SGT BM/PA

Sônia da Costa Passos - Profa. Dra.

Waldilene Lisboa de Souza - Profa. Esp.

Wivianne Silveira de Araújo - Profa. Esp.

Elisoneide de Nazaré Freitas Rodrigues Jordy - Profa. Esp.

UNIDADES ACADÊMICAS

Academia de Polícia Civil
Waldir Freire Cardoso - DPC/PA

Academia de Polícia Militar
Glauco Pereira de Medeiros - CEL QOPM/PA

Academia Bombeiro Militar
Anderson Costa Campos - TEN CEL QOBM/PA

Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
Fabio Raimundo de Sales Brito - TEN CEL QOPM/PA

Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização
Manoel Leonardo Costa Sarges - TEN CEL QOBM/PA

Escola de Administração Penitenciária
Paulo Rocha Cunha

CONTATOS E INFORMAÇÕES

iesp.pa.gov.br
gabinete@iesp.pa.gov.br
Rod. BR-316, s/nº, Km 13, Marituba – PA, CEP 67.200-000

APRESENTAÇÃO

Nomeado pela Portaria nº 3085/2023-CCG, de 31/10/2023
DOE nº 35.594, de 01/11/2023



A modernidade nos impõe compreender uma dinâmica social cada vez mais acelerada. No campo da segurança pública e da defesa social, essa realidade torna o trabalho ainda mais complexo e desafiador, exigindo tanto a adequada definição dos equipamentos necessários ao desempenho das atividades quanto a qualificação permanente dos agentes públicos dos órgãos que compõem o Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS).

Nesse cenário, apresento a reformulação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025–2034 do Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP). O PDI é o principal instrumento de planejamento estratégico de uma instituição de ensino, responsável por definir sua identidade, missão, visão, objetivos, metas, políticas acadêmicas e administrativas, bem como as diretrizes que orientarão sua atuação pelos próximos anos. Para uma instituição voltada à formação de profissionais da segurança pública, sua importância é ainda maior: o PDI organiza o funcionamento institucional, garante a coerência entre ensino, pesquisa e extensão, fortalece a qualidade da formação oferecida e assegura alinhamento às demandas da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) e às normativas educacionais vigentes.

A elaboração deste PDI foi conduzida pela Comissão instituída pelas Portarias nº 61, de 15 de agosto de 2024, e nº 71, de 18 de novembro de 2024, com apoio de colaboradores técnicos, bem como com a participação da comunidade interna e externa, por meio do Fórum de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, formulários, e-mails e debates em ambiente virtual. Trata-se, portanto, de um trabalho coletivo, construído a partir de diversas perspectivas educacionais, pedagógicas e metodológicas.

O PDI apresenta diagnóstico atualizado do Instituto e define objetivos e metas estratégicas para o período de 2025 a 2034. Por se tratar de uma política pública dinâmica, sua execução requer monitoramento contínuo, crítico e orientado ao aprimoramento dos processos institucionais. O PDI também expressa as políticas acadêmicas e administrativas do Instituto, alinhadas à cultura, identidade e vocação do profissional de segurança pública e à realidade institucional. Após sua homologação, consolida-se como compromisso formal do IESP com a comunidade acadêmica, com o Ministério da Educação (MEC), por meio do Conselho Estadual de Educação (CEE), e com a sociedade.

Registro meus agradecimentos a todo o efetivo do IESP, aos gestores dos órgãos que compõem o Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, aos gestores das unidades acadêmicas e a todos os colaboradores envolvidos na elaboração deste PDI.

Estamos convictos de que os avanços decorrentes da aprovação deste Plano contribuirão decisivamente para a formação, capacitação e qualificação dos atuais e futuros agentes de segurança pública do Estado, posicionando o Instituto na vanguarda da educação integrada no Brasil. Por meio de ações voltadas ao desenvolvimento e à implementação de políticas públicas nos eixos de ensino, pesquisa e extensão, reafirmamos nosso compromisso com a oferta de serviços educacionais de excelência à sociedade paraense.

Walder Braga de Carvalho - CEL QOPM
Diretor do IESP

LISTA DE SIGLAS

ABM — Academia Bombeiro Militar
ABP — Aprendizagem Baseada em Problemas
ACADEPOL — Academia de Polícia Civil
AMOR — Projeto Artes Marciais Operando Resultados
APM — Academia de Polícia Militar
ARP — Aeronaves Remotamente Tripuladas
BM — Bombeiro Militar
CAO — Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
CAS — Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos
CBMPA — Corpo de Bombeiros Militar do Pará
CBO — Classificação Brasileira de Ocupações
CCG — Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará
CEC — Coordenadoria de Ensino Complementar
CEE/PA — Conselho Estadual de Educação do Pará
CEP — Coordenadoria de Ensino Profissional
CES — Coordenadoria de Ensino Superior
CFAE — Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização
CFAP — Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFO — Curso de Formação de Oficiais
CGS — Curso de Adaptação à Graduação de 3º Sargento
CGT — Coordenador de Grupo de Trabalho
CHO — Curso de Habilitação de Oficiais
CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSEG — Conselhos Comunitários de Segurança
CONSEP — Conselho Estadual de Segurança Pública
CONSUP — Conselho Superior do IESP
CPA — Comissão Própria de Avaliação
CSP — Curso Superior de Polícia
CSPBM — Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar
DETRAN/PA — Departamento de Trânsito do Estado do Pará
DOE — Diário Oficial do Estado
DPS — Diretoria de Políticas de Segurança Pública e Prevenção Social
EAD — Educação a Distância
EAP — Escola de Administração Penitenciária
EKIESP — Escola de Karatê do IESP
FOFA — Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
GAB — Gabinete
GT/GTs — Grupo de Trabalho / Grupos de Trabalho
IA — Inteligência Artificial
IC — Iniciação Científica
IES — Instituição de Educação Superior

IESP — Instituto de Ensino de Segurança do Pará
LDB — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCN — Matriz Curricular Nacional
MEC — Ministério da Educação
NAS — Núcleo de Atenção à Saúde
NCFP — Núcleo de Capacitação Física Profissional
NID — Núcleo de Informação e Documentação
ODS — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PCEPA — Polícia Científica do Estado do Pará
PCPA — Polícia Civil do Pará
PDI — Plano de Desenvolvimento Institucional
PII — Política Institucional de Inovação
PM — Polícia Militar
PMPA — Polícia Militar do Pará
PPCs — Projetos Pedagógicos de Cursos
PPGTEC — Programa de Pós-Graduação em Tecnologia
QOBM — Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares
QOPM — Quadro de Oficiais Policiais-Militares
SA — Seminário Acadêmico
SEAP — Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
SEAT — Segurança Pública e Educação ao Alcance de Todos
SEDUC — Secretaria de Estado de Educação
SEGUP — Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
SENASP — Secretaria Nacional de Segurança Pública
SERES — Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
SGPI — Sistema de Gestão de Propriedade Intelectual
SIEDS — Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social
SIG — Sistema de Informações Gerenciais
SINAES — Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SMART — Específico, Mensurável, Alcançável, Relevante e Temporal
SWOT — Análise de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças
TCC — Trabalho de Conclusão de Curso
TED — Termos de Execução Descentralizada
TI — Tecnologia da Informação
TICs — Tecnologias da Informação e Comunicação
UEPA — Universidade do Estado do Pará
UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivo 1 com duas metas para 2025–2034, com ações, estratégias e percentuais de alcance. ····· 34

Quadro 2 – Objetivo 2 com duas metas para 2025–2034, com ações, estratégias e percentuais de alcance. ····· 35

Quadro 3 – Objetivo 3 com três metas para 2025–2034, com ações, estratégias e percentuais de alcance. ····· 36

Quadro 4 – Objetivo 4 com três metas para 2025–2034, com ações, estratégias e percentuais de alcance. ····· 37

Quadro 5 – Objetivo 5 com quatro metas para o período de 2025 a 2034 para aprimorar a política de extensão do IESP. ····· 38

Quadro 6 – Objetivo 6 com duas metas para 2025–2034, com ações, estratégias e percentuais de alcance. ····· 39

Quadro 7 – Objetivo 7 com sete metas para 2025–2034, com diretrizes, ações e estratégias para a modernização tecnológica e comunicação institucional do IESP. ····· 40

Quadro 8 – Objetivo 8 com seis metas para 2025–2034, com ações e estratégias. ····· 42

Quadro 9 – Objetivo 9 com quatro metas para 2025–2034, com ações e estratégias. ····· 44

Quadro 10 – Objetivo 10 com três metas para 2025–2034, com ações e estratégias. ····· 45

Quadro 11 – Objetivo 11 com quatro metas para 2025–2034, apresentando ações, estratégias e vínculo com a expansão de cursos ····· 46

Quadro 12 – Objetivo 12 com cinco metas para 2025–2034, apresentando ações, estratégias e vínculos com a expansão de cursos. ····· 47

Quadro 13 – Objetivo 13 com quatro metas para 2025–2034, apresentando ações, estratégias e vínculos com a expansão de cursos. ····· 48

Quadro 14 – Estrutura, composição e competências do Conselho Superior do IESP, apresentadas de forma organizada e descritiva. ····· 52

Quadro 15 – Estrutura, composição e competências da Diretoria do IESP, apresentadas de forma organizada e descritiva. ····· 53

Quadro 16 – Cursos supervisionados pela CES/IESP, segundo o objetivo formativo, nível/titulação, público-alvo e modalidade: Formação Inicial ····· 54

Quadro 17 – Cursos executados pela CES/IESP, segundo o objetivo formativo, nível/titulação, público-alvo e modalidade: Ascensão Funcional ····· 54

Quadro 18 – Cursos executados pela CES/IESP, segundo o objetivo formativo, apresentados por nível/titulação, público-alvo e modalidade: Capacitação em Nível Superior, Pós-Graduação Lato Sensu, Stricto Sensu e Aperfeiçoamento. ····· 55

Quadro 19 – Cursos de formação inicial supervisionados pela CEP/IESP, demandados por órgãos do SIEDS. ····· 56

Quadro 20 – Cursos de formação inicial executados pela CEP/IESP mediante convênios com entes municipais. ····· 56

Quadro 21 – Cursos de carreira supervisionados pela CEP/IESP, demandados por órgãos do SIEDS. ····· 57

Quadro 22 – Ações executadas pela CEP/IESP demandadas por órgãos do SIEDS e entes municipais (mediante convênio) ····· 57

Quadro 23 – Cursos/capacitação executados pela CEC/IESP, demandados por órgãos do SIEDS. ····· 58

Quadro 24 – Instalações que compõem o IESP. ····· 59

Quadro 25 – Competências e ações integradas do NID. ····· 60

Quadro 26 – Competências da Biblioteca “DPC Kátia do Socorro de Sousa Lima Freitas”. ····· 61

Quadro 27 – Dimensões da Autonomia Institucional do IESP ····· 66

Quadro 28 – Distribuição do efetivo de servidores por órgão de origem e tipo de vínculo. ····· 69

Quadro 29 – Quantitativo de Docentes Credenciados no IESP, por Titulação, de 2018 a 2024. ····· 73

Quadro 30 – Valores de Remuneração por Hora-Aula (Resolução nº 484/2024–CONSUP). ····· 76

Quadro 31 – Princípios, estratégias operacionais e indicadores de excelência. ····· 79

Quadro 32 – Elementos da Matriz Curricular Nacional (MCN) para a definição do Perfil Profissiográfico dos Agentes de Segurança Pública. ····· 107

Quadro 33 – Quantitativo de discentes matriculados e concluintes em cursos de graduação presencial e na modalidade EAD, de 2017 a 2024. ····· 119

Quadro 34 – Relação de cursos de graduação ofertados e previsão de vagas (2025–2034). ····· 119

Quadro 35 – Relação de cursos de pós-graduação lato sensu e previsão de vagas (2025–2034) ····· 120

Quadro 36 – Distribuição dos espaços físicos da administração, dos blocos de ensino e de outros ambientes institucionais ····· 123

Quadro 37 – Quantitativo de salas de aula dos blocos de ensino superior, profissional e complementar. ····· ····· 124

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura organizacional do IESP. 51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....19
2 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PDI.....22
2.1 COMPOSIÇÃO DOS GTs.....22
2.2 OBJETIVOS DOS GTs.....22
2.3 ANÁLISE DIAGNÓSTICA.....22
2.3.1 Análise Contextual.....22
2.3.2 Coleta de Dados.....22
2.4 REVISÃO DA VISÃO, MISSÃO E VALORES.....23
2.5 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE.....23
2.6 ANÁLISE SWOT (FOFA).....23
2.7 FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA.....23
2.7.1 Matriz Estratégica.....23
2.7.2 Objetivos de Longo Prazo.....23
2.7.3 Metas e Indicadores.....23
2.8 ELABORAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS.....23
2.8.1 Planejamento das Ações.....23
2.8.2 Alinhamento com as Necessidades.....24
2.9. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO.....24
2.9.1 Sistema de Avaliação.....24
2.9.2 Indicadores de Sucesso.....24
2.10 REDAÇÃO E APROVAÇÃO DO PDI.....24
2.10.1 Elaboração do Documento Final.....24
2.10.2 Revisões e Aprovações Institucionais.....24
2.11 IMPLEMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....24
2.11.1 Plano de Implementação.....24
2.11.2 Comunicação com a Comunidade.....24
2.11.3 Ajustes e revisões Periódicas.....25
2.11.4 Considerações Gerais sobre a Elaboração do PDI.....25
3 PERFIL INSTITUCIONAL.....27
3.1 BREVE HISTÓRICO E FUNDAMENTOS INSTITUCIONAIS.....27
3.2 MISSÃO.....28
3.3 VISÃO.....28
3.4 VALORES.....28
3.5 PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS.....28
3.6 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS.....29
4 PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL.....32
4.1 ÁREAS DE ATUAÇÃO.....33

4.2 OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS..... 33
4.2.1 Consolidação de Metas de Expansão Tecnológica e Acadêmica (2025–2034)..... 42
5. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....50
5.1 ÓRGÃOS DE DIREÇÃO SUPERIOR.....51
5.1.1 Conselho Superior..... 51
5.1.2 Diretoria.....53
5.2 ESTRUTURA DAS COORDENAÇÕES DO IESP.....53
5.2.1 Coordenadoria de Ensino Superior (CES).....53
5.2.2 Coordenadoria de Ensino Profissional (CEP)..... 55
5.2.3 Coordenadoria de Ensino Complementar (CEC)..... 57
5.2.4 Coordenadoria de Campi.....58
5.3 ÓRGÃOS DE APOIO INSTITUCIONAL.....59
5.3.1 Núcleo de Informação e Documentação (NID).....60
5.3.1.1 Biblioteca “DPC Kátia do Socorro de Sousa Lima Freitas”.....60
5.3.2 Núcleo de Atenção à Saúde (NAS)..... 61
5.3.3 Núcleo de Capacitação Física Profissional (NCFP).....62
5.4 UNIDADES ACADÊMICAS DO IESP.....62
5.5 ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO ACADÊMICA.....63
6 GESTÃO INSTITUCIONAL.....65
6.1 AUTONOMIA INSTITUCIONAL.....65
6.2 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E PARCERIAS ESTRATÉGICAS.....66
6.3 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL.....67
6.3.1 Composição do Corpo Técnico Administrativo.....68
6.3.1.1 Diretor do IESP..... 69
6.3.1.2 Gerente do NID..... 69
6.3.1.3 Gerente do NCFP..... 69
6.3.1.4 Gerente do NAS..... 70
6.3.1.5 Chefe de Gabinete..... 70
6.3.1.6 Gerente Administrativo..... 70
6.3.1.7 Coordenador de Grupo de Trabalho.....70
6.3.1.8 Coordenador da CES.....70
6.3.1.9 Gerente Técnico-Pedagógico de Ensino Superior.....70
6.3.1.10 Gerente Técnico-Administrativo de Ensino Superior.....71

6.3.1.11 Coordenador da CEP.....71
6.3.1.12 Gerente Técnico-Pedagógico de Ensino Profissional..... 71
6.3.1.13 Gerente Técnico-Administrativo de Ensino Profissional.....71
6.3.1.14 Gerente de Supervisão de Ensino Profissional.....71
6.3.1.15 Coordenador da CEC.....71
6.3.1.16 Gerente de Controle da CEC.....72
6.3.1.17 Gerente de Eventos.....72
6.3.1.18 Coordenador de Campi.....72
6.3.1.19 Gerente de Controle de Campi..... 72
6.3.1.20 Gerente de Materiais e Serviços.....72
6.3.2 Corpo Docente.....72
6.4 PERFIL DESEJADO PARA O CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....73
6.4.1 Notório Saber em Segurança Pública e Direitos Humanos.....73
6.4.2 Notório Saber em Metodologias Ativas..... 74
6.4.3 Capacidade Científica, Técnica e Didática.....74
6.4.4 Seriedade, Idoneidade e Integridade Moral.....75
6.4.5 Respeito à Disciplina e Hierarquia.....75
6.5 PLANO DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE E POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO.....75
7 PROJETO PEDAGÓGICO.....78
7.1 O IESP NO CENÁRIO REGIONAL E NACIONAL.....78
7.2 OS PRINCÍPIOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS E PEDAGÓGICAS.....79
7.3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....81
7.4 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E INOVAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....81
7.5 METODOLOGIAS ATIVAS E FORMAÇÃO POR COMPETÊNCIAS.....81
7.6 RESPONSABILIDADE SOCIAL DO IESP.....82
7.6.1 O Papel Social do IESP e sua Atuação Junto à Comunidade..... 83
8 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES.....85
8.1 FORMAS DE ACESSO, APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO.....85
8.1.1 Cursos de Graduação e Pós-Graduação.....85

8.1.2 Cursos de Formação Profissional e Complementar.....86
8.2 POLÍTICAS DE APOIO PEDAGÓGICO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....86
8.3 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL (ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESTUDANTIL).....87
8.4 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS.....87
9 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA.....90
9.1 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO.....90
10 POLÍTICA DE EXTENSÃO E PESQUISA.....94
10.1 MULTIDIMENSIONALIDADE DE CONHECIMENTOS ANCORADA EM SÓLIDO REFERENCIAL TEÓRICO.....94
10.2 INTERDISCIPLINARIDADE.....94
10.3 TRANSVERSALIDADE.....95
10.4 ARTICULAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA.....96
10.5 ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA PESQUISA.....97
10.5.1 Programas de Pesquisa.....98
10.6 POLÍTICA DE EXTENSÃO.....99
10.6.1 Modalidades de Extensão.....101
10.6.2 Programas de Extensão e de Ação Comunitária.....102
11 DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO DO AGENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA.....106
11.1 PERFIL DOS EGRESSOS.....106
11.2 SELEÇÃO DOS CONTEÚDOS.....108
11.3 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS.....108
11.4 PROCESSO DE AVALIAÇÃO.....111
11.5 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS.....114
11.6 POLÍTICAS DE ESTÁGIO, PRÁTICA PROFISSIONAL E ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....115
11.7 POLÍTICA E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....116
12 POLÍTICAS DE OFERTA DE CURSOS.....118

12.1 ENSINO DE GRADUAÇÃO.....118
12.2 ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU.....119
12.3 ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL.....120
12.4 OUTROS PROGRAMAS PARA A MELHORIA DO ENSINO.....121
13 INFRAESTRUTURA FÍSICA E ACADÊMICA.....123
13.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA.....123
13.2 INFRAESTRUTURA ACADÊMICA.....124
13.3 LABORATÓRIOS.....125
14 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS.....127
15 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....129
15.1 AVALIAÇÃO INTERNA.....129
15.2 AVALIAÇÃO EXTERNA.....129
15.3 NORMAS PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA.....130
15.4 UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES.....131
16 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....133
REFERÊNCIAS.....134

1. INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento essencial para o credenciamento e o recredenciamento das instituições de educação superior (IES) no sistema federal de ensino, conforme o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Nele são definidas a missão, a visão, os valores, a política pedagógica e as estratégias necessárias para o alcance das metas e dos objetivos institucionais. Trata-se, portanto, de um instrumento fundamental para orientar a gestão, fortalecer o planejamento institucional e consolidar práticas de gestão democrática.

O PDI proposto na 8ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do IESP (CONSUP), ocorrida presencialmente no dia 18 de dezembro de 2024, foi homologado por meio da Resolução nº 502/2024 - CONSUP, de 18 de dezembro de 2024, publicada no DOE nº 36.083, de 30 de dezembro de 2024.

O Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP) é uma unidade de ensino com gestão própria e autonomia didática, científica e disciplinar, mantida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Criado pela Lei nº 6.257, de 17 de novembro de 1999, o Instituto tem por finalidade promover a formação e a qualificação de recursos humanos destinados às atividades de segurança pública, proteção dos cidadãos e gestão de riscos coletivos, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, o PDI assume especial relevância para o IESP, pois orienta a definição de prioridades, organiza o planejamento de médio e longo prazo e assegura coerência entre a missão institucional e as ações desenvolvidas, contribuindo para o alcance dos objetivos e metas estabelecidos.

O último PDI teve vigência até 2024. Para este novo ciclo, realizou-se uma análise crítica das fragilidades do documento anterior, mantendo-se estratégias bem-sucedidas e incorporando inovações ao processo de elaboração. A participação da comunidade acadêmica foi ampliada de forma significativa, conferindo ao documento a função de fomentar o pensamento estratégico, promover uma visão coletiva sobre os rumos da instituição e fortalecer seu alinhamento à regulação do ensino superior.

Com a nova gestão do IESP, iniciada em 2024, identificou-se a necessidade de revisar o planejamento das ações educacionais, bem como de atualizar a missão, a visão e os valores institucionais, além de analisar os ambientes interno e externo. Esse processo, conduzido de forma participativa e debatido pela comunidade acadêmica, culminou na redefinição dos objetivos estratégicos que orientarão o desenvolvimento institucional ao longo dos próximos dez anos.

Além disso, o PDI contribui para o aprimoramento da gestão acadêmica e administrativa, fortalece a integração entre as coordenadorias, promove a transparência institucional e estabelece parâmetros para a avaliação contínua dos processos educacionais.

Assim, constitui-se em ferramenta estratégica para assegurar que o IESP responda de forma eficaz às demandas da sociedade e do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS), consolidando sua identidade como instituição formadora e qualificadora de profissionais da segurança pública no Estado do Pará.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PDI

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PDI

A construção do PDI do IESP constitui etapa essencial do planejamento estratégico da instituição, que completou 25 anos em 2024. Para sua elaboração, a Comissão de Elaboração organizou Grupos de Trabalho (GTs), que desempenharam papel central ao reunir diferentes perspectivas e competências, resultando em um documento abrangente, eficaz e alinhado às necessidades das instituições do SIEDS.

A metodologia aplicada pelos GTs na construção do PDI envolveu etapas fundamentais e a colaboração de diversos setores que compõem as instituições educacionais, com base em um processo participativo, analítico e estruturado.

2.1 COMPOSIÇÃO DOS GTs

Os GTs foram compostos por representantes de diferentes áreas das instituições, como gestores, técnicos administrativos, docentes, discentes e demais atores relevantes. A diversidade de pontos de vista foi essencial para assegurar que o PDI contemplasse os interesses da comunidade acadêmica e da sociedade civil.

2.2 OBJETIVOS DOS GTs

Os grupos receberam orientações claras quanto à missão de elaborar o PDI, compreendendo suas funções e responsabilidades ao longo do processo. Também foi definido um cronograma de atividades e marcos de entrega para assegurar o andamento estruturado dos trabalhos.

2.3 ANÁLISE DIAGNÓSTICA

2.3.1 Análise Contextual

A primeira etapa consistiu em uma análise detalhada da situação atual do IESP, considerando fatores internos, como recursos disponíveis, estrutura organizacional e práticas pedagógicas, e fatores externos, como demandas sociais, econômicas e políticas.

2.3.2 Coleta de Dados

A coleta de informações baseou-se em diversas fontes: relatórios institucionais, o PDI 2014–2024, a avaliação institucional do Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE/PA) e relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA), além de consultas à comunidade acadêmica. Essa etapa envolveu entrevistas, reuniões, questionários e oficinas, garantindo a participação e a escuta ativa de diferentes segmentos.

2.4 REVISÃO DA VISÃO, MISSÃO E VALORES

Os GTs realizaram a revisão ou, quando necessário, a redefinição da visão, missão e valores institucionais, assegurando que esses elementos reflitam as necessidades atuais e futuras da comunidade acadêmica e da sociedade. Esses componentes constituem a base de todo o planejamento institucional.

2.5 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

A participação da comunidade acadêmica e de representantes da sociedade foi fundamental para assegurar que as definições adotadas refletissem o compromisso institucional com a educação, a inclusão e o desenvolvimento social.

2.6 ANÁLISE SWOT (FOFA)

Foi realizada uma análise SWOT - Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA), que permitiu identificar os pontos fortes e fracos da instituição, bem como as oportunidades e ameaças existentes no ambiente interno e externo.

2.7 FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA

2.7.1 Matriz Estratégica

Com base na análise SWOT, os GTs elaboraram uma matriz estratégica que orientou a definição das estratégias e dos objetivos previstos no PDI.

2.7.2 Objetivos de Longo Prazo

Os GTs identificaram os principais objetivos do IESP para o médio e longo prazo, formulados de acordo com os critérios SMART, ou seja, específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporais.

2.7.3 Metas e Indicadores

Foram estabelecidas metas concretas para o alcance dos objetivos definidos, acompanhadas de indicadores claros que possibilitam o monitoramento contínuo do progresso institucional.

2.8 ELABORAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS

2.8.1 Planejamento das Ações

Os GTs elaboraram um conjunto de ações estratégicas abrangendo práticas pedagógicas, gestão de recursos, infraestrutura, inovação tecnológica, entre outros aspectos relevantes.

2.8.2 Alinhamento com as Necessidades

As ações propostas foram construídas com base nas necessidades identificadas na análise diagnóstica e nas demandas apresentadas pela comunidade institucional.

2.9 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

2.9.1 Sistema de Avaliação

O PDI incorporou um sistema de monitoramento e avaliação contínua, destinado a verificar o cumprimento dos objetivos e metas, bem como a orientar ajustes necessários ao longo do processo.

2.9.2 Indicadores de Sucesso

Os GTs definiram indicadores capazes de medir o progresso das ações implementadas e a efetividade das estratégias adotadas, contribuindo para a gestão e o aprimoramento permanente da instituição.

2.10 REDAÇÃO E APROVAÇÃO DO PDI

2.10.1 Elaboração do Documento Final

Os GTs compilaram todo o trabalho desenvolvido em um documento coeso e claro, refletindo as discussões, decisões e estratégias definidas ao longo do processo.

2.10.2 Revisões e Aprovações Institucionais

O documento passou por revisões em diferentes instâncias da instituição, incluindo o Conselho Superior e grupos de docentes, sendo, também, aprovado pela Direção do IESP e pela Câmara de Ensino. O PDI foi aprovado na 8ª Reunião Ordinária do CONSUP, ocorrida presencialmente no dia 18 de dezembro de 2024, por meio da Resolução nº 502/2024 - CONSUP, de 18 de dezembro de 2024, publicada no DOE nº 36.083, de 30 de dezembro de 2024.

2.11 IMPLEMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO

2.11.1 Plano de Implementação

Após a aprovação do PDI, torna-se necessária a elaboração de um plano de implementação, definindo prazos, responsáveis e recursos.

2.11.2 Comunicação com a Comunidade

A divulgação ampla do PDI assegura que todos os envolvidos compreendam seus objetivos e metas. A comunicação deve ser clara, transparente e contínua.

2.11.3 Ajustes e Revisões Periódicas

Por ser um documento dinâmico, o PDI está sujeito a revisões periódicas, considerando avaliações internas, mudanças no contexto externo e novos desafios institucionais.

2.11.4 Considerações Gerais sobre a Elaboração do PDI

O sucesso de um PDI depende da capacidade do GT em envolver diferentes segmentos da comunidade acadêmica e em conduzir um trabalho colaborativo, ético e comprometido. Para isso, a metodologia adotada deve ser participativa, inclusiva, flexível e orientada para resultados.

Ao final do processo, espera-se que o PDI se constitua como um instrumento eficaz para o desenvolvimento sustentável da instituição, promovendo a melhoria contínua de sua qualidade acadêmica e de sua gestão. A partir de 2025, o IESP busca consolidar um caminho de excelência educacional, social e histórica, compatível com sua relevância no cenário da Segurança Pública e Defesa Social no País.

No IESP, os trabalhos de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) tiveram início em 2024, com a instituição da Comissão responsável, por meio da Portaria nº 61, de 15 de agosto de 2024, e da Portaria nº 71/2024-GAB/IESP, de 18 de novembro de 2024. A Comissão coordenou as etapas de elaboração do Plano, promovendo um processo de planejamento participativo e democrático, com a participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e dos órgãos administrativos. Esse processo refletiu o compromisso institucional com a construção coletiva das diretrizes estratégicas, assegurando que o PDI representasse as necessidades, os desafios e as perspectivas de desenvolvimento do IESP para o período de sua vigência.

Desse modo, o PDI foi estruturado associando seus eixos temáticos (perfil institucional, gestão institucional, organização acadêmica, infraestrutura, aspectos financeiros e orçamentários e avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional) aos objetivos institucionais do IESP.

3. PERFIL INSTITUCIONAL

3. PERFIL INSTITUCIONAL

3.1 BREVE HISTÓRICO E FUNDAMENTOS INSTITUCIONAIS

O IESP, criado pela Lei nº 6.257, de 17 de novembro de 1999, consolidou-se como o principal órgão formador dos profissionais que integram o SIEDS. Com administração própria e autonomia didática, científica e disciplinar, o Instituto integra a estrutura da SEGUP, desempenhando papel estratégico na qualificação contínua dos agentes responsáveis pela proteção social no Estado.

A finalidade do IESP é promover a formação e a capacitação de recursos humanos para as áreas de segurança pública, defesa social e gestão de riscos coletivos, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Na condição de mantenedora, cabe à SEGUP assegurar os recursos materiais e humanos necessários ao funcionamento da Instituição.

O Instituto consolidou-se como Instituição de Ensino Superior (IES) por meio de sucessivos processos de reconhecimento, credenciamento e recredenciamento junto ao CEE/PA:

- **2002** – Reconhecimento inicial como IES, por meio da Resolução nº 147/2002, que conferiu equivalência de seus estudos ao nível superior.
- **2014** – Credenciamento pleno, com autorização para oferta de cursos superiores (Resolução nº 742/2014 – CEE/PA).
- **2018** – Recredenciamento institucional, com expansão da oferta do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública na modalidade de educação a distância (EAD). Obteve nota máxima (5) em avaliação conduzida pelo CEE/PA, em articulação com o MEC. Resultados formalizados pelas resoluções:
  - **Resolução nº 610/2018 – CEE/PA:** concedeu o recredenciamento institucional e o reconhecimento dos cursos de bacharelado;
  - **Resolução nº 611/2018 – CEE/PA:** autorizou a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública na modalidade EAD e concedeu o credenciamento institucional específico para a modalidade.
- **2023** – Novo ciclo avaliativo, novamente com nota máxima, conforme a Resolução nº 667/2023, de 14 de dezembro, que concedeu:
  - O recredenciamento institucional;
  - A renovação de reconhecimento do Curso de Bacharelado em Ciências de Defesa Social e Cidadania, vinculado ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar (CFO-PM);
  - O reconhecimento do Curso de Tecnologia em Segurança Pública (EAD);
  - A autorização de funcionamento do Curso de Tecnologia em Gestão Pública, também na modalidade EAD.

Em decorrência desses processos, o IESP possui autonomia para expedir diplomas, registrados pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), conforme previsto no art. 48, § 1º, da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), assegurando validade nacional às formações ofertadas e fortalecendo as políticas de segurança pública do Estado.

3.2 MISSÃO

Produzir conhecimento para a formulação de políticas públicas de Segurança e Defesa Social, o que reforça a necessidade de expansão de suas ações para além do Estado.

3.3 VISÃO

Consolidar-se como referência regional e nacional na produção de conhecimento aplicado às políticas de Segurança Pública e Defesa Social.

3.4 VALORES

Os valores institucionais orientam a conduta e a atuação do IESP:

- Comprometimento;
- Ética;
- Visão Sistêmica;
- Probidade;
- Cooperação;
- Transparência;
- Responsabilidade Social e Ambiental.

Esses valores sustentam a identidade institucional, promovendo práticas alinhadas à ética, à qualidade, à inovação e à responsabilidade social.

3.5 PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

Nosso modelo organizacional fundamenta-se na qualidade, na organização e na informação. Os princípios norteadores incluem:

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Qualidade nas ações educacionais destinadas à formação do profissional de Segurança Pública e Defesa Social;
- Regionalidade, promovendo práticas inovadoras voltadas à formação profissional;
- Comunicação permanente dos resultados alcançados e integração entre os órgãos do sistema de segurança pública e defesa social, garantindo coerência entre formação e prática profissional;
- Formação dos servidores com base no ensino profissional e tecnológico, conforme Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta dispositivos da Lei nº 9.394/1996 (LDB).

3.6 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Os objetivos institucionais do IESP estruturam-se na melhoria contínua da formação, gestão, pesquisa e integração entre os órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social. Buscam fortalecer a qualidade educacional, a profissionalização e a inovação aplicadas à defesa social.

a) Estrutura e Gestão Institucional:

- Aperfeiçoar sua estrutura organizacional, tornando-a mais integrada, acessível e disponível ao público interno e externo;
- Otimizar o uso dos recursos financeiros, ampliando investimentos em capacitação docente, pesquisa, extensão, acervo bibliográfico e tecnologia educacional;
- Aprimorar o planejamento institucional, com acompanhamento e avaliação contínuos;
- Assegurar a comunicação interna e externa, garantindo transparência e acesso às informações institucionais;
- Fortalecer a identidade institucional, assegurando coesão entre as diversas unidades acadêmicas do Instituto;
- Desenvolver um referencial de dados, conferindo ao IESP competência técnica em assuntos de defesa social.

b) Formação e Desenvolvimento Profissional:

- Aprimorar as atividades de defesa social, contribuindo para o desempenho da Polícia Militar do Pará (PMPA), da Polícia Civil do Pará (PCPA), do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA) e dos demais órgãos do Sistema;
- Formar e desenvolver profissionais, garantindo competências necessárias ao exercício das funções voltadas ao bem-estar da população;
- Fortalecer a identidade profissional, respeitando a diversidade institucional dos órgãos de segurança pública;
- Qualificar os níveis operacional, tático e estratégico, promovendo a articulação entre teoria e prática;
- Atuar como agente formador de excelência, com base em referenciais tecnológicos e pedagógicos atualizados;
- Consolidar uma política de formação continuada, alinhada às demandas do Sistema de Segurança;
- Promover a educação integral, considerando as especificidades da realidade amazônica.

c) Ensino, Pesquisa e Tecnologia:

- Articular os projetos pedagógicos à missão institucional e às necessidades da Defesa Social;
- Incentivar iniciação científica, pesquisa e prática profissional, em cooperação com outras instituições;
- Ampliar o uso da tecnologia educacional, aplicando-a às atividades administrativas e pedagógicas;
- Estimular a pesquisa aplicada, voltada à melhoria da segurança pública e da defesa social.

d) Intercâmbio e Integração Institucional:

- Promover intercâmbio interinstitucional, no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), nacional e internacional, fortalecendo redes de colaboração;
- Racionalizar meios e recursos, buscando melhor relação custo-benefício por meio da integração das ações de ensino;
- Fomentar a democratização das relações entre cidadãos e instituições de defesa social, contribuindo para a cultura de cidadania e direitos humanos.

4. PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

4. PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

O IESP é uma instituição essencial para o desenvolvimento e aprimoramento da segurança pública no Estado. Sua atuação é continuamente influenciada pelas transformações e desafios presentes nos contextos social, político, tecnológico e operacional. Entre esses desafios, destacam-se: a crescente complexidade da criminalidade; a demanda social por profissionais qualificados e eticamente comprometidos; a concorrência por recursos destinados a tecnologias e infraestrutura; a ampliação contínua das ações e serviços determinados pelo Governo do Estado; e a necessidade permanente de modernização do sistema de segurança pública. Tais fatores têm impulsionado o IESP a refletir sobre suas práticas e a redefinir prioridades institucionais, com o objetivo de melhor atender à sociedade paraense.

O Planejamento Estratégico tem se consolidado como uma ferramenta indispensável nesse processo de tomada de decisões. A partir da definição de estratégias claras, o IESP busca responder às expectativas sociais e aos desafios operacionais, corrigir fragilidades, potencializar suas capacidades institucionais e aproveitar oportunidades de inovação e cooperação no ambiente externo. Ademais, o planejamento fortalece a missão institucional ao orientar a formação, capacitação e o aperfeiçoamento, com excelência, dos profissionais de segurança pública, promovendo a produção e a difusão de conhecimento estratégico, com responsabilidade social e foco na proteção do cidadão e no desenvolvimento da segurança pública do Pará.

O processo de planejamento estratégico promove o engajamento dos gestores e dos diversos atores da segurança pública, ampliando e qualificando a compreensão coletiva sobre os problemas, desafios e objetivos essenciais para que o IESP cumpra sua missão e avance em direção à sua visão de futuro.

Desde sua criação, o IESP tem utilizado o Planejamento Estratégico como instrumento para consolidar políticas de ensino e de gestão, revisitando e atualizando sua missão, visão de Futuro e objetivos estratégicos. Nesse processo, participam representantes dos diversos segmentos da segurança pública, como policiais militares, civis, penais, bombeiros militares, peritos e técnicos, que contribuem para a definição dos valores institucionais orientados pela ética e pela eficácia na prestação dos serviços de segurança.

Reconhecendo a gestão estratégica como referência para a integração de esforços e para o desenvolvimento organizacional, o IESP adota o planejamento como eixo estruturante na tomada de decisões. Assim, o planejamento institucional torna-se crucial para definir prioridades, orientar a expansão das ações de ensino, pesquisa e extensão e garantir alinhamento ao planejamento estadual estabelecido no Plano Plurianual do Governo do Estado.

Nesse sentido, o IESP define, por área de atuação, seus objetivos, metas e estratégias para os próximos anos, com vistas a mensurar, aprimorar e elevar o desempenho organizacional voltado à formação e ao aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública.

4.1 ÁREAS DE ATUAÇÃO

O IESP atua por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, funcionando como um centro de produção de conhecimento e construção de políticas públicas voltadas à paz social e à segurança dos cidadãos. Sua atuação:

- **No ensino:** Abrange os níveis técnico-profissional, graduação e pós-graduação, por meio de cursos presenciais e a distância, além de desenvolver pesquisa aplicada à segurança pública e projetos de extensão voltados às necessidades da comunidade local. Essas ações integram formação educacional e profissional, alinhadas às demandas do Estado e às necessidades dos futuros e atuais profissionais da área de segurança pública;
- **Na pesquisa:** O IESP concentra-se na produção de conhecimentos aplicados à segurança pública, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas institucionais e para o desenvolvimento de soluções inovadoras para o SIEDS;
- **Na extensão:** Promove projetos que atendem às demandas da comunidade local e regional, fortalecendo a aproximação entre a instituição e a sociedade, especialmente em temas relevantes à segurança cidadã.

4.2 OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS

O IESP possui a responsabilidade primordial de qualificar todos os profissionais de segurança pública do Estado, o que exige uma estrutura organizacional e operacional compatível com o volume e a complexidade das demandas formativas. Nesse contexto, o Planejamento Estratégico constitui-se como ferramenta indispensável, pois confere maior agilidade à gestão, aprimora a precisão das informações e da comunicação institucional e possibilita a operacionalização eficiente dos objetivos estabelecidos.

Alcançar essa excelência implica enfrentar o desafio de promover a qualificação contínua de gestores e técnicos. Para isso, torna-se essencial implementar um programa de formação continuada em todos os níveis da instituição, a fim de habilitar os servidores para a gestão acadêmica e administrativa com autonomia, competência gerencial e visão estratégica.

A participação desses profissionais nos processos de planejamento e gestão institucional resulta em:

- Um ambiente de responsabilização técnica coletiva;
- Produtos e resultados marcados pela agilidade, eficiência e eficácia na resposta às necessidades da segurança pública;
- Valorização do servidor e fortalecimento de sua autoestima profissional.

Dessa forma, para o próximo ciclo, torna-se imperativo estabelecer objetivos concretos que materializem esses desafios no âmbito da gestão e do planejamento institucional. Tais objetivos e metas foram rigorosamente revisados e ajustados para refletir um aumento percentual anual, em geral, de 10% em sua execução, com a meta de atingir o cumprimento total ou o máximo alcance previsto até 2034.

Com base nesse processo de Planejamento e Gestão Estratégica Institucional, os quadros de 01 a 13 detalham os objetivos, metas, ações e estratégias definidas para orientar o avanço organizacional do IESP no período de 2025 a 2034. Esses quadros representam a materialização prática dos desafios identificados, traduzindo-os em diretrizes operacionais capazes de promover a reestruturação institucional, fortalecer a capacidade gerencial, aprimorar o bem-estar da Instituição. As metas foram concebidas de forma progressiva, com percentuais anuais de alcance que permitem monitoramento constante, evolução contínua e o cumprimento dos resultados previstos até 2034.

Quadro 1 – Objetivo 1 com duas metas para 2025–2034, com ações, estratégias e percentuais de alcance.

OBJETIVO 1 **Promover a Reestruturação Organizacional e Funcional do IESP.**	
Meta 1 **Aprovar a proposta de reestruturação organizacional do IESP, alinhada às necessidades da Segurança Pública.**	
Objetivo Específico	Garantir que a nova estrutura esteja formalmente aprovada e alinhada às Polícias e demais órgãos de Segurança, com avanço progressivo nas etapas anuais de formalização.
Ações (2025-2034)	• Instituir a Comissão de reestruturação do regimento do IESP; • Elaborar a proposta de reestruturação, alinhada às instituições e demais órgãos; • Submeter a proposta aos órgãos competentes para análise e aprovação; • Realizar reunião regimental visando ajustar e aprovar o novo Regimento.
Estratégias	• Estabelecer cronograma de trabalho com marcos para a comissão; • Priorizar a consulta a *stakeholders* (partes interessadas) estratégicos (órgãos de segurança); • Garantir a participação de assessoria jurídica/consultoria no processo.
% de Alcance (Anual)	• 100% de formalização e aprovação das etapas (2034); • Avanço de 10% ao ano até atingir 100%.
Meta 2 **Ampliar e ajustar o quadro de servidores do IESP, compatível com as necessidades de ensino e gestão das Forças de Segurança.**	
Objetivo Específico	Aumentar progressivamente o número de servidores/docentes e garantir o perfil adequado para docência e gestão, reduzindo anualmente a carência de pessoal.
Ações (2025-2034)	• Realizar diagnóstico do quantitativo de servidores/docentes e cargos necessários; • Submeter a proposta de aumento de quadro aos órgãos competentes para análise e aprovação; • Realizar concurso público ou estabelecer critérios de seleção para provimento de novas vagas, com perfis adequados à docência e à gestão na área de segurança.
Estratégias	• Mapear anualmente cargos prioritários; • Criar um banco de talentos de instrutores especializados em Segurança Pública.
% de Alcance (Anual)	• Redução de 10% da carência de servidores/docentes; • Redução até atingir 100% em 2034.

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

Quadro 2 – Objetivo 2 com duas metas para 2025–2034, com ações, estratégias e percentuais de alcance.

OBJETIVO 2 **Melhorar a Capacidade de Desenvolvimento Institucional e de Gestão Operacional em Segurança Pública.**	
Meta 1 **Implantar medidas que confiram maior eficiência e eficácia à gestão institucional do IESP e promovam sua integração com as forças de segurança.**	
Objetivo Específico	Aumentar a eficácia da gestão e a integração institucional, por meio da digitalização progressiva dos processos e do fortalecimento do controle de custos.
Ações (2025-2034)	• Implementar a Avaliação Institucional como ferramenta de Gestão da Qualidade da Formação; • Aperfeiçoar e informatizar o fluxo dos processos administrativos, burocráticos e acadêmicos; • Criar mecanismos e instrumentos para racionalização dos custos operacionais; • Consolidar o Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do IESP.
Estratégias	• Adotar um software de gestão de processos para informatização; • Realizar anualmente auditoria de conformidade no uso do planejamento estratégico.
% de Alcance (Anual)	• Implementação inicial de 10% das ações de digitalização e consolidação do SIG; • Avanço anual de 10% na execução das etapas até atingir 100% de implantação em 2034.
Meta 2 **Ampliar e diversificar a captação de recursos para projetos de ensino, pesquisa e extensão em segurança pública.**	
Objetivo Específico	Aumentar a capacidade de financiamento de projetos, permitindo crescimento anual na captação de recursos.
Ações (2025-2034)	• Articular com o setor de captação de recursos e projetos vinculados à SEGUP; • Promover cursos de elaboração e gestão de projetos com foco em agências de fomento à pesquisa em segurança; • Estabelecer parcerias e convênios com órgãos governamentais (Federal e Estadual), organizações não governamentais e iniciativa privada.
Estratégias	• Criar um portfólio de projetos aptos à submissão em editais; • Mapear as agências de fomento prioritárias; • Realizar eventos anuais de apresentação de projetos para possíveis parceiros (Governo/Iniciativa Privada).
% de Alcance (Anual)	• Ampliação inicial de 10% na capacidade de captação e estruturação do setor de captação de recursos e projetos; • Crescimento na captação e consolidação de parcerias até alcançar 100% do potencial previsto em 2034.

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

Quadro 3 – Objetivo 3 com três metas para 2025–2034, com ações, estratégias e percentuais de alcance.

OBJETIVO 3 **Promover o Bem-Estar e a Infraestrutura de Suporte à Comunidade Acadêmica.**	
Meta 1 **Garantir o atendimento dos discentes de graduação presencial por meio de serviços e bolsas de manutenção estudantil.**	
Objetivo Específico	Aumentar progressivamente a cobertura de assistência socioeconômica, reduzindo a evasão decorrente de dificuldades financeiras.
Ações (2025-2034)	• Identificar a demanda real de discentes que necessitam de auxílio; • Articular com os órgãos de origem a concessão das bolsas; • Monitorar continuamente o uso dos benefícios.
Estratégias	• Automatizar o sistema interno de acompanhamento socioeconômico dos discentes.
% de Alcance (Anual)	• Aumento inicial de 10% na automação do acompanhamento; • Crescimento até atingir 100% da demanda em 2034.
Meta 2 **Ampliar a capacidade técnica e operacional do Núcleo de Atenção à Saúde do IESP (NAS/IESP) e fortalecer ações de prevenção.**	
Objetivo Específico	Aumentar a oferta de serviços de saúde física e mental, expandindo progressivamente o quadro de profissionais e a capacidade de atendimento.
Ações (2025-2034)	• Mapear necessidades de atendimento especializado; • Realizar contratação de profissionais (fisioterapeuta, odontólogo, psicólogo, etc.); • Adequar e reorganizar espaços físicos para atendimentos; • Desenvolver projetos e campanhas de promoção à saúde; • Viabilizar um condutor de viaturas para atendimento e apoio móvel (viatura de urgência e emergência).
Estratégias	• Implementar prontuário eletrônico unificado para os atendimentos de saúde física e mental; • Estabelecer parcerias formais com a Secretaria de Estado de Saúde e outros órgãos de saúde; • Criar protocolo de integração da viatura ao NAS/IESP.
% de Alcance (Anual)	• Expansão de 10% da capacidade de atendimento e da estrutura física do Núcleo de Atenção à Saúde do IESP; • Ampliação da capacidade e dos serviços até atingir a máxima operacionalidade em 2034.
Meta 3 **Ampliar a estrutura física, equipamentos e materiais básicos essenciais ao funcionamento institucional.**	
Objetivo Específico	Aumentar a qualidade da infraestrutura e o estoque de materiais, garantindo que 100% dos espaços estejam adequados em 10 anos.
Ações (2025-2034)	• Identificar carências estruturais e de equipamentos; • Adquirir mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos (10% anualmente); • Reformar e adequar espaços para melhor funcionamento (10% anualmente).
Estratégias	• Elaborar um Plano Diretor de Infraestrutura com cronograma de 10 anos; • Priorizar investimentos que impactem diretamente na formação (salas de aula, laboratórios); • Buscar parcerias para doação de equipamentos e mobiliários (ex: Receita Federal, Exército).
% de Alcance (Anual)	• Melhoria de 10% da infraestrutura física e dos equipamentos; • Avanço até a adequação total de 100% dos espaços em 2034.

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

Quadro 4 – Objetivo 4 com três metas para 2025–2034, com ações, estratégias e percentuais de alcance.

OBJETIVO 4 **Fortalecer a Política Institucional de Pesquisa e Inovação no IESP.**	
Meta 1 **Atualizar a política institucional de pesquisa do IESP e consolidar grupos e redes de pesquisa.**	
Objetivo Específico	Revisar a política de pesquisa e aumentar progressivamente a formalização e participação em redes de pesquisa e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
Ações (2025-2034)	• Revisar o regulamento interno da pesquisa; • Aumentar em 10% ao ano o número de pesquisadores participando de redes formais; • Consolidar e ampliar em 10% ao ano o número de grupos de pesquisa registrados no CNPq.
Estratégias	• Incentivar o registro e manutenção de grupos no CNPq; • Promover encontros de integração e estímulo à produção científica entre os grupos de pesquisa.
% de Alcance (Anual)	• 10% de avanço na atualização da política e/ou 10% de aumento no número de redes e grupos registrados no CNPq; • Avanço até o limite do potencial previsto (2034).
Meta 2 **Aumentar o envolvimento discente e a produção científica no Seminário Acadêmico (SA).**	
Objetivo Específico	Aumentar em 10% anualmente a participação de discentes em Iniciação Científica (IC), no SA e o número de trabalhos apresentados.
Ações (2025-2034)	• Aumentar em 10% ao ano o número de discentes envolvidos com iniciação científica; • Aumentar em 10% ao ano o número de participantes no SA; • Aumentar em 10% ao ano o número de trabalhos apresentados no SA.
Estratégias	• Viabilizar premiação para os 10% melhores trabalhos do SA; • Integrar a apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) no SA para garantir a participação mínima.
% de Alcance (Anual)	• 10% de aumento no número de discentes de IC, participantes e trabalhos no Seminário; • Aumento nestes indicadores até o máximo potencial (2034).
META 3 **Incrementar a infraestrutura de apoio à pesquisa e implantar políticas de inovação e propriedade intelectual.**	
Objetivo Específico	Aumentar a capacidade de pesquisa aplicada e garantir a proteção crescente da produção científica e tecnológica do IESP.
Ações (2025-2034)	• Equipar salas de pesquisa e laboratórios (10% ao ano); • Elaborar e implantar a Política Institucional de Inovação (PII) no IESP; • Implantar o Sistema de Gestão de Propriedade Intelectual no IESP (SGPI);
Estratégias	• Propor no orçamento institucional 10% a mais de recursos anuais para infraestrutura científica; • Propor programa de incentivo financeiro para invenções e registros de patentes (bolsas, premiações).
% de Alcance (Anual)	• 10% de incremento na infraestrutura e 10% de avanço na implementação da PII e do SGPI; • Incremento até atingir a capacidade plena e a regulamentação completa (2034).

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

Quadro 5 – Objetivo 5 com quatro metas para o período de 2025 a 2034 para aprimorar a política de extensão do IESP.

OBJETIVO 5 **Aprimorar a política de extensão do IESP.**	
Meta 1 **Aumentar a participação da comunidade acadêmica nas atividades de extensão.**	
Objetivo Específico	Aumentar a participação de docentes, discentes e técnicos-administrativos nas atividades e projetos de extensão.
Ações (2025-2034)	• Aumentar o número de projetos e atividades de extensão registrados e executados; • Aumentar o número de membros da comunidade acadêmica envolvidos nas atividades de extensão; • Promover e divulgar novas atividades de extensão, com foco em temas relevantes para a comunidade externa.
Estratégias	• Oferecer editais anuais de fomento interno para a criação de novos projetos de extensão; • Conceder certificados de participação e horas de extensão a discentes e docentes.
% de Alcance (Anual)	• 10% de aumento no número de participantes nas atividades e projetos de extensão; • Aumento nestes indicadores até o limite do potencial previsto (2034).
Meta 2 **Consolidar Programas Institucionais de Extensão voltados ao desenvolvimento regional.**	
Objetivo Específico	Estabelecer e consolidar Programas Institucionais de Extensão Permanentes, com foco em áreas de impacto regional e social.
Ações (2025-2034)	• Mapear as necessidades da comunidade regional para definir as áreas prioritárias dos Programas de Extensão; • Criar e formalizar Programas Institucionais; • Garantir o funcionamento contínuo e a expansão do alcance e do impacto dos Programas consolidados.
Estratégias	• Firmar convênios e parcerias com prefeituras, empresas e organizações da sociedade civil da região; • Propor a alocação de recursos orçamentários específicos e permanentes para a manutenção e crescimento dos Programas; • Prestar contas e divulgar os resultados dos Programas para a comunidade.
% de Alcance (Anual)	• 10% de avanço na criação e consolidação dos Programas Institucionais; • Aumento no alcance e impacto dos Programas consolidados (até 2034).
META 3 **Estabelecer e consolidar mecanismos de registro, avaliação e monitoramento das ações de extensão.**	
Objetivo Específico	Implementar um sistema unificado e eficiente para o registro, avaliação e monitoramento de 100% das atividades de extensão.
Ações (2025-2034)	• Implementar protocolo de registro, avaliação e extensão; • Desenvolver e/ou adquirir um software ou plataforma para o registro unificado das atividades de extensão.
Estratégias	• Capacitar a comunidade acadêmica quanto aos novos mecanismos de registro, por meio de ações formativas; • Condicionar a certificação das atividades de extensão ao registro.
% de Alcance (Anual)	• 10% de avanço na implementação do sistema de registro até o máximo potencial.

Quadro 5 – Continuação.

META 4 **Inserir a extensão nos projetos pedagógicos de cursos de graduação e de pós-graduação.**	
Objetivo Específico	Fomentar a curricularização da extensão nos cursos de graduação, assegurando que as atividades de extensão correspondam a, no mínimo, 10% da carga horária curricular estudantil e integrem a matriz curricular, bem como promover sua inserção nos projetos pedagógicos dos cursos de pós-graduação, conforme as normas aplicáveis.
Ações (2025-2034)	• Revisar os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) de graduação e pós-graduação para incorporar a extensão; • Criar e/ou adaptar disciplinas ou componentes curriculares que integrem teoria e prática de extensão; • Capacitar o corpo docente sobre metodologias de curricularização da extensão.
Estratégias	• Constituir comissão multidisciplinar para coordenar o processo de curricularização; • Oferecer incentivos para docentes que criarem novos projetos e metodologias de ensino integradas à extensão; • Integrar a curricularização da extensão aos processos de avaliação institucional e de cursos.
% de Alcance (Anual)	• 10% de avanço na revisão e implementação da curricularização nos PPCs até o máximo potencial.

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

Quadro 6 – Objetivo 6 com duas metas para 2025–2034, com ações, estratégias e percentuais de alcance.

OBJETIVO 6 **Estabelecer e consolidar programas de formação docente e discente.**	
META 1 **Propiciar treinamentos em práticas didático-pedagógicas aos docentes.**	
Objetivo Específico	Aumentar o índice de formação continuada do corpo docente.
Ações (2025-2034)	• Oferecer cursos, oficinas e workshops em metodologias ativas e tecnologias educacionais; • Realizar programas de formação continuada alinhada às demandas curriculares do IESP; • Disseminar Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na comunidade acadêmica.
Estratégias	• Estabelecer parcerias para oferta de cursos de Educação a Distância (EAD); • Criar plano de capacitação docente; • Desenvolver e manter repositório digital de materiais formativos e tutoriais de TICs.
% de Alcance (Anual)	• 10% do quadro docente capacitado em novas práticas/TICs; • Cobertura de novas capacitações até 100%.
META 2 **Aumentar o número de projetos de ensino desenvolvidos no IESP.**	
Objetivo Específico	Aumentar progressivamente o número de iniciativas pedagógicas inovadoras.
Ações (2025-2034)	• Lançar editais internos de apoio à criação e execução de projetos de ensino; • Incentivar a integração entre áreas, promovendo projetos interdisciplinares; • Divulgar boas práticas e experiências exitosas de docentes e discentes.
Estratégias	• Propor linha de fomento institucional exclusiva para projetos de ensino; • Vincular os projetos de ensino aos programas de extensão e de pesquisa; • Realizar Fórum de Boas Práticas Docentes para troca de experiências.
% de Alcance (Anual)	• 10% de aumento no número de projetos de ensino; • Aumento na produção de projetos até o máximo potencial.

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

Quadro 7 – Objetivo 7 com sete metas para 2025–2034, com diretrizes, ações e estratégias para a modernização tecnológica e comunicação institucional do IESP.

OBJETIVO 7 Garantir um ambiente tecnológico robusto, seguro e de alta performance que suporte integralmente as atividades.	
Meta 1 **Modernização e Segurança da Infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI).**	
Objetivo Específico	Garantir uma infraestrutura de rede robusta e de alta disponibilidade, modernizando os recursos de TI.
Ações (2025-2034)	• Troca anual e gradual dos computadores/periféricos e notebooks; • Expansão da banda larga de internet em 10% ao ano; • Implementação de soluções de segurança de rede, como *firewalls e* redes privadas virtuais (*VPNs)*; • Reestruturação do laboratório de informática.
Estratégias	• Curto Prazo: aquisição de hardware (computadores, *switches*, roteadores); • Médio Prazo: ampliação da banda larga e consolidação da segurança; • Longo Prazo: renovação tecnológica contínua, assegurando a sustentabilidade das ações.
% de Alcance (Anual)	• Renovação ou Aquisição de 10% do parque computacional e expansão de 10% da banda larga até o máximo potencial.
Meta 2 **Desenvolver, implantar e integrar um Sistema de Gestão Integrada.**	
Objetivo Específico	Desenvolver, implantar e integrar um sistema.
Ações (2025-2034)	• Contratação ou desenvolvimento do sistema (Gestão Acadêmica, Recursos Humanos, Financeiro); • Migração de dados para o novo sistema; • Treinamento obrigatório para 100% dos servidores e docentes sobre o novo sistema; • Integração do sistema com a *intranet* e com sistemas de comunicação (exemplo o EAD).
Estratégias	• Curto Prazo: análise, planejamento e início do desenvolvimento (ou aquisição); • Médio Prazo: implantação modular e migração de dados; • Longo Prazo: integração total e customização avançada.
% de Alcance (Anual)	• Conclusão da fase de análise e levantamento de requisitos (10%) ou implantação de módulo específico (10%), quando adotado o modelo modular, até o máximo potencial.
META 3 **Automatização e Otimização de Processos Administrativos**	
Objetivo Específico	Reduzir em 80% o tempo gasto em tarefas administrativas repetitivas (cadastro, emissão de documentos) até 2034.
Ações (2025-2034)	• Automatizar processos de Cadastro de Alunos e Emissão de Documentos (históricos, declarações) via sistema e plataformas digitais; • Implementar fluxos de trabalho digitais (*workflow)* para aprovações internas (financeiro, recursos humanos); • Digitalizar acervo de documentos (papel) e criar um repositório digital seguro.
Estratégias	• Curto Prazo: mapeamento de processos e início da automatização básica (documentos); • Médio Prazo: implementação de *workflows* integrados e digitalização do acervo; • Longo Prazo: uso de inteligência artificial (IA) para otimização avançada de tarefas.
% de Alcance (Anual)	• Automatização de uma tarefa administrativa chave (exemplo: emissão de um tipo de documento) ou digitalização de 10% do acervo em papel até o máximo potencial.

Quadro 7 – Continuação.

META 4 **Fortalecimento da Comunicação Interna Integrada**	
Objetivo Específico	Alcançar 95% de engajamento da comunidade interna nas plataformas digitais.
Ações (2025-2034)	• Lançamento e promoção da *intranet* atualizada (compartilhamento de documentos, avisos); • Implementação e integração de plataforma de *chat* corporativo (ex: t*eams/slack-like*); • Capacitação anual de 100% dos colaboradores sobre os canais e ferramentas de comunicação; • Criação de fóruns de *feedback* contínuo (boletins, enquetes).
Estratégias	• Curto Prazo: atualização da i*ntranet* e treinamento; • Médio Prazo: integração de ferramentas de comunicação *(intranet + chat)*; • Longo Prazo: integração total das ferramentas e fóruns de f*eedback* contínuo.
% de Alcance (Anual)	• Atualização e lançamento oficial da *intranet* (50% de engajamento inicial) e capacitação de 20% dos servidores nos novos canais até o máximo potencial.
META 5 **Expansão e Visibilidade da Presença Digital Externa**	
Objetivo Específico	Aumentar em 50% o reconhecimento e a visibilidade digital do IESP nacional e internacionalmente até 2034.
Ações (2025-2034)	• Lançamento e gestão ativa de perfis em redes sociais; • Criação e manutenção de *blog/newsletter* institucional com artigos acadêmicos; • Desenvolvimento de plataforma digital para acompanhamento de projetos de extensão e parcerias; • Criação de uma plataforma de comunicação multilíngue (para o público internacional).
Estratégias	• Curto Prazo: aprimoramento do *site*, início das redes sociais e campanhas; • Médio Prazo: expansão da presença digital (*Blog/Newsletter*, parcerias); • Longo Prazo: presença digital global e plataforma multilíngue.
% de Alcance (Anual)	• Criação e gestão ativa de plataformas de redes sociais e aumento de 10% no tráfego do *site* até o máximo potencial.
META 6 **Consolidação da Divulgação Científica e Acadêmica**	
Objetivo Específico	• Estabelecer o IESP como um polo de referência, publicando uma revista científica digital e transmitindo eventos internacionais *(live streaming)* até 2034.
Ações (2025-2034)	• Implementação de um sistema de *live streaming* (Rádio Universitária/Canal) para eventos acadêmicos; • Estabelecimento e lançamento de uma revista científica o*nline*/jornal acadêmico digital do IESP; • Organização e transmissão de conferências e seminários internacionais.
Estratégias	• Médio Prazo: implementação do Sistema de *Live Streaming;* • Longo Prazo: lançamento da revista científica o*nline* e organização de eventos internacionais.
% de Alcance (Anual)	• Realização de evento transmitido via *Live Streaming* de 10% até o máximo potencial.

Quadro 7 – Continuação.

META 7 **Sustentabilidade e Inovação Tecnológica**	
Objetivo Específico	Assegurar a sustentabilidade tecnológica das ações de comunicação e TI, incorporando novas tecnologias (IA, realidade aumentada) até 2034.
Ações (2025-2034)	• Propor orçamento dedicado à aquisição de novas tecnologias de comunicação; • Implementação de ferramentas de IA para personalizar a comunicação e melhorar a experiência do usuário; • Pesquisa e adoção de novas tecnologias (ex: realidade aumentada) para atividades acadêmicas/divulgação.
Estratégias	• Curto Prazo: aquisição de *softwares* originais e planejamento orçamentário; • Médio Prazo: criação do *Blog/Newsletter*; • Longo Prazo: incorporação de inteligência artificial (IA) e realidade aumentada para personalização e melhoria contínua.
% de Alcance (Anual)	• Aquisição de assinaturas de *software* e definição de orçamento para inovação (planejamento da sustentabilidade) de 10% até o máximo potencial.

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

4.2.1 Consolidação de Metas de Expansão Tecnológica e Acadêmica (2025–2034)

As metas de expansão, para disciplinas com o uso de TICs, cursos EAD (graduação/extensão e *lato sensu*), cursos de capacitação em EAD, além da expansão da Pós-Graduação e da melhoria da Graduação, foram reformuladas considerando o crescimento anual de 10% nas unidades de execução.

Quadro 8 – Objetivo 8 com seis metas para 2025–2034, com ações e estratégias.

OBJETIVO 8 **Modernização Tecnológica e Expansão da Oferta EAD.**	
META 1 **Aumentar em 20 o número de disciplinas que utilizam TICs.**	
Unidade de Medida	Número de Disciplinas.
Meta Anual de Execução	• 2 disciplinas (10% de 20).
Meta Acumulada (2034)	• 20 disciplinas (100%).
Ações	• Integrar plataformas digitais, ambientes virtuais e objetos de aprendizagem nas disciplinas.
Estratégias	• Capacitar anualmente 10% do corpo docente para o uso pedagógico das tecnologias; • Atualizar Planos de Ensino anualmente; • Implantar repositório de conteúdo multimídia.
META 2 **Aumentar em 2 o número de cursos EAD (Graduação/ Extensão).**	
Unidade de Medida	Número de Cursos EAD.
Meta Anual de Execução	• 0,2 Curso (10% de 2), equivalente a 1 curso novo a cada 5 anos.
Meta Acumulada (2034)	• 2 Cursos (100%).
Ações	• Desenvolver e implementar novos cursos de graduação e extensão totalmente digitais.
Estratégias	• Consultar anualmente instituições parceiras de segurança; • Desenvolver materiais didáticos próprios; • Obter aprovação e implantação.

Quadro 8 – Continuação.

META 3 **Aumentar em 4 o número de cursos de pós-graduação lato sensu ofertados em EAD.**	
Unidade de Medida	Número de Cursos *Lato Sensu* EAD.
Meta Anual de Execução	• 0,4 Curso (10% de 4), equivalente a 2 cursos novos a cada 5 anos.
Meta Acumulada (2034)	• 4 Cursos (100%).
Ações	Criar e aprovar programas de especialização direcionados à Segurança Pública.
Estratégias	• Consultar anualmente instituições parceiras de segurança; • Desenvolver materiais didáticos próprios; • Obter aprovação e implantação da diretoria acadêmica.
META 4 **Aumentar em 20 o número de cursos de capacitação profissional em EAD.**	
Unidade de Medida	Número de Capacitações.
Meta Anual de Execução	• 2 capacitações (10% de 20).
Meta Acumulada (2034)	• 20 capacitações (100%).
Ações	• Desenvolver cursos curtos e temáticos para formação continuada.
Estratégias	• Identificar anualmente as necessidades formativas; • Criar módulos autoinstrucionais e trilhas de aprendizagem; • Firmar parcerias para certificação conjunta.
META 5 **Criação de 2 portais temáticos.**	
Unidade de Medida	Número de Portais Temáticos.
Meta Anual de Execução	• 0,2 Portal (10% de 2), equivalente a 1 portal novo a cada 5 anos.
Meta Acumulada (2034)	• 2 Portais (100%).
Ações	• Desenvolver portais digitais segmentados por área (direitos humanos, tecnologia, etc.).
Estratégias	• Produzir conteúdos especializados; • Integrar com bases de dados científicas; • Garantir atualização contínua com curadoria.
META 6 **Instituir Grupo de Trabalho em Novas Tecnologias.**	
Unidade de Medida	% de Implementação.
Meta Anual de Execução	• 10% de Implementação do Grupo.
Meta Acumulada (2034)	• 100% de Implementação (2034).
Ações	• Criar o grupo dedicado à pesquisa e desenvolvimento em tecnologias aplicadas.
Estratégias	• Alocar equipe de pesquisadores; • Estabelecer linhas de pesquisa; • Promover eventos e publicações.

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

Quadro 9 – Objetivo 9 com quatro metas para 2025–2034, com ações e estratégias.

OBJETIVO 9 **Consolidar e Aperfeiçoar Cursos de Graduação e Nível Médio.**	
META 1 **Aumentar a taxa de diplomação em 10%.**	
Unidade de Medida	% de Aumento na Diplomação.
Meta Anual de Execução	• 1% de Aumento (10% de 10%).
Meta Acumulada (2034)	• 10% de Aumento (100%).
Ações	• Implementar programas de acompanhamento acadêmico e de permanência estudantil.
Estratégias	• Implantar tutorias e mentorias por curso; • Monitorar semestralmente o desempenho; • Realizar ações de combate à evasão (busca ativa, apoio psicopedagógico).
META 2 **Reformular o modelo de avaliação docente (CPA).**	
Meta Anual de Execução	• 10% da Reformulação.
Meta Acumulada (2034)	• 100% da Reformulação (2034).
Ações	• Atualizar os instrumentos e procedimentos de avaliação docente para torná-los mais diagnósticos e formativos.
Estratégias	• Revisar indicadores de desempenho; incluir autoavaliação e avaliação por pares.
META 3 **Ampliar e melhorar os espaços físicos.**	
Meta Anual de Execução	• 10% da Adequação.
Meta Acumulada (2034)	• 100% da Adequação (2034).
Ações	• Realizar reformas, ampliações e modernização da infraestrutura acadêmica (salas, laboratórios, biblioteca).
Estratégias	• Planejamento anual de obras por prioridade; • Aquisição de 10% de novos equipamentos anualmente; • Criação de ambientes de estudo.
META 4 **Avaliar permanentemente e divulgar cursos.**	
Unidade de Medida	% de Expansão/Modernização.
Meta Anual de Execução	• 10% da Implementação e Divulgação.
Meta Acumulada (2034)	• 100% da Implementação e Divulgação (2034).
Ações	• Criar um programa contínuo de monitoramento dos processos seletivos e ampliar a comunicação institucional.
Estratégias	• Análise anual dos indicadores de ingresso; • Ajustes contínuos nos editais; • Ampliação das estratégias de divulgação (feiras, redes sociais, parcerias com escolas).

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

Quadro 10 – Objetivo 10 com três metas para 2025–2034, com ações e estratégias.

OBJETIVO 10 **Fortalecer a Pós-Graduação (*Lato e Stricto Sensu*)**	
META 1 **Aumentar em 10% o número de programas de Pós-Graduação.**	
Unidade de Medida	% de Expansão de Programas.
Meta Anual de Execução	• 1% de Expansão (10% de 10%).
Meta Acumulada (2034)	• 10% de Expansão (100%).
Ações	• Expandir a oferta de programas alinhados às demandas da Segurança Pública.
Estratégias	• Realizar estudos de demanda anual; incentivar a criação de novos programas via editais internos; • Fortalecer corpo docente com formação continuada.
META 2 **Aumentar em 100% o número de mestrados em convênio.**	
Unidade de Medida	% de Expansão de Mestrados.
Meta Anual de Execução	• 10% de Expansão (10% de 100%).
Meta Acumulada (2034)	• 100% de Expansão (100%).
Ações	• Fomentar e firmar convênios acadêmicos para abertura de mestrados compartilhados.
Estratégias	• Negociar termos de cooperação com IES; • Desenvolver projetos conjuntos para submissão a agências de fomento; • Criar comissão interna de acompanhamento.
META 3 **Aumentar em 20% o número de cursos *lato sensu*.**	
Unidade de Medida	% de Expansão de Cursos.
Meta Anual de Execução	• 2% de Expansão (10% de 20%).
Meta Acumulada (2034)	• 100% de Expansão (2034).
Ações	• Aumentar a quantidade de cursos ofertados, ampliando o portfólio.
Estratégias	• Criar novas turmas e especializações a partir de demandas; • Investir em infraestrutura; • Fortalecer divulgação e captação de público-alvo.

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

Quadro 11 – Objetivo 11 com quatro metas para 2025–2034, apresentando ações, estratégias e vínculo com a expansão de cursos

OBJETIVO 11 **Aprimorar a comunicação e a presença digital para fortalecer a divulgação das metas de expansão da EAD e da pós-graduação.**	
META 1 **Fortalecer a intranet e canais internos de comunicação.**	
Ações e Estratégias (Aumento de 10% Anual na Execução)	• Implementar melhorias na interface e integrar sistemas de *chat* e colaboração; • Capacitar anualmente os servidores no uso eficiente dos canais.
Vínculo com a Expansão de Cursos	Oferecer suporte direto à capacitação docente em TICs e à equipe multidisciplinar EAD.
META 2 **Aprimorar o site institucional e a presença digital.**	
Ações e Estratégias (Aumento de 10% Anual na Execução)	• Tornar o site mais interativo, acessível e informativo; • Criar conteúdo multimídia atualizado sobre os novos cursos EAD e de Pós-Graduação.
Vínculo com a Expansão de Cursos	Divulgação e acesso aos cursos de capacitação EAD e aos cursos *Lato Sensu* EAD, garantindo o aumento nas matrículas.
META 3 **Expandir a presença em redes sociais.**	
Ações e Estratégias (Aumento de 10% Anual na Execução)	• Aumentar o alcance e a visibilidade institucional; • Produzir conteúdos dinâmicos para divulgar o aumento no número de programas de capacitação profissional e Pós-Graduação.
Vínculo com a Expansão de Cursos	Estratégia-chave para a política de divulgação dos cursos de graduação e captação para os portais temáticos.
META 4 **Implementar sistemas de rádio ou TV online.**	
Ações e Estratégias (Aumento de 10% Anual na Execução)	• Criar estúdio interno ou plataformas de streaming para transmissão de eventos e palestras.
Vínculo com a Expansão de Cursos	Fortalecer a infraestrutura do EAD e ampliar a divulgação de resultados de pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

Quadro 12 – Objetivo 12 com cinco metas para 2025–2034, apresentando ações, estratégias e vínculos com a expansão de cursos.

OBJETIVO 12 **Prover Infraestrutura, Segurança e Valorização do Servidor.**	
META 1 **Readequar e reformar instalações físicas.**	
Ações e Estratégias (Aumento de 10% Anual na Execução)	• Executar manutenção e reformas das instalações anualmente, priorizando sistemas hidrossanitários, elétricos e de combate a incêndio.
Vínculo com a Expansão de Cursos	Suporte às disciplinas que utilizam TICs e à melhoria dos espaços físicos.
META 2 **Garantir acessibilidade universal nas instalações.**	
Ações e Estratégias (Aumento de 10% Anual na Execução)	• Adequar os prédios e estruturas para pessoas com deficiência. • Capacitar servidores para atendimento inclusivo.
Vínculo com a Expansão de Cursos	Essencial para a política de permanência estudantil e para a conformidade legal do IESP.
META 3 **Modernizar o estande de tiro do IESP.**	
Ações e Estratégias (Aumento de 10% Anual na Execução)	• Reformar e atualizar tecnologicamente o estande, garantindo segurança operacional.
Vínculo com a Expansão de Cursos	Suporte à qualidade dos cursos de capacitação profissional (treinamento prático) e à formação inicial.
META 4 **Reestruturar o Grupo de Trabalho de Informática e Tecnologia.**	
Ações e Estratégias (Aumento de 10% Anual na Execução)	• Adquirir computadores, softwares e equipamentos modernos; • Capacitar servidores do setor.
Vínculo com a Expansão de Cursos	Base tecnológica para a expansão EAD e para o Sistema de Informação Gerencial.
META 5 **Valorizar o servidor do IESP.**	
Ações e Estratégias (Aumento de 10% Anual na Execução)	• Implementar políticas de reconhecimento e capacitação dos servidores/instrutores.
Vínculo com a Expansão de Cursos	Suporte direto à Meta 2 do Objetivo 1 (ampliar e ajustar o quadro de servidores) e à Meta 1 do Objetivo 6 (formação didático-pedagógica dos docentes).

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

Quadro 13 – Objetivo 13 com quatro metas para 2025–2034, apresentando ações, estratégias e vínculos com a expansão de cursos.

OBJETIVO 13 **Consolidar Planejamento e Avaliação.**	
META 1 **Atingir 100% de participação da comunidade acadêmica.**	
Ações e Estratégias (Aumento de 10% Anual na Execução)	• Aumentar a adesão da comunidade no processo de autoavaliação institucional.
Vínculo com a Expansão de Cursos	• Mede a qualidade pedagógica dos novos cursos (Presenciais, EAD e Pós-Graduação) e fornece *feedback* para a reformulação dos projetos pedagógicos e avaliação docente.
META 2 **Participação na autoavaliação.**	
Ações e Estratégias (Aumento de 10% Anual na Execução)	• Adesão da comunidade no processo de autoavaliação institucional.
Vínculo com a Expansão de Cursos	Dos novos cursos (Presenciais, EAD e Pós-Graduação) e fornece *feedback* para a reformulação dos projetos pedagógicos e avaliação docente.
META 3 **Criar sistema de acompanhamento de indicadores.**	
Ações e Estratégias (Aumento de 10% Anual na Execução)	• Desenvolver e integrar o sistema para monitoramento contínuo de indicadores.
Vínculo com a Expansão de Cursos	Mede o aumento da taxa de diplomação.
META 4 **Promover avaliação periódica do PDI.**	
Ações e Estratégias (Aumento de 10% Anual na Execução)	• Revisar e atualizar o PDI.
Vínculo com a Expansão de Cursos	Assegura que todas as metas de expansão estejam formalmente integradas e priorizadas no Planejamento Estratégico do IESP.

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

5. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

5. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A organização administrativa e acadêmica do IESP, apresentada na Figura 1, fundamenta-se em seu Estatuto, aprovado em 1999 pela Resolução nº 012/99 do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). O modelo de administração adotado pelo Instituto baseia-se na atuação colegiada, característica da gestão pública, estruturada em instâncias de direção, assessoramento e execução. Essa dinâmica assegura a participação institucionalizada dos órgãos que integram a SEGUP, especialmente por meio do Conselho Superior, instância máxima de deliberação, responsável pela definição das diretrizes acadêmicas, administrativas e disciplinares, conforme a legislação de criação e os dispositivos estatutários.

A estrutura, organizada de maneira hierarquizada e funcional, permite ao IESP exercer sua autonomia didática, científica e disciplinar, garantindo governança transparente, tomada de decisão colegiada e articulação eficiente entre suas unidades administrativas. Assim, sua organização é constituída de modo a viabilizar o cumprimento da missão institucional.

Essa composição inclui órgãos decisórios responsáveis por assegurar a governança, a direção e a supervisão das atividades do Instituto, promovendo eficiência administrativa, transparência e alinhamento às finalidades acadêmicas e formativas, conforme descrito a seguir:

> "II - Organização e Estrutura
> Art. 5. - A estrutura administrativa e acadêmica do IESP será constituída por:
> a) Órgãos de Direção Superior, aos quais compete a direção geral do IESP;
> b) Órgãos de Coordenação, aos quais compete a articulação das propostas de trabalho dos diferentes órgãos com interesses no Instituto;
> c) Órgãos de Apoio, aos quais compete a gerência e o desenvolvimento dos recursos de uso comum;
> d) Unidades Acadêmicas, aos quais compete o controle de conteúdos acadêmicos, a seleção de professores, a coordenação da programação de pesquisa e das atividades complementares.
> e) Órgãos de Execução Acadêmica, aos quais compete a execução do ensino e da pesquisa.
> Art. 6º. - Os Órgãos de Direção Superior são:
> a) O Conselho Superior, que será composto de duas Câmaras: a Câmara de Ensino e Pesquisa, e a Câmara de Administração;
> b) A Diretoria
> Art. 7º. - Os Órgãos de Coordenação são:
> a) Coordenadoria de Campi;
> b) Coordenadoria de Ensino Superior;
> c) Coordenadoria de Ensino Profissional;
> d) Coordenadoria de Ensino Complementar.
> Art. 8º. - Os Órgãos de Apoio são:
> a) O Núcleo de Informação e Documentação;
> b) O Núcleo de Atenção à Saúde;
> c) O Núcleo de Capacitação Física Profissional.
> Art. 9º. - Constituem Unidades Acadêmicas as Academias ou Escolas existentes na Polícia Civil, na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar, ou outras que venham a ser criadas nos órgãos estaduais integrantes da Área de Defesa Social.
> Art. 10º. Os Órgãos de Execução Acadêmica são os Colegiados de Cursos os quais se organizarão, dentro de cada Unidade Acadêmica, de tal forma que abranjam as necessidades de disciplinas curriculares, Congregando os docentes representantes das respectivas matérias, fazendo corresponder um colegiado para cada curso regular ministrado pelo Instituto."
> (CONSEP, 1999)

Figura 1 – Estrutura organizacional do IESP.



Fonte: Elaborado com base na estrutura organizacional do IESP (2024).

5.1 ÓRGÃOS DE DIREÇÃO SUPERIOR

Os Órgãos de Direção Superior do IESP são responsáveis pela condução estratégica da instituição e pela definição das diretrizes essenciais ao seu funcionamento. Compõem essa instância superior o Conselho Superior e a Diretoria do IESP.

5.1.1 Conselho Superior

O Conselho Superior é a instância máxima do IESP. Ele é deliberativo, normativo e consultivo, decidindo sobre todas as questões importantes de ensino, planejamento, administração e recursos. É estruturado em duas câmaras, a Câmara de Ensino e Pesquisa e a Câmara de Administração, responsáveis por deliberar sobre matérias acadêmicas, administrativas e de gestão institucional. A seguir, apresenta-se o Quadro 14 com síntese que reúne a estrutura, composição e principais competências do Conselho Superior do IESP:

Quadro 14 – Estrutura, composição e competências do Conselho Superior do IESP, apresentadas de forma organizada e descritiva.

SEÇÃO	ELEMENTO	DESCRIÇÃO
Órgãos de Direção Superior do IESP	**Conselho Superior**	Instância máxima; órgão deliberativo, normativo e consultivo.
	Diretoria	Órgão executivo responsável pela gestão institucional e execução das decisões do Conselho Superior.
Estrutura e Composição do Conselho Superior	**Representação Externa**	- Secretário de Segurança Pública; - Comandante da Polícia Militar; - Comandante do Corpo de Bombeiros Militar; - Delegado-Geral da Polícia Civil (ou representantes).
	Representação Interna	- Diretor do IESP; - Diretores/Comandantes das Unidades Acadêmicas; - Diretores de Ensino; - Titulares das Coordenadorias; - Coordenadores de Colegiados; - Representantes Docentes; - Representantes Discentes.
Câmaras do Conselho Superior	**Câmara de Ensino e Pesquisa**	- Responsável por ensino, cursos, avaliação, pesquisa e intercâmbios; - Presidência: Coordenador de Ensino.
		- Coordenadores de Ensino; - Coordenadores dos Colegiados; - Representante Docente; - Representante Discente.
	Câmara de Administração	- Responsável por matérias administrativas, financeiras, orçamentárias e patrimoniais; - Presidência: Diretor do IESP.
		- Diretor do IESP; - Diretores/Comandantes das Unidades Acadêmicas; - Coordenadores de Campi; - Representante Docente; - Representante Discente.
Competências do Conselho Superior (Pleno)	**Deliberativas**	- Aprovar programa de trabalho; - Aprovar orçamento e contas; - Contratar auditorias; - Decidir recursos; - Aprovar planos de carreira.
	Normativas	- Aprovar regimentos e regulamentos; - Normatizar taxas e preços; - Normatizar contratos e convênios; - Normatizar mérito e honrarias.
	Consultivas	- Emitir parecer sobre assuntos encaminhados pela Diretoria ou demais instituições do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social.
Competências da Câmara de Ensino e Pesquisa	**Deliberativas/ Normativas**	- Aprovar cursos; - Definir mecanismos de avaliação; - Julgar recursos acadêmicos; - Estabelecer linhas de pesquisa; - Normatizar acesso; - Decidir sobre intercâmbios.
	Consultivas	- Emitir parecer sobre ensino e pesquisa.
Competências da Câmara de Administração	**Deliberativas/ Normativas**	- Definir diretrizes orçamentárias; - Aprovar investimentos; - Analisar e emitir parecer sobre orçamento e contas; - Fixar taxas e disciplinar serviços; - Normatizar controle patrimonial e administrativo; - Examinar contratos e convênios; - Julgar recursos administrativos.
	Consultivas	- Emitir parecer sobre matérias administrativas.

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

5.1.2 Diretoria

A Diretoria é o órgão executivo gestor do IESP, possuindo estrutura, composição e competências próprias, nos termos do Quadro 15:

Quadro 15 – Estrutura, composição e competências da Diretoria do IESP, apresentadas de forma organizada e descritiva.

SEÇÃO	ELEMENTO	DESCRIÇÃO
Caracterização Geral da Diretoria	Natureza	Órgão executivo gestor.
	Finalidades	- Executar decisões do Conselho Superior; - Coordenar e fiscalizar atividades institucionais; - Administrar recursos e patrimônio; - Coordenar o ensino em todos os níveis.
Competências da Diretoria	Representação	Representa oficialmente o IESP.
	Funções Acadêmicas e Administrativas	- Assinar diplomas e certificados; - Firmar convênios (quando onerosos, com anuência da mantenedora); - Decidir ad referendum em urgências; - Resolver omissões estatutárias.
	Gestão e Fiscalização	- Administrar recursos humanos, materiais e financeiros; - Exercer poder disciplinar.
Diretor do IESP	Nomeação	Pelo Governador, mandato de 2 anos.
	Rodízio Obrigatório	Alternância entre PCPA, PMPA e CBMPA.
	Requisitos	Delegado com Curso Superior de Polícia (preferencialmente do último nível), ou Coronel PM/BM com CSP/CSBM.
	Ordem de substituição	1) Coordenadoria de Ensino Superior; 2) Coordenadoria de Ensino Profissional; 3) Coordenadoria de Ensino Complementar; 4) Coordenadoria de Campus Sede.
Estrutura de Apoio da Diretoria	Gabinete da Diretoria	Expediente, secretaria, apoio ao Conselho Superior e Diretor.
	Divisão Administrativa	Gestão de material, pessoal e acompanhamento financeiro.

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

5.2 ESTRUTURA DAS COORDENAÇÕES DO IESP

A estrutura das Coordenações tem por finalidade articular e integrar as propostas de trabalho oriundas das diversas unidades que compõem o Instituto. Sua atuação assegura alinhamento, coerência e cooperação entre os setores, garantindo que as iniciativas institucionais estejam devidamente convergentes com os objetivos estratégicos e operacionais do IESP.

Os Órgãos de Coordenação são: Coordenadoria de Ensino Superior, Coordenadoria de Ensino Profissional, Coordenadoria de Ensino Complementar e Coordenadoria de Campi.

5.2.1 Coordenadoria de Ensino Superior (CES)

Compete à CES planejar, coordenar, supervisionar, promover, incentivar, disciplinar e avaliar, em nível institucional, os cursos superiores. Suas atribuições abrangem a articulação entre recursos humanos e materiais, garantindo coerência acadêmica, alinhamento institucional e qualidade pedagógica das formações ofertadas.

A CES também realiza a supervisão pedagógica dos cursos voltados à formação inicial, destinados aos aprovados em concursos públicos para os postos de oficiais, tais como o Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Polícia Militar (PM), executado pela Academia de Polícia Militar (APM), e o CFO Bombeiro Militar (BM), executado pela Academia Bombeiro Militar (ABM).

A seguir, apresenta-se o Quadro 16 que sistematiza os cursos de formação inicial supervisionados pela CES:

Quadro 16 – Cursos supervisionados pela CES/IESP, segundo o objetivo formativo, nível/titulação, público-alvo e modalidade: Formação Inicial

OBJETIVO	CURSO	NÍVEL/ TITULAÇÃO	PÚBLICO-ALVO	MODALIDADE
Formação Inicial	CFO PM	Bacharelado em Defesa Social e Cidadania	Aprovados em concurso para Oficial da PM	Presencial
		Especialização em Defesa Social e Cidadania	Aprovados em concurso para Oficial da PM	Presencial
	CFO BM	Bacharelado em Segurança Contra Incêndio e Emergências	Aprovados em concurso para Oficial BM	Presencial
		Especialização em Segurança Contra Incêndio e Emergências	Aprovados em concurso para Oficial BM	Presencial

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

A CES executa os cursos de carreira voltados à ascensão funcional de oficiais e delegados. Entre eles, destacam-se:

- Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) PM/BM, destinado a capitães que buscam ascender ao posto de major;
- Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar (CSPBM), voltado a tenentes-coronéis que almejam a promoção ao posto de coronel, bem como a delegados que buscam ascender à última classe da carreira.

Todos esses cursos são ofertados em nível de pós-graduação, conforme apresentado no Quadro 17:

Quadro 17 – Cursos executados pela CES/IESP, segundo o objetivo formativo, nível/ titulação, público-alvo e modalidade: Ascensão Funcional

OBJETIVO	CURSO	NÍVEL/ TITULAÇÃO	PÚBLICO-ALVO	MODALIDADE
Ascensão Funcional	CAO PM/BM	Especialização em Segurança Pública e em Gestão de Unidade BM	Capitães que buscam promoção a Major.	Presencial
	CSPBM	Gestão Estratégica em Defesa Social	Tenentes-Coronéis que buscam ascensão ao posto de Coronel e Delegados que almejam promoção à última classe.	

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

Além disso, a CES executa formações em nível superior voltadas aos agentes do SIEDS que buscam obter sua primeira graduação, como o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. Em nível de pós-graduação *lato sensu*, com foco na capacitação profissional, destacam-se o Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior em Segurança Pública (presencial) e os cursos ofertados na modalidade EAD, entre eles: Especialização em Proteção e Defesa Civil, Especialização em Segurança Pública e Especialização em Gestão Socioambiental e Sustentabilidade. A CES também oferta capacitações específicas, como o Curso de Aperfeiçoamento em Medicina Legal e Perícia Forense, voltado aos servidores da Polícia Científica do Estado do Pará (PCEPA), além do Mestrado em Tecnologia, Recursos Naturais e Sustentabilidade na Amazônia, em convênio com a UEPA. Nesse contexto, o Quadro 18 sistematiza os cursos executados pela CES:

Quadro 18 – Cursos executados pela CES/IESP, segundo o objetivo formativo, apresentados por nível/ titulação, público-alvo e modalidade: Capacitação em Nível Superior, Pós-Graduação *Lato Sensu, Stricto Sensu* e Aperfeiçoamento.

OBJETIVO	CURSO	NÍVEL/ TITULAÇÃO	PÚBLICO-ALVO	MODALIDADE
Capacitação em Nível Superior - Primeira Graduação	Superior de Tecnologia em Segurança Pública	Tecnólogo	Agentes do SIEDS	EAD
Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu* – Capacitação Especializada	Especialização em Docência do Ensino Superior em Segurança Pública	*Lato Sensu*	Profissionais que atuarão na docência em Segurança Pública	Presencial
	Especialização em Proteção e Defesa Civil	*Lato Sensu*	Agentes do SIEDS e áreas correlatas	EAD
	Especialização em Segurança Pública	*Lato Sensu*	Profissionais da Segurança Pública	EAD
	Especialização em Gestão Socioambiental e Sustentabilidade	*Lato Sensu*	Profissionais da segurança e áreas socioambientais	EAD
	Mestrado em Tecnologia, Recursos Naturais e Sustentabilidade na Amazônia	*Stricto Sensu*	Profissionais da Segurança Pública	Presencial
Aperfeiçoamento	Aperfeiçoamento em Medicina Legal e Perícia Forense	Aperfeiçoamento	Profissionais que atuam em perícia ou áreas afins	EAD

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

5.2.2 Coordenadoria de Ensino Profissional (CEP)

A CEP constitui setor técnico, administrativo e pedagógico incumbido da organização, execução, supervisão e/ou acompanhamento das atividades de formação profissional destinadas aos integrantes do SIEDS. Compete à CEP planejar, supervisionar, promover, incentivar, propor diretrizes pedagógicas, disciplinar processos formativos e avaliar, em âmbito institucional, os cursos relacionados ao ensino profissionalizante ofertados pelo Instituto, bem como exercer a supervisão técnica e/ou pedagógica dos demais cursos desenvolvidos mediante a celebração de acordos, termos de cooperação ou convênios.

A CEP realiza a supervisão pedagógica dos cursos de formação inicial, com exceção dos cursos de ensino superior, destinados aos candidatos aprovados em concursos públicos para os diversos cargos dos órgãos que compõem o SIEDS. O Quadro 19 apresenta os cursos supervisionados:

Quadro 19 – Cursos de formação inicial supervisionados pela CEP/IESP, demandados por órgãos do SIEDS.

CURSO	ÓRGÃO DO SIEDS
Curso de Formação de Praças PM	PMPA e CBMPA
Curso de Habilitação de Oficiais (CHO)	PMPA e CBMPA
Curso de Formação Policial Civil - Categoria Investigador	PCPA
Curso de Formação Policial Civil - Categoria Papiloscopista	PCPA
Curso de Formação Policial Civil - Categoria Delegado	PCPA
Curso de Formação Policial Civil - Categoria Escrivão	PCPA
Curso de Formação de Policial Penal	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP)
Curso de Formação da SEAP para Cargos de Nível Superior	SEAP
Curso de Formação da Polícia Científica - Categoria Perito Criminal	PCEPA
Curso de Formação da Polícia Científica - Categoria Perito Médico-Legista	PCEPA
Curso de Formação de Agente de Fiscalização de Trânsito	Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN/PA)

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

A CEP também executa cursos de formação inicial, destinados aos candidatos aprovados em concursos públicos de entes municipais, mediante convênio regularmente formalizado, conforme se observa no Quadro 20:

Quadro 20 – Cursos de formação inicial executados pela CEP/IESP mediante convênios com entes municipais.

CURSO	ÓRGÃO
Curso de Formação de Agente de Fiscalização de Trânsito	ENTE MUNICIPAL
Curso de Formação de Guarda Municipal	ENTE MUNICIPAL

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

A CEP também supervisiona cursos de carreira voltados à ascensão funcional da PMPA, CBMPA e PCPA, conforme apresentado no Quadro 21:

Quadro 21 – Cursos de carreira supervisionados pela CEP/IESP, demandados por órgãos do SIEDS.

CURSO	ÓRGÃO DO SIEDS
Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS)	PMPA e CBMPA
Curso de Adaptação à Graduação de 3º Sargento (CGS)	PMPA e CBMPA
Curso de Habilitação de Oficiais (CHO)	PMPA e CBMPA
Ascensão à última classe da Polícia Civil - Categoria Investigador	PCPA
Ascensão à última classe da Polícia Civil - Categoria Papiloscopista	PCPA
Ascensão à última classe da Polícia Civil - Categoria Escrivão	PCPA

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

Além disso, a CEP executa ações de capacitação destinadas a agentes de segurança pública. O Quadro 22 apresenta a sistematização dos cursos em execução:

Quadro 22 – Ações executadas pela CEP/IESP demandadas por órgãos do SIEDS e entes municipais (mediante convênio)

CURSO	ÓRGÃO SIEDS/ ENTE MUNICIPAL
Curso de utilização de aeronaves remotamente tripuladas (ARP) - Drones	IESP/SEGUP
Curso de Qualificação ao Porte de Arma de Fogo para a Guarda Municipal	ENTE MUNICIPAL
Curso de Atualização ao Porte de Arma de Fogo para a Guarda Municipal	ENTE MUNICIPAL

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

5.2.3 Coordenadoria de Ensino Complementar (CEC)

A CEC tem como finalidade planejar, supervisionar, promover, incentivar, disciplinar e avaliar, em âmbito institucional, os cursos profissionalizantes que integram a formação complementar. Tais cursos atendem às demandas dos órgãos do SIEDS ou aos interesses da comunidade.

A CEC desempenha papel estratégico dentro do IESP, contribuindo para o desenvolvimento profissional e para a disseminação de conhecimentos especializados. Por meio de planejamento rigoroso e avaliação contínua, reafirma seu compromisso com a excelência do ensino complementar e com o fortalecimento das competências dos profissionais e colaboradores do Sistema.

No que se refere às ações de interesse da comunidade, também parte das funções básicas do IESP, destaca-se a Escola de Karatê do IESP (EKIESP), executada pelo Núcleo de Capacitação Física Profissional. A EKIESP visa promover a inclusão social por meio de aulas multidisciplinares que abrangem artes marciais (karatê), ética, cidadania, saúde e qualidade de

vida. Além disso, oferece orientação qualificada para a formação do caráter e do comportamento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no município de Marituba. A seguir, apresenta-se o Quadro 23, contendo os cursos executados pela CEC, incluindo aqueles demandados pela Diretoria de Políticas de Segurança Pública e Prevenção Social (DPS):

Quadro 23 – Cursos/capacitação executados pela CEC/IESP, demandados por órgãos do SIEDS.

CURSO/CAPACITAÇÃO	ÓRGÃO SIEDS
Capacitação aos Agentes do SIEDS e Rede de Proteção no Atendimento a Grupos Vulneráveis e Vítimas de Violência	DPS/SEGUP
Capacitação dos Agentes do SIEDS na Proteção dos Defensores de Direitos Humanos - EAD	DPS/SEGUP
Ambiente Escolar e Práticas Protetivas: Capacitação aos Agentes do SIEDS, Rede de Proteção e Comunidade Escolar	DPS/SEGUP
Capacitação para o Atendimento Direcionado à População em Situação de Rua	DPS/SEGUP
Curso Básico de Língua Inglesa para COP 30	IESP/SEGUP

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

5.2.4 Coordenadoria de Campi

A Coordenadoria de Campi é responsável pela gestão operacional e pelo suporte administrativo das instalações físicas do Instituto. Compete à Coordenadoria de Campi administrar as instalações físicas, os recursos materiais e o patrimônio existente no IESP, assegurando sua adequada utilização, conservação e vigilância. Incumbe-lhe, ainda, zelar pelo cumprimento do regimento disciplinar nas áreas externas às salas de aula e pelas normas de uso dos espaços comuns. Também integra suas atribuições coordenar a disposição e a disponibilidade de instalações, equipamentos e ambientes necessários ao funcionamento dos diversos cursos ofertados pela instituição.

Ressalte-se que a Coordenadoria também administra áreas acessíveis à comunidade externa, mediante cessão ou locação de espaços a entidades públicas e privadas, contribuindo para a ampliação da responsabilidade social do Instituto.

Em caráter supletivo, e sempre que as demandas de racionalização de custos ou de conveniência dos usuários assim recomendarem, a Coordenadoria poderá integrar ações relacionadas à administração e ao controle acadêmico, prestando apoio às unidades responsáveis pela gestão educacional e administrativa do Instituto.

As áreas e instalações que compõem o Complexo Integrado do IESP estão organizadas no Quadro 24:

Quadro 24 – Instalações que compõem o IESP.

INSTALAÇÕES FÍSICAS	ATOS NORMATIVOS
Alojamentos	-
Auditório	-
Banheiros	-
Biblioteca	-
Campo de futebol	PORTARIA N° 013.2018 –GAB.IESP
Tatame	PORTARIA N° 013.2018 –GAB.IESP
Estacionamento	PORTARIA N° 015.2018 –GAB.IESP
Estande de tiro	PORTARIA N° 014.2018 –GAB.IESP
Estande de tiro virtual	-
Quadra de Esporte	PORTARIA N° 013.2018 –GAB.IESP
Laboratório de informática	PORTARIA N° 018.2018 –GAB.IESP
Mini auditório	-
Piscina	PORTARIA N° 016.2018 – GAB.IESP
Pista de atletismo	PORTARIA N° 013.2018 – GAB.IESP
Quadra de areia	PORTARIA N° 013.2018 –GAB.IESP
Salas de aula	-
Torres de treinamento	PORTARIA N° 017.2018 – GAB.IESP
Vestiários	-

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

5.3 ÓRGÃOS DE APOIO INSTITUCIONAL

Os Órgãos de Apoio são responsáveis pela gestão e pelo desenvolvimento dos recursos de uso comum essenciais ao funcionamento do Instituto. Compõem essa estrutura o Núcleo de Informação e Documentação, o Núcleo de Atenção à Saúde e o Núcleo de Capacitação Física Profissional, cujas atividades oferecem suporte técnico, operacional e especializado às ações institucionais, contribuindo para a qualidade dos serviços prestados e para o bem-estar da comunidade acadêmica.

5.3.1 Núcleo de Informação e Documentação (NID)

O NID é responsável pelo correto andamento das funções de apoio administrativo relacionadas ao controle pedagógico, ao credenciamento de docentes e monitores do SIEDS e às ações formativas, incluindo registro, controle, expedição de diplomas e certificados, bem como arquivamento de documentos acadêmicos. Compete-lhe, ainda, a supervisão geral da Biblioteca.

O NID articula-se diretamente com as Coordenadorias de Ensino e demais setores do Instituto, bem como com as Unidades Acadêmicas e Diretorias de Ensino ou correlatas, para manter atualizados os dados e informações necessários ao bom funcionamento acadêmico-administrativo dos cursos. Conforme disposto no Estatuto do IESP, suas competências estão organizadas em níveis de gestão, sistematizados no Quadro 25:

Quadro 25 – Competências e ações integradas do NID.

GESTÃO	AÇÕES INTEGRADAS
Gestão de credenciamento de profissionais (docentes, instrutores, monitores e outros)	• Processar informações do banco de credenciamento do Instituto; • Analisar e realizar o credenciamento de profissionais; • Manter atualizado o banco de dados dos profissionais credenciados; • Atualizar as disciplinas vinculadas à Portaria nº 007/2018 – IESP, que regula o credenciamento de docentes; • Emitir relatórios dos profissionais credenciados para o ensino presencial e a distância; • Subsidiar as Coordenadorias de Ensino na seleção de profissionais aptos para os cursos.
Gestão de documentação e certificação (Discentes)	• Registrar, emitir, assinar e controlar a expedição de certificados e diplomas dos cursos executados ou coordenados pelo IESP; • Controlar a confecção e o estoque de certificados e diplomas; • Receber, conferir, arquivar e guardar a documentação discente; • Manter atualizado o banco de dados de egressos; • Zelar pelo acervo acadêmico digital.
Gestão de informação e assessoramento	• Promover a integração em rede com instituições congêneres; • Receber, atualizar e processar dados fornecidos pelos órgãos do IESP; • Assessorar o Diretor do Instituto com informações técnicas e precisas; • Propor melhorias de processos e ferramentas operacionais.

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

5.3.1.1 Biblioteca "DPC Kátia do Socorro de Sousa Lima Freitas"

A Biblioteca do IESP constitui unidade de informação destinada a suprir as necessidades acadêmicas e atender às demandas de docentes e discentes dos cursos de formação e qualificação executados pelo Instituto. Seu acervo contempla referências bibliográficas básicas e complementares definidas nos projetos pedagógicos encaminhados pelas academias e escolas que compõem o SIEDS.

A importância da Biblioteca se destaca por seu papel pedagógico, sendo organizado seu acervo segundo princípios internacionalmente reconhecidos pela Biblioteconomia, em conformidade com as exigências do Ministério da Educação (MEC)/CEE-PA.

A Biblioteca "DPC Kátia do Socorro de Sousa Lima Freitas" atende à comunidade interna e externa, reafirmando o compromisso do IESP com a responsabilidade social. Suas competências estão definidas no Quadro 26:

Quadro 26 – Competências da Biblioteca "DPC Kátia do Socorro de Sousa Lima Freitas".

EIXO DE ATUAÇÃO	COMPETÊNCIAS
Gestão do Acervo	• Supervisionar, acompanhar e avaliar as atividades de processamento técnico e empréstimo do acervo documental e bibliográfico; • Controlar, selecionar, tratar, analisar, armazenar, recuperar e divulgar o acervo bibliográfico; • Propor a aquisição de livros, periódicos, revistas nacionais e estrangeiras e outros materiais de interesse institucional.
Modernização e Serviços	• Propor ações de modernização dos serviços prestados pela Biblioteca; • Favorecer a integração online entre bibliotecas brasileiras e internacionais de órgãos ou instituições congêneres; • Promover a integração em rede com instituições congêneres.
Apoio Acadêmico	• Coordenar e controlar consultas e pesquisas de interesse de docentes, discentes e da administração, por qualquer meio; • Elaborar e manter organizado o catálogo de referências bibliográficas dos cursos do Instituto; • Planejar e desenvolver programa de editoração e publicações impressas.
Gestão Arquivística	• Proceder e controlar o arquivo acadêmico do Instituto; • Fiscalizar e monitorar as atividades do Arquivo Central, assegurando alinhamento às políticas e ao PDI.
Gestão da Informação	• Receber, atualizar e processar dados fornecidos pelos órgãos do IESP; • Assessorar o Diretor do IESP com informações precisas e suporte à melhoria de processos; • Propor melhorias nos processos e ferramentas operacionais.

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

5.3.2 Núcleo de Atenção à Saúde (NAS)

O NAS atua como órgão de assessoramento técnico especializado responsável pelo planejamento, acompanhamento e avaliação das condições físicas, psicológicas e biopsicossociais dos discentes, docentes e demais profissionais envolvidos nas atividades institucionais. Sua atuação observa as normas específicas que regem a matéria, assegurando a promoção da saúde, a prevenção de riscos e o suporte necessário ao desempenho acadêmico e profissional.

A estrutura do NAS é multidisciplinar, composta por profissionais das áreas de enfermagem, medicina, odontologia, nutrição, psicologia, fisioterapia e outras especialidades correlatas. Essa diversidade técnica possibilita ao setor realizar avaliações integradas, estudos aplicados à rotina dos agentes de segurança pública, bem como propor diretrizes de saúde ocupacional voltadas à prevenção de agravos, à melhoria do desempenho funcional e à preservação da segurança do cidadão.

No campo assistencial, o NAS desenvolve ações contínuas de acompanhamento biopsicopedagógico, mantendo articulação direta com o corpo docente e discente para identificação precoce de fatores que possam comprometer o rendimento acadêmico, o bem-estar emocional ou a adaptação às atividades de formação. Realiza atendimentos individualizados em situações que demandem intervenção imediata, oferecendo suporte especializado em casos de vulnerabilidade física, psicológica ou social.

Além das atividades assistenciais, o NAS promove ações educativas voltadas à saúde integral, incluindo a realização de palestras, oficinas e orientações sobre bem-estar, autocuidado, prevenção de agravos, saúde mental, hábitos saudáveis e postura profissional. Essas iniciativas buscam fortalecer a consciência preventiva e ampliar a cultura de cuidado entre servidores, alunos e colaboradores.

O NAS coordena, ainda, campanhas de vacinação destinadas aos servidores, discentes e profissionais do IESP, executadas em parceria com as Secretarias de Saúde do Estado e do Município. Essas ações ampliam a cobertura vacinal, fortalecem a prevenção de doenças e garantem maior proteção sanitária no ambiente institucional.

5.3.3 Núcleo de Capacitação Física Profissional (NCFP)

O NCFP tem por finalidade planejar, organizar e executar programas de condicionamento e recondicionamento físico, além de treinamentos de defesa pessoal, armada e desarmada, destinados aos alunos do IESP, aos integrantes dos órgãos vinculados ao Instituto e, quando previsto, a terceiros. Suas ações são desenvolvidas em consonância com os cursos ofertados, assegurando preparação adequada às demandas da atividade policial, de prevenção de riscos e de segurança pública.

Compete ao NCFP:

a) Propor ao Conselho Superior a definição ou adoção de padrões de condicionamento físico para os alunos do IESP;

b) Organizar programas de condicionamento físico e treinamento em defesa pessoal, armada e desarmada, executando-os em conjunto com o corpo docente;

c) organizar programas de recondicionamento físico e treinamento em defesa pessoal, armada e desarmada, destinados aos membros dos órgãos participantes do IESP e a terceiros, em articulação com a CEC;

d) desenvolver estudos, pesquisas e projetos na área de atividade física aplicada ao trabalho policial e bombeiro, com foco na prevenção de riscos coletivos, na segurança pública e na melhoria do desempenho profissional.

5.4 UNIDADES ACADÊMICAS DO IESP

As Unidades Acadêmicas, entendidas como órgãos de administração, controle e coordenação dos cursos em suas respectivas áreas, têm como competências a gestão do corpo docente e discente, o controle e a aplicação dos conteúdos acadêmicos, a seleção de professores em articulação com as Coordenadorias de Ensino às quais o curso está vinculado, bem como a programação e coordenação das atividades de pesquisa e das atividades complementares.

São Unidades Acadêmicas do IESP:

a) Academia de Polícia Civil (ACADEPOL);

b) Academia de Polícia Militar (APM);

c) Academia Bombeiro Militar (ABM);

d) Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) da PMPA;

e) Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização (CFAE) do CBMPA;

f) Atualmente, integra-se também ao IESP, como unidade acadêmica vinculada, a Escola de Administração Penitenciária (EAP) da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

A integração das Unidades Acadêmicas ao IESP constitui elemento essencial para a padronização, a eficiência e a qualidade da formação dos profissionais do SIEDS. Atuando como instâncias responsáveis pela gestão acadêmica, pela definição e execução dos conteúdos e pela articulação entre teoria e prática, essas unidades asseguram a especialização técnica necessária às demandas do Sistema.

A participação conjunta da ACADEPOL, APM, ABM, CFAP/PMPA, CFAE/CBMPA e EAP/SEAP fortalece a integração institucional e amplia a capacidade formativa do IESP. Essa estrutura compartilhada favorece o alinhamento pedagógico, otimiza recursos e garante que a formação dos agentes de segurança seja conduzida de maneira coerente, interdisciplinar e alinhada às diretrizes estratégicas da política estadual de segurança pública.

5.5 ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO ACADÊMICA

Os Órgãos de Execução Acadêmica são responsáveis pela implementação das atividades de ensino e pesquisa no Instituto. Estruturam-se por meio dos Colegiados de Cursos, organizados em cada Unidade Acadêmica para atender às necessidades das disciplinas curriculares. Esses colegiados reúnem os docentes das áreas correspondentes e asseguram a adequada condução pedagógica e acadêmica, mantendo um colegiado para cada curso de graduação ou pós-graduação regular ofertado pelo Instituto.

6. GESTÃO INSTITUCIONAL DO IESP

6. GESTÃO INSTITUCIONAL

A gestão institucional do IESP orienta-se pelos princípios da administração pública e pelo compromisso com a formação profissional de excelência e pela integração entre ensino, pesquisa, extensão, inovação e responsabilidade socioambiental. No contexto amazônico, o Instituto constitui-se como ator estratégico para o desenvolvimento sustentável e para o fortalecimento das políticas públicas de segurança, contribuindo para a preservação da biodiversidade, o uso racional dos recursos naturais e a mitigação dos impactos socioambientais.

A atuação institucional, alinhada à missão e à visão do IESP, fundamenta-se na produção de conhecimento, na qualificação profissional e na interação com a sociedade, promovendo práticas e políticas que integram defesa social, cidadania, sustentabilidade e desenvolvimento regional.

Consolida-se, assim, como pilar no aprimoramento das políticas públicas e na promoção de iniciativas que conciliam desenvolvimento e preservação, tornando-se referência na formação de profissionais preparados para os desafios contemporâneos e comprometidos com uma sociedade mais justa e sustentável.

6.1 AUTONOMIA INSTITUCIONAL

De acordo com o Estatuto do IESP (Resolução nº 012/99–CONSEP) e com a Lei nº 7.584, de 28 de dezembro de 2011, que reorganiza o SIEDS, o Instituto constitui-se unidade de ensino estadual específica da área de Segurança Pública, dotada de autonomia didática, científica e disciplinar. Sua manutenção financeira é realizada pela SEGUP, que coloca os recursos à disposição do IESP para o desenvolvimento de suas atividades, podendo contar, ainda, com recursos provenientes de outras fontes, tais como Termos de Execução Descentralizada, Termos de Cooperação Técnica, emendas parlamentares e instrumentos congêneres.

A Lei nº 7.584/2011 estabelece, em seu Art. 43:

> Art. 43. A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP, na condição de mantenedora, coordenará os órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS, quanto à alocação dos recursos materiais e humanos que serão colocados à disposição do Instituto de Ensino de Segurança do Pará - IESP.
> § 1º Os recursos postos à disposição do IESP pela mantenedora serão geridos:
> I - pelo próprio IESP, no que se refere aos recursos humanos e bens patrimoniais;
> II - em conjunto com a área gerencial respectiva da mantenedora, no que se referem às demais despesas correntes e às despesas de capital.
> § 2º As receitas oriundas das atividades do IESP serão recolhidas integralmente ao Fundo de Investimento de Segurança Pública - FISP e, após a dedução das despesas da mantenedora, colocadas à disposição do IESP e da Unidade Acadêmica responsável pelo curso, em partes iguais.
> § 3º O IESP poderá realizar convênios para o desenvolvimento de suas atividades em associação com terceiros e outros órgãos.
> Fonte: Pará (2011).

O artigo 43 estabelece que a SEGUP, como mantenedora, é responsável por coordenar os recursos que serão usados pelo IESP, sendo que este administra seus próprios recursos humanos e patrimônio, mas as despesas correntes e de capital são geridas junto com a SEGUP.

O IESP caracteriza-se, portanto, como unidade de ensino com gestão acadêmica própria e autonomia didática, científica e disciplinar, conforme o Quadro 27:

Quadro 27 - Dimensões da Autonomia Institucional do IESP

DIMENSÃO	DESCRIÇÃO
Autonomia de Gestão	• Organização interna e normatização; • Gestão financeira e orçamentária conforme legislações vigentes; • Implementação de políticas e diretrizes institucionais.
Autonomia Didática	• Criação, organização, alteração e extinção de cursos; • Definição de conteúdos curriculares e metodologias de ensino; • Estabelecimento de regimes escolares próprios; • Emissão de diplomas, certificados e demais documentos acadêmicos.
Autonomia Científica	• Desenvolvimento de pesquisas; • Disseminação de conhecimento técnico-científico; • Produção de estudos e inovação aplicada à Segurança Pública e Defesa Social.
Autonomia Disciplinar	• Estabelecimento de normas disciplinares próprias; • Aplicação de normas a todos os participantes das atividades acadêmicas e institucionais, permanentes ou temporários.

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

6.2 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E PARCERIAS ESTRATÉGICAS

As relações institucionais e as parcerias estratégicas estabelecidas pelo IESP com a comunidade, instituições públicas e privadas e o setor produtivo constituem mecanismos essenciais de interação com o mundo do trabalho e com a prática social. Ao longo de seus 25 anos, o Instituto tem promovido articulações com diversos segmentos do poder público, universidades, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público, secretarias de Estado e órgãos municipais, com o objetivo de construir soluções integradas e estimular a produção de conhecimento e de tecnologias aplicadas à Segurança Pública e Defesa Social.

A atuação institucional baseia-se no fortalecimento de uma cultura empreendedora, capaz de identificar oportunidades de cooperação e de promover a transferência de conhecimentos, tecnologias e soluções sociais para o bem-estar da população. Entre as parcerias já consolidadas, destacam-se aquelas firmadas com Guardas Municipais (Belém, Ananindeua, Marituba, Portel e Breves), universidades públicas e privadas, e demais instituições vinculadas ao Sistema de Segurança Pública em diferentes esferas federativas.

O IESP realiza por iniciativa própria, com apoio governamental, projetos específicos integrando-se com a sociedade civil, atuando de forma proativa para manter e desenvolver o crescimento da consciência coletiva a respeito dos direitos e deveres sociais do cidadão, objetivando uma melhoria na qualidade de vida da sociedade, buscando garantir sua sustentabilidade institucional e o autodesenvolvimento das representações civis. Tais projetos são resultantes de sua ação permanente, entre os quais se destacam:

a) Projetos de gestão comunitária, promovendo a participação integrada da comunidade em articulação com órgãos de Segurança Pública e Defesa Social;

b) Projetos de levantamento e de identificação de indicadores de grupos em vulnerabilidade social, visando subsidiar políticas públicas;

c) Projetos socioculturais, que disponibilizam à comunidade do entorno do IESP atividades lúdicas, esportivas, musicais e artesanais;

d) Projetos com foco no desenvolvimento psicofísico-motor, estimulando autoestima, convivência coletiva e disciplina.

O Instituto acredita que um dos caminhos mais prováveis para o desenvolvimento social e econômico do país se dá por meio do desenvolvimento tecnológico, apoiado na inovação e nas invenções desenvolvidas nas pesquisas e estudos realizados nas universidades e institutos de pesquisa no campo da Defesa Social e Segurança Pública. Cada vez mais, as pesquisas desenvolvidas nas IES se apoiam nas demandas sociais e tecnológicas da sociedade. Dessa forma, o IESP tem como meta fomentar pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços com conteúdo tecnológico.

Para isso, o IESP se propõe a estimular pesquisadores e discentes a desenvolverem tecnologias com potencial de aplicação e transferência de tecnologia ou criação de novas reflexões de base tecnológica, promovendo assim o desenvolvimento regional por meio da inovação tecnológica no SIEDS.

6.3 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

O corpo funcional é composto por servidores ocupantes de cargos em comissão, um servidor cedido da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), servidores cedidos por órgãos vinculados à SEGUP, profissionais de empresas terceirizadas, servidores temporários administrativos da SEGUP e docentes contratados temporariamente para prestação de serviços de docência para determinados cursos. Essa composição visa assegurar, de forma qualitativa e quantitativa, o adequado funcionamento das unidades administrativas e acadêmicas do Instituto.

6.3.1 Composição do Corpo Técnico Administrativo

A atual composição do corpo técnico-administrativo, embora funcional, ainda demanda aumento de contingente para atender às demandas crescentes do IESP, sobretudo diante da ampliação das atividades acadêmicas, administrativas e operacionais. A necessidade de recomposição e expansão do quadro é estratégica para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, garantindo maior eficiência institucional e alinhamento às diretrizes do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social.

Conforme a Lei nº 7.584, de 28 de dezembro de 2011, o IESP dispõe de 24 cargos em comissão, distribuídos da seguinte forma:

I. Diretor do Instituto de Ensino de Segurança do Pará – GEP-DAS-011.5
II. Gerente do Núcleo de Informação e Documentação – GEP-DAS-011.3
III. Gerente do Núcleo de Capacitação Física Profissional – GEP-DAS-011.3
IV. Gerente de Atenção à Saúde – GEP-DAS-011.3
V. Chefe de Gabinete – GEP-DAS-011.3
VI. Gerente Administrativo – GEP-DAS-011.3
VII. Coordenador de Grupo de Trabalho – GEP-DAS-011.3 (05 cargos)
VIII. Coordenador de Ensino Superior – GEP-DAS-011.4
IX. Gerente Técnico-Pedagógico de Ensino Superior – GEP-DAS-011.3
X. Gerente Técnico-Administrativo de Ensino Superior – GEP-DAS-011.3
XI. Coordenador de Ensino Profissional – GEP-DAS-011.4
XII. Gerente Técnico-Pedagógico de Ensino Profissional – GEP-DAS-011.3
XIII. Gerente Técnico-Administrativo de Ensino Profissional – GEP-DAS-011.3
XIV. Gerente de Supervisão de Ensino Profissional – GEP-DAS-011.3
XV. Coordenador de Ensino Complementar – GEP-DAS-011.4
XVI. Gerente de Controle de Ensino Complementar – GEP-DAS-011.3
XVII. Gerente de Eventos – GEP-DAS-011.3
XVIII. Coordenador de Campi – GEP-DAS-011.4
XIX. Gerente de Controle de Campi – GEP-DAS-011.3
XX. Gerente de Materiais e Serviços – GEP-DAS-011.3

Atualmente, o Instituto conta com o seguinte quantitativo de servidores apresentado no Quadro 28, observando-se a diversidade de vínculos funcionais que compõem o corpo técnico-administrativo:

Quadro 28 – Distribuição do efetivo de servidores por órgão de origem e tipo de vínculo.

ÓRGÃO DE ORIGEM / VÍNCULO	QUANTIDADE
PMPA - Cedidos comissionados, cedidos sem comissão, convocados da reserva remunerada e Voluntário Civil cedido	09
CBMPA - Cedidos comissionados, cedidos sem comissão, convocados da reserva remunerada e Voluntário Civil cedido	13
SEDUC - Cedido sem comissão	01
PCPA - Cedido comissionado	01
SEGUP - Cedidos comissionados, cedidos sem comissão, temporários e estagiários	19
TOTAL	**43**

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

6.3.1.1 Diretor do IESP

O Diretor do IESP é o gestor máximo da Instituição, conforme descrito no item 5.1.2 Diretoria do IESP deste PDI, sendo responsável por conduzir a administração geral, orientar as políticas de ensino, fomentar a inovação científica, consolidar conhecimentos voltados às políticas públicas e validar documentos acadêmicos e institucionais. Seu papel abrange liderança administrativa, estratégica e acadêmica, assegurando a efetividade do Instituto na formação em segurança pública.

6.3.1.2 Gerente do NID

A Gerência do NID exerce função de gestão acadêmica, documental e informacional, sendo responsável pela preservação da memória institucional, organização de dados acadêmicos, gestão de acervos, apoio aos processos pedagógicos e garantia da autenticidade dos documentos expedidos pelo IESP. As informações gerais referentes ao NID encontram-se descritas no item 5.3.1 Núcleo de Informação e Documentação (NID) deste PDI.

6.3.1.3 Gerente do NCFP

A Gerência do NCFP é responsável por assegurar a aptidão física, a segurança operacional, a preparação corporal e o suporte técnico-pedagógico aos docentes e instrutores, bem como pela organização de eventos e manutenção da infraestrutura esportiva do Instituto, contribuindo diretamente para a qualidade da formação e a saúde funcional dos profissionais. As informações gerais referentes ao NCFP encontram-se descritas no item 5.3.3 Núcleo de Capacitação Física Profissional (NCFP) deste PDI.

6.3.1.4 Gerente do NAS

A Gerência do NAS desempenha função estratégica de apoio à saúde física, psicológica e ocupacional, assegurando condições adequadas aos processos formativos, à segurança institucional e ao bem-estar dos discentes e servidores. As informações gerais referentes ao NAS encontram-se descritas no item 5.3.2 Núcleo de Atenção à Saúde (NAS) deste PDI.

6.3.1.5 Chefe de Gabinete

A Chefia de Gabinete exerce a função de núcleo de coordenação e assessoramento direto à Direção, sendo responsável pela gestão da agenda institucional, pelo fluxo documental, pelo atendimento ao público, pela comunicação interna e externa e pelo apoio operacional às Coordenadorias e Núcleos vinculados.

6.3.1.6 Gerente Administrativo

A Gerência Administrativa atua como centro de gestão administrativa do IESP, responsável por apoiar a Direção nas decisões estratégicas, gerenciar recursos humanos e financeiros, controlar contratos e documentos, manter cadastros atualizados e assegurar o cumprimento das normas administrativas e orçamentárias

6.3.1.7 Coordenador de Grupo de Trabalho

O Coordenador de Grupo de Trabalho (CGT) constitui instância de assessoramento direto à Direção do IESP, atuando como unidade de apoio técnico especializado para a realização de estudos, análises, elaboração de documentos normativos e subsídio às decisões estratégicas. Está formalmente vinculado ao Diretor do IESP, a quem presta informações, pareceres, notas técnicas e relatórios sempre que demandado, exercendo atuação transversal junto aos diversos setores da Instituição.

6.3.1.8 Coordenador da CES

O Coordenador é responsável pelo planejamento, gestão, supervisão e avaliação das atividades de ensino superior do IESP, atuando como instância intermediária entre o Diretor do IESP e as gerências técnico-pedagógica e técnico-administrativa. As informações gerais referentes à CES encontram-se descritas no item 5.2.1 Coordenadoria de Ensino Superior (CES) deste PDI.

6.3.1.9 Gerente Técnico-Pedagógico de Ensino Superior

A Gerência Técnico-Pedagógica de Ensino Superior é responsável por garantir a qualidade pedagógica, a coerência curricular e o desenvolvimento acadêmico-profissional dos cursos, atuando como núcleo estruturante do ensino de graduação e pós-graduação no âmbito do IESP, em articulação com os órgãos que compõem o SIEDS.

6.3.1.10 Gerente Técnico-Administrativo de Ensino Superior

A Gerência Técnico-Administrativa de Ensino Superior é responsável por assegurar a sustentação administrativa, documental, logística e operacional necessária ao funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação.

6.3.1.11 Coordenador da CEP

O Coordenador é responsável por organizar, planejar e supervisionar os cursos profissionalizantes, garantir a execução das diretrizes pedagógicas e operacionais, promover a articulação com unidades acadêmicas e Diretorias de Ensino e assegurar o alinhamento das ofertas formativas às normas institucionais e às exigências do Sistema de Segurança Pública. Atua como autoridade técnica e administrativa da área de ensino profissional, respondendo diretamente ao Diretor do IESP. As informações gerais referentes à CEP encontram-se descritas no item 5.2.2 Coordenadoria de Ensino Profissional (CEP) deste PDI.

6.3.1.12 Gerente Técnico-Pedagógico de Ensino Profissional

A Gerência Técnico-Pedagógica de Ensino Profissional é responsável por garantir a qualidade pedagógica, a coerência curricular e o desenvolvimento acadêmico-profissional dos cursos, atuando como núcleo estruturante do ensino técnico-operacional no âmbito do IESP.

6.3.1.13 Gerente Técnico-Administrativo de Ensino Profissional

A Gerência Técnico-Administrativa de Ensino Profissional é responsável pela sustentação administrativa, documental, logística e operacional que viabiliza o funcionamento dos cursos técnico-operacionais do IESP.

6.3.1.14 Gerente de Supervisão de Ensino Profissional

A Gerência de Supervisão de Ensino Profissional é responsável pelo acompanhamento, supervisão e controle pedagógico e administrativo dos cursos de formação, aperfeiçoamento e capacitação da área de ensino profissional do IESP, atuando como setor de fiscalização, assessoramento e garantia da conformidade das atividades formativas.

6.3.1.15 Coordenador da CEC

O Coordenador de Ensino Complementar é responsável por orientar e conduzir ações educativas voltadas à sociedade, organizar eventos acadêmicos e supervisionar unidades internas, atuando como elo entre o IESP e a comunidade na promoção da cultura de paz. As informações gerais referentes à CEC encontram-se descritas no item 5.2.3 Coordenadoria de Ensino Complementar (CEC) deste PDI.

6.3.1.16 Gerente de Controle da CEC

A Gerência de Controle do Ensino Complementar exerce a função de núcleo administrativo, pedagógico e de articulação da CEC, sendo responsável por planejar, controlar, executar e avaliar ações educativas destinadas à comunidade, bem como por assegurar o funcionamento operacional e documental das atividades do Ensino Complementar.

6.3.1.17 Gerente de Eventos

A Gerência de Eventos exerce a função de núcleo de organização institucional, responsável pelo planejamento, execução e avaliação dos eventos acadêmicos, cerimoniais e comunitários do IESP, atuando de forma integrada com a comunicação social, as unidades internas e os parceiros externos.

6.3.1.18 Coordenador de Campi

O Coordenador de Campi é responsável pela gestão da infraestrutura institucional, assegurando condições adequadas de funcionamento físico, patrimonial e logístico do IESP, além de coordenar serviços, obras, suprimentos e o uso de espaços especializados. As informações gerais referentes ao CAMPI encontram-se descritas no item 5.2.4 Coordenadoria de Campi deste PDI.

6.3.1.19 Gerente de Controle de Campi

A Gerência de Controle de Campi exerce a função de núcleo de gestão patrimonial, logística, de infraestrutura e de segurança institucional, garantindo a organização, o controle e o funcionamento adequado das estruturas e dos recursos físicos do IESP.

6.3.1.20 Gerente de Materiais e Serviços

A Gerência de Materiais e Serviços exerce a função de núcleo operacional e logístico do IESP, sendo responsável por garantir a infraestrutura adequada, o controle patrimonial e de materiais, a supervisão de serviços gerais, a manutenção predial e o suporte ao pleno funcionamento do Instituto, estando subordinada à Coordenadoria de Campi.

6.3.2 Corpo docente

O IESP, embora não possua corpo docente efetivo, mantém um banco de docentes credenciados, disponível a qualquer profissional que atenda aos requisitos das disciplinas e manifeste interesse em atuar como instrutor.

Integram o corpo docente do Instituto todos os professores credenciados no NID, organizados conforme as categorias previstas nas normas institucionais. O credenciamento, regulamentado pela Portaria nº 007/2018-IESP, é realizado pelo NID/IESP e permite que docentes prestem serviços de forma eventual, como pessoa física, sem vínculo empregatício. Para ministrar aulas em cursos promovidos pela SEGUP e pelos órgãos do SIEDS, é obrigatório o prévio credenciamento na disciplina correspondente. A documentação apresentada pelos candidatos é analisada sob critérios pedagógicos, acadêmicos e de experiência profissional.

O banco de dados contempla diversas categorias, incluindo docentes de cursos de graduação e pós-graduação, cursos de formação profissional e complementar, monitores, supervisores presenciais e a distância, aplicadores e fiscais de prova, dentre outros. A distribuição do corpo docente é diversificada, contemplando profissionais de diferentes níveis de formação, com maioria especialista, conforme o Quadro 29:

Quadro 29 – Quantitativo de Docentes Credenciados no IESP, por Titulação, de 2018 a 2024.

MÉDIO	GRADUADO	ESPECIALISTA	MESTRE	DOUTOR	PÓS-DR	TOTAL
505	841	1.693	272	75	04	**3.390**

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024)

6.4 PERFIL DESEJADO PARA O CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O perfil desejado para o corpo docente e técnico-administrativo, especialmente em áreas como Segurança Pública e Direitos Humanos, engloba um conjunto de qualidades que transcendem o conhecimento técnico específico. Buscam-se profissionais que, além de competentes em suas áreas de atuação, demonstrem um forte compromisso ético e pedagógico.

6.4.1 Notório Saber em Segurança Pública e Direitos Humanos

Este ponto destaca a necessidade de profissionais com conhecimento profundo e reconhecido nas áreas de Segurança Pública e Direitos Humanos. Trata-se não apenas do domínio teórico, mas também da compreensão das inter-relações práticas entre essas áreas. Espera-se que esses profissionais apresentem:

- Conhecimento aprofundado: Domínio das legislações, políticas públicas, teorias e práticas relacionadas à segurança pública (prevenção, repressão, gestão de conflitos, etc.) e aos direitos humanos (fundamentos, instrumentos de proteção, combate à violência e discriminação, etc.);
- Experiência prática relevante: Vivência profissional que comprove a aplicação desses conhecimentos em situações reais, permitindo o uso de exemplos concretos e estudos de caso no ensino e nas atividades técnicas;

- **Reconhecimento profissional:** Referência reconhecida por pares e pela sociedade, seja por publicações, participação em eventos, atuação em projetos relevantes ou outras contribuições significativas;
- **Visão crítica e atualizada:** capacidade de analisar criticamente os desafios atuais da segurança pública à luz dos direitos humanos, mantendo-se atualizado quanto a tendências, pesquisas e debates contemporâneos.

6.4.2 Notório Saber em Metodologias Ativas

A capacidade de aplicar metodologias ativas é crucial para um processo de ensino-aprendizagem engajador e eficaz. Espera-se que os profissionais possuam:

- **Domínio de diversas metodologias:** Conhecimento e habilidade para implementar abordagens pedagógicas que coloquem o estudante ou o profissional no centro do processo de aprendizagem, como aprendizagem baseada em problemas (ABP), estudo de caso, simulações, projetos, gamificação, entre outras;
- **Capacidade de inovação:** Criatividade para adaptar e desenvolver novas estratégias de ensino e aprendizagem que atendam às necessidades específicas dos conteúdos e dos participantes;
- **Habilidade de facilitação:** Competência para conduzir as atividades de forma a estimular a participação, o debate, a colaboração e a autonomia dos aprendizes;
- **Avaliação formativa:** Utilizar estratégias de avaliação que acompanhem o processo de aprendizagem, fornecendo *feedback* constante e auxiliando no desenvolvimento dos participantes.

6.4.3 Capacidade Científica, Técnica e Didática:

Este ponto abrange as competências essenciais para a produção e transmissão do conhecimento:

- **Capacidade Científica:** Habilidade para realizar pesquisas, analisar dados, produzir conhecimento novo e relevante para as áreas de atuação. Isso se aplica tanto a docentes quanto a técnicos que possam estar envolvidos em projetos de pesquisa ou desenvolvimento;
- **Capacidade Técnica:** Domínio das ferramentas, tecnologias e procedimentos específicos de suas áreas de atuação, garantindo a qualidade e a eficiência do trabalho realizado;
- **Capacidade Didática:** Habilidade para comunicar ideias de forma clara, organizada e envolvente, utilizando diferentes recursos e estratégias para facilitar a compreensão e o aprendizado. Isso inclui a capacidade de planejar aulas e atividades, utilizar recursos audiovisuais, promover a interação e adaptar a linguagem ao público.

6.4.4 Seriedade, Idoneidade e Integridade Moral:

Estes atributos são fundamentais para a credibilidade e a confiança no ambiente educacional e profissional, especialmente em áreas sensíveis como segurança pública e direitos humanos. Espera-se que os profissionais demonstrem:

- **Seriedade:** Compromisso com suas responsabilidades, ética profissional, rigor no cumprimento de prazos e tarefas;
- **Idoneidade:** Reputação ilibada e ausência de histórico de condutas antiéticas ou ilegais;
- **Integridade Moral:** Coerência entre discurso e prática, respeito aos valores éticos e morais, além de honestidade e transparência em suas ações.

6.4.5 Respeito à Disciplina e Hierarquia

Em instituições com estruturas hierárquicas bem definidas, especialmente aquelas vinculadas à segurança pública, o respeito à disciplina e à hierarquia é fundamental para o bom funcionamento institucional e para a coesão interna. Espera-se que os profissionais demonstrem:

- **Compreensão da estrutura organizacional:** Conhecimento e respeito pelas normas, regulamentos e pela cadeia de comando da instituição.
- **Obediência às diretrizes:** Cumprimento das ordens e orientações superiores, dentro dos limites da legalidade e da ética.
- **Postura profissional:** Comportamento adequado ao ambiente institucional, mantendo a compostura e a urbanidade nas relações interpessoais.
- **Colaboração:** Capacidade de trabalhar em equipe, respeitando as diferentes funções e responsabilidades dentro da organização.

O perfil ideal para docentes e técnicos administrativos que atuam nas áreas de Segurança Pública e Direitos Humanos reúne notório saber nas áreas específicas, domínio de metodologias ativas, sólida capacidade científica, técnica e didática, além de forte senso ético, integridade moral e respeito à disciplina e hierarquia institucional. A integração dessas qualidades é essencial para a formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com a promoção de uma cultura de respeito aos direitos humanos no âmbito da segurança pública.

6.5 PLANO DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE E POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO

O fortalecimento do corpo docente constitui diretriz estratégica para assegurar a qualidade acadêmica das atividades desenvolvidas pelo IESP.

A seleção e remuneração dos docentes ficam a cargo da instituição responsável pelo curso. O valor da hora-aula a ser remunerado segue a titulação acadêmica do docente, Quadro 30, com valores definidos na Resolução nº 484/2024:

Quadro 30 – Valores de Remuneração por Hora-Aula (Resolução nº 484/2024–CONSUP).

PÓS-DOUTOR	DOUTOR	MESTRE	ESPECIALISTA	GRADUAÇÃO	MÉDIO/TÉCNICO
R$ 150,00	**R$ 150,00**	**R$ 130,00**	**R$ 110,00**	**R$ 100,00**	**R$ 80,00**

Fonte: CONSUP (2024).

A ausência de vínculo empregatício limita avaliações internas e ações de melhoria contínua. Contudo, como os cursos ofertados pelo IESP possuem caráter eventual e atendem demandas estratégicas do SIEDS, essa limitação é mitigada. Para aprimorar a atuação pedagógica, o IESP desenvolve ações formativas, como o Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior em Segurança Pública e cursos complementares, incluindo o Curso de Formação de Supervisores, fortalecendo a qualificação dos profissionais envolvidos no processo de ensino.

Para aprimorar a atuação pedagógica no período de 2025 a 2034, o IESP adotará políticas de qualificação voltadas ao desenvolvimento acadêmico e profissional de seu quadro docente credenciado. Nesse sentido, serão priorizadas ações como a Qualificação Pedagógica por meio do Curso de Especialização em Docência e a oferta de cursos complementares, tais como o Curso de Formação de Supervisores, Formadores e Tutores, tanto na modalidade presencial quanto na educação a distância.

Adicionalmente, a priorização de iniciativas voltadas à obtenção de titulação em nível de Mestrado e Doutorado constitui eixo estratégico da política institucional de desenvolvimento docente, sendo viabilizada por meio de cursos próprios ou parcerias com instituições públicas e privadas.

7. PROJETO PEDAGÓGICO

7. PROJETO PEDAGÓGICO

O IESP, enquanto instituição de ensino superior dotada de autonomia didática, científica e disciplinar, estrutura sua atuação educacional com base no desenvolvimento de competências e habilidades essenciais ao profissional de segurança pública. Essa formação integra três dimensões fundamentais: o saber (conceitual), o saber-fazer (procedimental) e o saber-ser/conviver (atitudinal).

Os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), elaborados pelas Unidades Acadêmicas vinculadas ao Sistema de Segurança Pública, definem a identidade, o currículo, os objetivos formativos e as estratégias metodológicas de cada curso. A elaboração dos PPCs ocorre de forma coletiva, por meio de colegiados próprios, observando-se a Matriz Curricular Nacional (MCN) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) estabelecida pelo Ministério da Justiça (MJ). Esses projetos expressam o compromisso com uma formação acadêmica e profissional de excelência, alinhada ao desenvolvimento regional e à promoção da cidadania.

A política de ensino do IESP orienta-se pelos seguintes princípios:

a) Integração Ensino-Pesquisa-Extensão: promoção de vivências acadêmicas que articulam teoria e prática, favorecendo a análise crítica da realidade da segurança pública e a proposição de soluções para demandas sociais e regionais;

b) Qualidade da Educação: observância às normas educacionais nacionais e às diretrizes institucionais;

c) Gestão Participativa: incentivo à participação democrática em espaços colegiados e processos decisórios.

7.1 O IESP NO CENÁRIO REGIONAL E NACIONAL

A sociedade contemporânea exige respostas eficientes do poder público diante de um cenário social cada vez mais complexo. No Estado do Pará, desafios estruturais, como desigualdade social, expansão urbana acelerada, migração interna e conflitos agrários e ambientais, impactam diretamente a segurança pública.

Entre os principais problemas que afetam a população paraense, destacam-se:

- Aumento da violência, especialmente contra jovens, mulheres, pessoas negras e populações vulneráveis;
- Agravamento de conflitos rurais e socioambientais;
- Crescimento de fluxos migratórios e de pessoas refugiadas nos centros urbanos;
- Desigualdade social, desemprego e subemprego;
- Encarceramento massivo de jovens.

Nesse contexto, o IESP assume papel estratégico na formação inicial e continuada dos profissionais de segurança pública do Pará e de outros estados da federação, consolidando-se como centro de referência na área. Sua atuação fundamenta-se em princípios, estratégias operacionais e indicadores de excelência que orientam a formação profissional e a gestão institucional, conforme se observa no Quadro 31:

Quadro 31 – Princípios, estratégias operacionais e indicadores de excelência.

EIXO	AÇÕES
Princípios	• Proteção dos direitos humanos; • Ética e responsabilidade pública; • Prevenção e enfrentamento da violência; • Sustentabilidade e respeito ao meio ambiente; • Transparência e responsabilidade institucional; • Cooperação interagências; • Participação social e comunitária.
Estratégias Operacionais	• Inteligência e análise de dados; • Policiamento comunitário; • Prevenção da violência; • Enfrentamento ao tráfico de drogas; • Gestão eficiente de recursos; • Mediação de conflitos; • Participação nos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG).
Indicadores de Excelência	• Redução das taxas de criminalidade; • Melhoria da percepção de segurança; • Aumento da confiança social nas instituições policiais; • Redução de práticas de corrupção; • Ampliação do uso de tecnologias e sistemas de gestão.

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

A formação promovida pelo IESP apoia-se em uma abordagem integrada e colaborativa, capaz de fortalecer o papel do profissional de segurança pública e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, segura e democrática.

7.2 OS PRINCÍPIOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS E PEDAGÓGICAS

As práticas acadêmicas e pedagógicas do IESP são orientadas por princípios que asseguram a formação integral, crítica e tecnicamente qualificada dos profissionais de Segurança Pública. Esses princípios orientam os processos de ensino e aprendizagem, fundamentam a atuação docente e estruturam a experiência formativa do discente, em consonância com as diretrizes nacionais e com as demandas contemporâneas do setor.

Nesse sentido, o IESP compreende o discente como sujeito ativo de seu percurso formativo, responsável pela construção de seu próprio projeto acadêmico e profissional. A instituição, por sua vez, tem o compromisso de assegurar condições adequadas para o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes indispensáveis ao desempenho ético, eficiente e humanizado das funções de Segurança Pública.

O IESP, na consecução de suas finalidades, objetivos e metas, considera que:

- O discente é sujeito ativo de seu processo educativo, cabendo à instituição assegurar condições adequadas para que desenvolva seu projeto de vida e atue como agente transformador de sua realidade social.
- A escolha profissional deve ser consciente e consistente, fundamentada no conhecimento das aptidões individuais e na postura cidadã comprometida com o desenvolvimento nacional.
- O processo educativo deve estar orientado pelo princípio do "aprender a aprender", possibilitando ao futuro agente de segurança prevenir e enfrentar a criminalidade e a violência mediante atuação qualificada, contínua e socialmente responsável.

Reconhecendo a importância do comprometimento do discente com o desenvolvimento regional no âmbito da Segurança Pública e Defesa Social, o IESP deve proporcionar:

- Sólida formação teórico-prática, indispensável ao exercício das atividades profissionais;
- Educação de natureza reflexiva e crítica, formadora de profissionais capazes de gerir e operacionalizar ações de Segurança Pública e Defesa Social, conscientes de sua inserção na realidade histórico-social;
- Valorização do pensamento técnico-científico na elaboração de estudos e trabalhos acadêmicos;
- Metodologias ativas que favoreçam uma aprendizagem emancipadora, crítica e orientada para a autonomia intelectual;
- A integração das noções de ética e de direitos humanos às estratégias de gestão e às práticas de resolução de problemas no campo da Segurança Pública e Defesa Social;
- A discussão qualificada das questões de Segurança Pública na graduação e pós-graduação, com ênfase nos seguintes enfoques:
- Trabalho integrado entre instituições e órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social;
- Gestão e administração pública, com foco no planejamento e na eficiência;
- Dimensão operacional, voltada ao planejamento, comando, controle e execução de ações de segurança;
- Perspectiva jurídica, observando as exigências legais e o adequado tratamento dos conflitos;
- Formação técnico-profissional específica para o desempenho das atividades finalísticas de cada instituição.

Além disso, compete ao IESP:

- Estruturar seminários, fóruns e demais ações acadêmicas que promovam o debate sobre questões sociais relevantes relacionadas aos órgãos da Defesa Social, estimulando práticas produtivas e colaborativas com a comunidade;

- Favorecer a reflexão crítica sobre ética e direitos humanos na atuação profissional, tanto no âmbito público quanto no privado.

7.3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A Organização Didático-Pedagógica dos cursos e programas oferecidos pelo IESP, incluindo aqueles desenvolvidos em parceria com a UEPA e outras Instituições de Ensino Superior, fundamenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nos Regimentos Internos das instituições envolvidas.

Como Instituição de Ensino Superior credenciada, o IESP oferta cursos de formação, qualificação, aperfeiçoamento e capacitação voltados à segurança pública e defesa social. Em convênio com a UEPA, promove curso de pós-graduação *stricto sensu*: Mestrado Acadêmico em Tecnologia, Recursos Naturais e Sustentabilidade na Amazônia.

7.4 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E INOVAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

As ações pedagógicas do IESP orientam-se pela formação integral do profissional de segurança, promovendo pensamento crítico, protagonismo discente e capacidade de resolução de problemas. Para isso, adota as seguintes diretrizes:

- **Currículo flexível e inovador**: organização curricular interdisciplinar, dinâmica e contextualizada, reconhecendo o estudante como sujeito ativo do processo de aprendizagem.
- **Integração entre teoria e prática:** Inserção dos alunos em atividades práticas e exercícios pré-profissionais desde as etapas iniciais dos cursos, utilizando as unidades operacionais como espaços privilegiados de aprendizagem.
- **Docente como facilitador**: o professor atua como mediador do conhecimento e orientador das experiências formativas.
- **Inovações tecnológicas**: estímulo ao uso de tecnologias educacionais para ampliar o acesso à informação, ao conhecimento e às práticas de simulação.
- **Temas transversais**: abordagem sistematizada de direitos humanos, diversidade (étnico-racial, de gênero e sexual), ética e cultura brasileira, voltada à formação cidadã e multicultural.

7.5 METODOLOGIAS ATIVAS E FORMAÇÃO POR COMPETÊNCIAS

Em consonância com as tendências contemporâneas do Ensino Superior e com as exigências do campo da segurança pública, o IESP incentiva o uso de metodologias ativas, especialmente nos cursos de formação de oficiais e no programa de pós-graduação, este em parceria com a UEPA.

Essas metodologias estimulam o protagonismo do discente e favorecem a integração dos conteúdos curriculares. Estratégias baseadas em situações-problema, como a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e a Metodologia da Problematização, constituem ferramentas essenciais para aproximar teoria e prática.

Ao mobilizar problemas reais do cotidiano das corporações e da comunidade, busca-se desenvolver competências, habilidades e atitudes necessárias à tomada de decisão estratégica, ao pensamento crítico e à resolução eficiente de demandas no âmbito da segurança e defesa social.

7.6 RESPONSABILIDADE SOCIAL DO IESP

A inserção do IESP no Ensino Superior contribui para a sistematização e a difusão de conhecimentos relacionados às diversas áreas temáticas da Amazônia, reforçando seu papel como
instituição formadora de profissionais essenciais à sociedade. Ao formar agentes de segurança pública, o IESP aprofunda sua política institucional, produzindo conhecimentos e devolvendo à sociedade respostas e soluções que emergem de suas atividades acadêmicas. Assim, reafirma-se sua responsabilidade social e seu compromisso político como IES.

Nesse contexto, destaca-se a necessidade de disseminar, entre as instituições de Segurança Pública e Defesa Social, os novos conhecimentos produzidos a partir das transformações sociais e das práticas contemporâneas de gestão de políticas públicas. Os desafios enfrentados pelos operadores da Segurança Pública consistem, por um lado, em assegurar a proteção dos direitos dos cidadãos, garantidos pela Constituição Federal, e, por outro, em adotar meios eficientes de gestão. Tais meios devem ir além da execução operacional, voltada ao enfrentamento das diversas modalidades de crime, e contemplar, de forma prioritária, a revisão e o aprimoramento da estrutura burocrática que sustenta o sistema de segurança cidadã.

O gerenciamento estratégico e o uso adequado dos recursos físicos, humanos e financeiros são fundamentais para aprimorar a atuação estatal e promover o bem comum.

Considerando seus objetivos institucionais, especialmente o estímulo à pesquisa e à produção do conhecimento, o IESP entende que as reflexões construídas no ambiente acadêmico podem impulsionar transformações significativas na atuação dos profissionais de segurança e, consequentemente, na formulação e implementação de políticas públicas sólidas e eficazes voltadas à população amazônica.

7.6.1 O papel social do IESP e sua atuação junto à comunidade

O compromisso social do IESP não se limita à formação técnica e acadêmica dos profissionais de segurança pública. De acordo com sua lei de criação (Lei nº 6.257, de 17 de novembro de 1999) e seu Estatuto (Resolução nº 012/1999 do Conselho Estadual de Segurança Pública), uma de suas funções básicas é prestar serviços à comunidade. Essa diretriz institucional é operacionalizada por meio de ações de extensão, programas socioeducativos e atividades que fortalecem os vínculos entre o Instituto e a sociedade.

Nesse cenário, a CEC exerce papel central ao planejar, coordenar e supervisionar ações educacionais voltadas à construção da cultura de paz, tendo como público a comunidade em geral. A partir desse direcionamento, o IESP desenvolve iniciativas que promovem inclusão social, integração comunitária e formação cidadã, reafirmando sua responsabilidade social de forma concreta e contínua.

Com o intuito de ampliar sua atuação social, foi aprovado, em 2018, por meio da Resolução nº 272/2018 – CONSUP, o Projeto Artes Marciais Operando Resultados (AMOR) que previa a criação de duas turmas, cada uma composta por 35 alunos, totalizando 70 vagas. A execução do projeto fica a cargo do IESP, mantendo o planejamento e a coordenação técnica sob responsabilidade do NCFP.

A EKIESP tem como propósito promover a inclusão social por meio de aulas multidisciplinares, especialmente o karatê, além de ética, cidadania, saúde e qualidade de vida. O projeto oferece orientação qualificada voltada à formação do caráter, disciplina e comportamento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no município de Marituba. Entre os principais benefícios observados, destacam-se o desenvolvimento físico, psíquico e social integrado, a melhoria da convivência comunitária e o incentivo ao interesse saudável pela competição esportiva.

Como iniciativa alinhada aos princípios educativos do IESP, a EKIESP contribui para o desenvolvimento pessoal e social dos participantes, fortalecendo os laços entre o Instituto e a comunidade. Seu objetivo central consiste em implementar um projeto educacional capaz de promover inclusão social, autocontrole, socialização e disciplina, utilizando a prática das artes marciais como instrumento formativo e de construção da cultura de paz.

8. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

8. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

As políticas relacionadas às formas de acesso, ao apoio pedagógico e ao apoio financeiro constituem elementos fundamentais para assegurar a equidade, a transparência e a qualidade da formação oferecida pelo IESP.

8.1 FORMAS DE ACESSO, APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

8.1.1 Cursos de graduação e pós-graduação

Os cursos de graduação e pós-graduação estão descritos anteriormente no item 5.2.1, Coordenadoria de Ensino Superior (CES) deste PDI. As formas de acesso, bem como o apoio pedagógico e financeiro, variam conforme a natureza e a finalidade de cada curso.

O acesso aos CFO PMPA e CFO CBMPA ocorre por meio de concurso público, sendo que, no ato da matrícula, os discentes passam a ser considerados membros efetivos das corporações. Esses cursos exigem dedicação integral, possuem elevada carga horária e são desenvolvidos nos ambientes próprios das instituições militares, como a APM e a ABM. Quanto ao apoio financeiro, é concedida bolsa-salário (composta por soldo e vale-alimentação), custeada pelas respectivas corporações, em razão da obrigatoriedade e do caráter profissionalizante dessa formação.

Já o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública é ofertado na modalidade EAD, por meio da Plataforma Virtual de Cursos do IESP, sendo destinado a servidores efetivos do SIEDS. O ingresso ocorre mediante processo seletivo próprio, regulamentado por edital do IESP. As avaliações são realizadas presencialmente. Nesse caso, não há previsão de concessão de bolsas, por se tratar de formação opcional, direcionada à atualização e ao desenvolvimento profissional. O apoio pedagógico é garantido por meio de tutoria, materiais didáticos digitais e acompanhamento da equipe da CES.

Nos cursos de pós-graduação voltados à ascensão funcional (como CAO PM, CAO BM e CSPBM), o processo de acesso é conduzido internamente pelas instituições às quais pertencem os servidores. Essas formações ocorrem predominantemente nas instalações do IESP e são viabilizadas por meio de Termos de Execução Descentralizada (TED) firmados entre a SEGUP e as corporações, assegurando a sustentabilidade financeira das atividades acadêmicas. Não há pagamento de bolsas aos discentes, tendo em vista que os recursos são destinados exclusivamente ao custeio operacional dos cursos.

As demais pós-graduações *lato sensu*, ofertadas nas modalidades presencial (no IESP) e EAD (Plataforma EAD/IESP), são regidas por editais de convocação e utilizam processos seletivos conduzidos pelo IESP. Da mesma forma, não há previsão de bolsas, por se tratarem de formações opcionais, destinadas à capacitação e atualização profissional contínua.

8.1.2 Cursos de formação profissional e complementar

Os cursos de formação profissional e complementar estão descritos anteriormente nos itens “5.2.2 Coordenadoria de Ensino Profissional (CEP)” e “5.2.3 – Coordenadoria de Ensino Complementar (CEC)” deste PDI. As formas de acesso, bem como o apoio pedagógico e financeiro, variam conforme
a natureza e a finalidade de cada curso.

O acesso aos cursos de formação inicial de militares, destinados às praças da PMPA e do CBMPA e executados, respectivamente, pelo CFAP e pelo CFAE, ocorre por meio de concurso público. No ato da matrícula, os discentes passam a ser considerados servidores efetivos das
corporações. Nessa etapa, os alunos recebem bolsa-salário, custeada pelas instituições militares, como forma de apoio financeiro durante a formação.

Os demais cursos de formação inicial da PCPA, PCEPA, SEAP, DETRAN/PA e Guardas Municipais constituem fase dos concursos públicos, destinada à preparação dos candidatos antes da nomeação como servidores públicos. A supervisão pedagógica exercida pela CEP assegura a aderência curricular, a orientação metodológica e o alinhamento das atividades formativas às diretrizes institucionais vigentes.

Quanto às capacitações voltadas à ascensão e ao aperfeiçoamento profissional, observa-se que constituem instrumentos essenciais de progressão funcional, atendendo às normativas internas das corporações. Os cursos de ascensão à última classe da Polícia Civil, assim como os CAS e CGS da PMPA e do CBMPA, utilizam processos seletivos internos e são direcionados ao desenvolvimento de competências de liderança, gestão operacional e tomada de decisão. Já os cursos de capacitação operacional e específica, como os voltados à qualificação e atualização para porte de arma para Guardas Municipais, integram o conjunto de formações obrigatórias definidas por legislação federal, especialmente no que se refere ao porte institucional de arma de fogo.

Os cursos de capacitação profissional e complementar voltados ao desenvolvimento de competências operacionais e específicas possuem acesso voluntário, condicionado à disponibilidade de vagas e às demandas identificadas no âmbito das instituições do SIEDS. Essas formações contribuem para o aperfeiçoamento contínuo dos servidores e para o fortalecimento das práticas de segurança pública.

8.2 POLÍTICAS DE APOIO PEDAGÓGICO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Visando proporcionar aos discentes as melhores condições de aprendizagem, o IESP desenvolve programas de apoio pedagógico e ações de estímulo à permanência estudantil. A instituição busca ampliar, por meio de programas específicos, as políticas de inclusão e assistência estudantil, com o objetivo de elevar as taxas de acesso, permanência e êxito acadêmico na educação superior.

Os discentes do IESP contam com atendimento didático-pedagógico permanente e sistemático, realizado por profissionais vinculados aos cursos de graduação e pós-graduação, assegurando acompanhamento contínuo e suporte às demandas acadêmicas.

O IESP disponibiliza vagas em alojamentos estudantis para o público masculino e feminino, que podem ser destinadas a estudantes em situação de vulnerabilidade econômica. Os alojamentos são equipados com camas, colchões, guarda-roupas, além de banheiros.

8.3 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL (ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESTUDANTIL)

A organização estudantil do IESP é estruturada por meio de Diretórios Acadêmicos (DA), órgãos representativos dos discentes da graduação e da pós-graduação.

Os acadêmicos possuem representação com voz e voto nos colegiados superiores, conforme estabelecido na legislação vigente. Essa participação assegura a integração dos estudantes nos processos de decisão institucional e contribui para a promoção da gestão democrática.

Além disso, os estudantes podem participar, quando eleitos ou indicados, da CPA, ampliando sua atuação nos processos de autoavaliação institucional e reforçando o compromisso com a participação ativa e a convivência democrática no ambiente acadêmico.

8.4 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

O acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão do IESP constitui uma ação permanente, destinada a avaliar a pertinência, a efetividade e a qualidade das formações ofertadas pela Instituição. Essa iniciativa fortalece a retroalimentação do processo educativo, permitindo que os resultados da atuação profissional dos ex-alunos contribuam para o aprimoramento contínuo das práticas acadêmicas.

A implementação de um sistema informatizado de acompanhamento de egressos permitirá consolidar e expandir essas ações, possibilitando a coleta de informações sobre a inserção profissional e o desenvolvimento das atividades dos ex-alunos no mercado de trabalho, além de facilitar a divulgação de cursos de extensão e demais ofertas formativas do IESP. Ao monitorar o desempenho, as demandas e as dificuldades encontradas pelos profissionais egressos, a Instituição poderá orientar seus projetos de formação continuada de forma mais alinhada às necessidades reais de cada área.

Esse sistema também possibilitará que os egressos contribuam para o aprimoramento das matrizes curriculares, reforçando a participação ativa desses profissionais nos processos de avaliação e atualização acadêmica. Essa ação integra os objetivos previstos na seção Organização Didático-Pedagógica da Instituição.

Com vistas a fortalecer esse vínculo, o IESP promoverá eventos acadêmicos envolvendo a participação de egressos (CFO PM/BM, CAO PM/BM e CSPBM), com a finalidade de acompanhar e avaliar seus percursos pós-formação, promovendo diálogo, troca de experiências e atualização constante.

9. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

9. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

9.1 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

Diante da complexidade da sociedade brasileira atual com seus múltiplos problemas referentes às questões sociais, econômicas e políticas, é inegável que os profissionais da área de segurança pública necessitam de uma formação adequada para fazer face a esses desafios e àqueles atinentes ao aumento exponencial da violência social e à premência da discussão sobre direitos humanos e ética nas relações interpessoais, como elementos centrais de sua atuação.

Neste sentido, o trabalho integrado entre todas as instituições que atuam no SIEDS se faz necessário e urgente. Para tanto, a qualificação profissional se apresenta como um caminho imediato para a tentativa de resolução de problemas na área.

Entretanto, a organização didático-pedagógica do IESP não se esgota em mera qualificação profissional, mas pretende avançar no sentido de uma educação integrada que contemple diversas vertentes da atuação desse profissional, como ética, política, administrativa, jurídica e operacional.

Com esse processo, pretende-se promover, a médio e longo prazo, mudanças na postura dos profissionais da área de Segurança Pública e Defesa Social, em sua relação com a sociedade e no atendimento aos anseios desta.

O PDI do IESP está estruturado para responder às exigências de uma realidade sociopolítica complexa, oferecendo subsídios à administração estadual para ações de prevenção da violência, enfrentamento da criminalidade, proteção ambiental e fortalecimento da defesa civil. Nesse contexto, o Instituto estimula a articulação entre os órgãos que compõem o SIEDS, fomentando a modernização técnica e organizacional a partir da pesquisa e da produção de conhecimento.

Em consonância com esse compromisso, destaca-se o credenciamento do IESP para oferta de cursos superiores a distância pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), por meio da Portaria SERES/MEC nº 332/2023, bem como seu recredenciamento institucional e a renovação de reconhecimento de cursos pela Resolução nº 667/2023.

O IESP tem se comprometido com didáticas que privilegiam tanto o processo quanto os resultados. Com essa concepção, busca relacionar o ensino com atividades de pesquisa, de extensão e prestação de serviços com estímulo à autonomia acadêmica. A Instituição concebe a aprendizagem em sentido amplo, de tal forma que transcende a necessária formação técnica e desenvolvimento de competências. Seu objetivo é contribuir para a formação de um cidadão imbuído de valores éticos que, com competência formal e política, possa atuar no seu contexto social de forma comprometida com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e integrada ao meio ambiente.

Os PPCs dos cursos oferecidos pelo IESP garantem a flexibilização curricular por meio da inclusão de disciplinas que permitem a exploração e abordagem não só de temas do campo especializado, mas também de tópicos abrangentes, atuais e relevantes.

Complementarmente às aulas expositivas, o IESP adota práticas pedagógicas como seminários em que os estudantes discutam a literatura indicada para a disciplina e os resultados dos estudos que realizaram; discussão de casos, na preocupação de melhor articular as instâncias teóricas e práticas; organização de dinâmicas de grupo, buscando ativar a comunicação entre os pares, o aprendizado horizontal, a criatividade e o desejo de contribuir com novos elementos de discussão e análise; elaboração de artigos, relatórios e monografias, desenvolvendo a capacidade de comunicação escrita, interpretação, análise e aplicação de textos à solução de problemas previamente formulados; realização de aulas-problema capazes de estimular a pesquisa, a análise e a síntese; elaboração de relatórios de visitas, etc.

Constantemente, são realizadas atividades extracurriculares, como ciclos de palestras, seminários, workshops, visitas técnicas e ações de extensão, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem. Com base nas avaliações institucionais e de cursos, o Instituto mantém processo contínuo de revisão e atualização dos planos didáticos, considerando a evolução do conhecimento e as demandas sociais emergentes.

A formação oferecida pelo IESP contribui para a qualificação das informações utilizadas pelos órgãos de segurança pública, uma vez que pesquisa e tecnologia são aplicadas ao aprimoramento de processos administrativos, sistemas de identificação, suporte às atividades de inteligência e desenvolvimento de estratégias operacionais.

Orientada pelos resultados das avaliações institucionais e de cursos, também está prevista a adoção de um processo de revisão e atualização contínua do planejamento didático das disciplinas (objetivos, ementas, conteúdos programáticos, estratégias de ensino, aprendizagem e avaliação), tendo em vista a evolução do conhecimento e as mudanças das demandas sociais, além da necessidade de buscar aperfeiçoamento contínuo.

A atuação do IESP, na formação acadêmica do profissional de segurança pública e de defesa social, permitirá, ainda, melhorar a qualidade das informações, na medida em que as mesmas serão subsidiadas por pesquisas que terão como objeto a área da Segurança Pública e Defesa Social. Essa dinâmica pode contribuir na agilidade dos processos administrativos e judiciários nas unidades policiais; na aferição de dados (identidade, reconhecimento de digitais etc.) pelo sistema de identificação criminal; consultas e informações confiáveis aos policiais em suas missões estratégicas, permitindo a implementação de trabalhos didáticos que priorizem a atividade de inteligência, gerenciamento e treinamento de pessoal.

Considerando a relação entre segurança, entendida como condição “sem medo”, e cidadania, compreendida como a construção ética e responsável do ser humano, o PDI reafirma o compromisso de promover ações que resultem na melhoria da qualidade de vida da sociedade e no fortalecimento da cooperação entre governo e população.

Nesse sentido, o Instituto direciona seus esforços para áreas estratégicas:

- **Educação:** formação profissional em Segurança Pública e Defesa Social, gestão estratégica, educação ambiental e educação a distância;
- **Violência e Criminalidade:** prevenção, políticas de enfrentamento e melhoria do atendimento ao cidadão;
- **Ciência e Tecnologia:** geoprocessamento, monitoramento ambiental e gestão de desastres;
- **Direitos Humanos e Ética:** fundamentos, técnicas e práticas compatíveis com a atuação policial;
- **Gestão de Riscos Coletivos:** aprimoramento do planejamento e da gestão de ações de Defesa Civil;
- **Gestão da Segurança Pública:** análise das interfaces institucionais que impactam decisões estratégicas;
- **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):** orientação das ações formativas com base em valores e princípios dos ODS.

Essas ações estão alinhadas às áreas de concentração e linhas de pesquisa estabelecidas pela Portaria nº 02/2018 – GAB/IESP, garantindo coerência acadêmica e contribuição efetiva para a área de Segurança Pública e Defesa Social.

10. POLÍTICA DE EXTENSÃO E PESQUISA

10. POLÍTICA DE EXTENSÃO E PESQUISA

A elaboração da Política de Extensão e Pesquisa fundamenta-se em princípios que orientam as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo IESP. Nesse contexto, o Instituto mantém parcerias institucionais com outras Instituições de Ensino Superior que ampliam sua atuação acadêmica, voltadas à consolidação e expansão das políticas de extensão e pesquisa no âmbito do IESP.

10.1 MULTIDIMENSIONALIDADE DE CONHECIMENTOS ANCORADA EM SÓLIDO REFERENCIAL TEÓRICO

A multidimensionalidade dos conhecimentos, ancorada em sólido referencial teórico, constitui fundamento essencial das atividades acadêmicas do IESP. A pesquisa, enquanto princípio científico nas Instituições de Ensino Superior, visa à construção do conhecimento. Como princípio educativo, promove uma formação emancipatória e crítica.

Segundo Teixeira (1999, p. 71), a pesquisa, entendida como instrumentalização teórico-metodológica para a produção do conhecimento, integra-se ao processo de educação emancipatória ao estimular o questionamento sistemático, crítico e criativo. Assim, a pesquisa é concebida como atitude cotidiana, presente, contínua e dinâmica.

10.2 INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade constitui pressuposto teórico e metodológico dos projetos pedagógicos do IESP, orientando uma nova organização curricular. Para sua efetivação, é necessário esclarecer seus fundamentos, de modo que as ações interdisciplinares reflitam articulações consistentes entre conteúdos curriculares e práticas formativas, gerando conhecimentos significativos ao sujeito contemporâneo.

Para compreendermos a necessidade e o papel da interdisciplinaridade no contexto educacional atual, é preciso analisá-la sob uma perspectiva histórica, pois sua existência está relacionada à organização dos saberes em disciplinas, e ambas se impõem historicamente como construções humanas necessárias. Desta forma, de acordo com Jantsch & Bianchetti (1999, p. 21), não se pode compreender a disciplinaridade como patologia, uma vez que ela constitui a base necessária para o

surgimento da interdisciplinaridade. Os autores observam que a compreensão do processo de produção do conhecimento somente pode ser aprofundada à luz da materialidade histórica, tornando a interdisciplinaridade uma exigência do tempo presente.

Assim, é preciso alertar sempre sobre as formas equivocadas de interdisciplinaridade, que vêm sendo propaladas e que Etges (1999) classifica em dois tipos: generalizadora e instrumental. A forma generalizadora é a mais tradicional e tem um caráter universalizante, cujo princípio advém do ideário de Descartes que pressupõe um modelo único de ciência, no qual a questão da interdisciplinaridade está implícita e relacionada à questão de método. Já a instrumental se resume em tornar a ciência um mero instrumento para solução de problemas, e por isso a considera insuficiente, pois há uma redução da racionalidade à relação em que os meios devem se adequar aos fins subjetivamente postos.

Para Etges (1999, p. 64), a interdisciplinaridade consiste precisamente na transposição, no deslocamento de um sistema construído para outro. Assim, a interdisciplinaridade que propomos tem sua base na própria gênese e no fundamento da própria produção do saber, e não decorre da busca de alguns elementos comuns que deveriam ser descobertos para chegar a uma espécie de denominador comum, ou a uma unidade global, esforços que, segundo o autor, não produziram resultados significativos.

A disciplinaridade sozinha incorre nos riscos da fragmentação dos saberes e da excessiva especialização científica que transformam o indivíduo num ignorante especializado, daí a necessidade e o papel da interdisciplinaridade. Partindo desse princípio, fica evidente a responsabilidade inerente à busca da universalidade da produção de conhecimento no Ensino Superior, exigindo acompanhamento e avaliação constante.

No âmbito da formação dos profissionais da Segurança Pública, a proposta educativa requer um delineamento pedagógico diferenciado, fundamentado em interações enriquecedoras, promovidas pela interdisciplinaridade e pela transversalidade entre os diferentes componentes curriculares. A consideração das relações existentes entre os diversos campos do conhecimento contribui para uma compreensão mais ampla da realidade e favorece a construção de soluções significativas para os problemas enfrentados no exercício profissional.

A interdisciplinaridade confronta a segmentação dos campos de conhecimento, possibilitando relações epistemológicas entre as disciplinas. Romper com a fragmentação do saber não implica negar sua unidade, mas articulá-la de forma diferenciada, de modo que o diálogo entre conhecimentos favoreça a contextualização dos conteúdos diante das demandas de uma sociedade democrática. Tal perspectiva permite “levantar questões, abrir pistas, intervir construtivamente na realidade, favorecer o pensar antes, durante e depois da ação e, consequentemente, a construção da autonomia intelectual” (Cordeiro e Silva, 2003, p. 18).

10.3 TRANSVERSALIDADE

A transversalidade preconizada pela Matriz Curricular Nacional (MCN/SENASP) está apoiada na necessidade de discussão de temas emergentes, destacados pelos eixos articuladores, os quais se associam a possíveis questionamentos e cenários da realidade atual relacionados à Segurança Pública e à atuação profissional.

Segundo Cordeiro e Silva (2003), a transversalidade refere-se a temas sociais que permeiam os conteúdos das diferentes disciplinas, exigindo uma abordagem ampla e diversificada, não se esgotando num único campo de conhecimento. Os temas transversais não devem constituir uma única disciplina, mas permear todo o trabalho educativo. Os eixos articuladores perpassam as áreas temáticas. A dinâmica existente entre os conteúdos e questionamentos trazidos pelos eixos articuladores e as áreas temáticas auxilia na significação do processo de aprendizagem.

Para a efetivação da interdisciplinaridade e da transversalidade pretendida, aqueles que promoverem as Ações Formativas precisarão planejá-las a partir da análise crítica das ações pedagógicas, da cultura organizacional e das contradições constatadas em relação à problemática do mundo profissional e sociocultural, ou seja, entre teoria e prática, entre formação e demandas da sociedade.

Para tanto, a construção curricular amparada no referencial comum de Segurança Pública passa a exigir o investimento em práticas educativas que propiciem uma formação que se caracteriza por:

- Coerência com as diretrizes nacionais e a filosofia institucional;
- Compreensão da complexidade das situações de trabalho, das práticas de segurança pública e das competências necessárias à atuação dos profissionais que compõem e operam o Sistema de Segurança Pública;
- Organização curricular que promova a articulação entre os eixos articuladores e as áreas temáticas por meio de percursos interdisciplinares;
- Desenvolvimento e transformação progressiva de capacidades intelectuais e afetivas para o domínio de conhecimentos, habilidades, hábitos e atitudes pertinentes aos perfis profissionais;
- Utilização de metodologias e técnicas coerentes com um ensino compromissado com a transformação social e profissional.

10.4 ARTICULAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA

A construção do conhecimento, numa visão crítico-reflexiva, deve ser, segundo Teixeira (1999), o eixo de todas as experiências universitárias. Tais experiências devem ser fundamentadas nas teorias e relacionadas com as práticas, evitando-se a transformação de professores e alunos de meros consumidores, em produtores do conhecimento.

A articulação entre teoria e prática, enquanto princípio norteador do projeto pedagógico de um curso, tem relação direta com a questão da organização curricular. A identidade de um curso estará sujeita a alterações e consolidações na direção desejada se seus coordenadores, professores e alunos partilharem princípios e pressupostos básicos. Portanto, é necessário que se busque a coerência entre o "pensado", representado pelos pressupostos teóricos formulados no interior do curso, e a "prática" construída. Assim, é fundamental buscar coerência entre o que se planeja, representado pelos pressupostos teóricos definidos, e o que se realiza na prática formativa.

Nesse sentido, a articulação teórico-prática deve promover:

- Ampliação das competências profissionais;
- Estímulo à atividade intelectual e à responsabilidade pelo próprio desenvolvimento pessoal;
- Avaliação continuada das práticas e da aprendizagem.

10.5 ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA PESQUISA

As atividades de pesquisa no IESP têm como finalidade principal a produção de novos conhecimentos tecnológicos na área da segurança, da proteção do cidadão e riscos coletivos. Tais atividades devem manter estreita vinculação com os programas de ensino, integrando-se às práticas cotidianas do Sistema de Segurança Pública.

A Portaria nº 21/2020-IESP estabelece normas para a institucionalização de projetos de pesquisa no âmbito do IESP. Quanto à coordenação da pesquisa, observam-se as seguintes atribuições institucionais:

a) No âmbito executivo, as deliberações do Diretor do IESP;

b) No plano deliberativo e normativo, as deliberações da Câmara de Ensino e Pesquisa.

Em conformidade com a MCN/SENASP, o IESP instituirá seu Plano Geral de Metas em Pesquisa, instrumento estratégico que orienta a política institucional de investigação. No âmbito do PDI, esse plano define prioridades científicas, eixos temáticos e diretrizes metodológicas, constituindo referência obrigatória para os Planos Gerais de Atividades Acadêmicas. Dessa forma, garante-se a articulação entre ensino, extensão e formação continuada, assegurando o alinhamento às demandas do SIEDS e às necessidades da Segurança Pública no Pará. O PDI, portanto, consolida a pesquisa como um eixo estruturante da gestão acadêmica e da atuação técnico-científica institucional.

O Plano Geral de Metas em Pesquisa será elaborado com base nas diretrizes gerais estabelecidas pela Câmara de Ensino e Pesquisa do Conselho Superior, sob a coordenação de um titular das Coordenadorias de Ensino. Para o desenvolvimento e adequação das atividades de pesquisa, o IESP observará as seguintes diretrizes:

a) Estimular a discussão, no âmbito do SIEDS, para identificar as demandas na área da pesquisa;

b) Buscar o melhor aproveitamento possível de recursos disponíveis, estimulando a concretização de programas interinstitucionais de pesquisa;
c) Manter atualizadas e disponibilizar, no âmbito do Instituto, informações sobre fundos de financiamento à pesquisa;
d) Incentivar a qualificação do corpo técnico e docente, propiciando a participação em programas de pós-graduação, bem como em congressos e simpósios;
e) Estimular a pesquisa interdisciplinar.

10.5.1 Programas de Pesquisa

A pesquisa desenvolvida no âmbito do IESP tem proporcionado grandes avanços científicos e tecnológicos, contribuindo de forma significativa para o aprimoramento dos serviços prestados à população na área da segurança pública. Suas atividades de pesquisa concentraram-se em projetos vinculados à mesma área.

O IESP destaca-se como instituição pioneira na pesquisa em segurança pública, articulando saberes específicos e áreas afins para a produção de conhecimento aplicado. Essa atuação visa ao fortalecimento das políticas públicas e à qualificação das práticas institucionais, com base em estudos sistemáticos, análises técnicas e investigação científica.

Para o desenvolvimento do trabalho investigativo, os cursos ofertados pelo IESP estruturam-se em suas linhas de pesquisa, que orientam a definição dos temas e a elaboração dos projetos, considerando necessidades e/ou problemas identificados no contexto profissional e institucional dos discentes, concentradas nas áreas de “Gestão de Riscos e Desastres” e “Prevenção e Repressão da Violência e Criminalidade”.

As linhas de pesquisa, regulamentadas por meio da Portaria nº 02/2018-IESP, estão assim estabelecidas:

- Sistema de segurança, tecnologias e inovações em extinção de incêndios;
- Busca e salvamento;
- Avaliação, monitoramento e gestão de sistema de prevenção de desastres;
- Estratégias de prevenção de riscos coletivos;
- Tecnologias e inovações para a prevenção e repressão criminal;
- Estratégias de prevenção e repressão qualificada da violência e criminalidade;
- Avaliação de políticas, programas, projetos e atividades vinculadas ao Sistema de Segurança Pública e Defesa Social;
- Criminologia e segurança pública;
- Sistema de Segurança Pública e suas inter-relações;
- Valorização dos operadores de segurança pública;
- Organização, gestão e produção do conhecimento do Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal;
- Direitos humanos, participação comunitária e controle das atividades de Segurança Pública e Justiça Criminal.

Por fim, o Instituto se propõe a implementar no âmbito da pesquisa:

a) Ampliação e qualificação dos projetos de pesquisa

O IESP estimulará a ampliação do número de projetos de pesquisa, incentivando a participação de parceiros externos. As linhas de pesquisa devem ser definidas para evitar pulverização de esforços e assegurar maior coerência temática. Os resultados das pesquisas devem ser divulgados à sociedade, com a previsão dos custos de divulgação nos projetos aprovados.

b) Aperfeiçoamento do Sistema de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), monografias e equivalentes

A elaboração de monografias, TCCs ou equivalentes constitui etapa conclusiva do processo de iniciação científica na graduação, desenvolvida sob orientação acadêmica e representativa da síntese da

incorporação e da produção do conhecimento, na articulação entre teoria e prática, especialmente no âmbito dos estágios e das práticas profissionais.

10.6 POLÍTICA DE EXTENSÃO

O IESP estimulará as atividades de extensão com o objetivo de ampliar sua participação junto aos órgãos do Sistema e à sociedade. A Extensão no IESP poderá ser desenvolvida por meio de cursos, capacitações, seminários, conferências, serviços técnico-científicos e ações de difusão de novos conhecimentos no campo da segurança. Tais atividades poderão ser de iniciativa do próprio Instituto ou das instituições integrantes do Sistema, em parceria ou em atendimento a solicitações externas.

As atividades de extensão realizadas por demanda específica de órgãos ou instituições e que impliquem custos adicionais para sua execução deverão ter os recursos necessários assegurados pela instituição demandante, mediante instrumento próprio, observada a legislação aplicável. Para as atividades de extensão de interesse das instituições integrantes do SIEDS, o financiamento poderá ocorrer com recursos do erário público, mediante dotação ou destaque orçamentário, conforme o caso, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e a legislação aplicável. A coordenação executiva das atividades de extensão caberá à CEC, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Superior do IESP.

A criação do IESP decorre das necessidades de modernização e atualização dos órgãos que compõem o SIEDS, bem como da necessidade de promover mudanças culturais fundadas na quebra de paradigmas, aproximando progressivamente os integrantes do Sistema da sociedade em um exercício contínuo e recíproco de cidadania. Nesse contexto, estabelece-se a Política de Extensão do IESP, cujas ações e programas visam intensificar a atuação institucional junto à população, definindo claramente o papel do Instituto perante a sociedade. Assim, a extensão é compreendida dentro de um contexto socioeconômico e político que incorpora as múltiplas dimensões desse fazer integrador, contribuindo para a construção dos pilares da paz social e, consequentemente, de uma sociedade mais justa e democrática.

Ressalta-se, ainda, a importância da participação da sociedade nesse processo, uma vez que as questões relativas à segurança pública resultam de fatores conjunturais e estruturais da organização social, evidenciando que a responsabilidade pela construção de novos modelos de convivência é compartilhada por todos.

Por meio de sua política de extensão, o IESP busca estabelecer os nexos entre teoria e prática, articulando as atividades de ensino e pesquisa às necessidades da sociedade, especialmente no que se refere às demandas relacionadas à segurança e à defesa do cidadão. A atuação junto à comunidade visa promover o intercâmbio de conhecimentos, validar a produção científica e estabelecer o necessário feedback sobre o que deve ser pesquisado, fortalecendo o processo dinâmico de troca sistemática entre os órgãos prestadores de serviços de segurança e a população. Tal articulação assegura uma interface permanente, permitindo a ausculta contínua das demandas sociais.

A extensão favorece a aproximação entre o espaço acadêmico e a sociedade, promovendo a criação e recriação de conhecimentos de forma dialética, orientando o ensino, a pesquisa e, por consequência, a própria Política de Segurança do Estado. Essa dinâmica contribui para o planejamento de programas, projetos e atividades, garantindo a troca de experiências com os usuários dos serviços de segurança e estimulando a articulação do saber a partir do confronto com a realidade.

Essa percepção das demandas e necessidades da sociedade propicia a produção de novos conhecimentos que se integrarão ao ensino e à pesquisa, realimentando a dinâmica de interação, de revisão permanente com o contexto social.

Neste sentido, os princípios de sustentação da extensão são:

- Manutenção de comunicação permanente com os mais variados segmentos da sociedade em seu contexto socioeconômico e político-cultural;
- Estabelecimento da relação Instituição–docente–discente–sociedade como processo de intercâmbio, interação, modificação mútua e complementaridade;
- Assegurar a formação de profissionais – cidadãos, capazes de responder e criar alternativas às questões sociais que se apresentarem;

- Oportunizar a produção de conhecimento, de aprendizagem mútua e de implementação do fazer integrado, ou seja, de ações simultaneamente transformadoras para o IESP e para a Sociedade;
- Tornar recíproco o aprendizado entre o corpo docente, discente e sociedade, em qualquer tempo e espaço oportunos;
- Envolver social, política e profissionalmente docentes, discentes, técnicos e demais servidores, por meio de atividades interdisciplinares, planejadas de maneira integrada.

Dessa forma, as ações de extensão assumem a função de suporte essencial às atividades finalísticas do IESP, especialmente no que se refere à produção, aplicação e difusão do conhecimento.

10.6.1 Modalidades de Extensão

As modalidades de extensão do IESP representam diferentes formas de interação entre o Instituto, os órgãos do SIEDS e a sociedade, promovendo a difusão do conhecimento, a qualificação profissional e a oferta de serviços técnico-científicos. A definição dessas modalidades considera a natureza das ações, o público-alvo e sua articulação com o ensino e a pesquisa, assegurando que cada iniciativa contribua para o fortalecimento do papel social do Instituto. A seguir, apresentam-se as modalidades de extensão adotadas pelo IESP, acompanhadas de suas principais características:

- Cursos de Extensão: atendem às demandas não contempladas pela atividade regular do ensino formal de graduação ou de pós-graduação, podendo ser ofertados nas modalidades presencial, a distância ou híbrida;
- Eventos: compreendem as palestras, seminários, exposições, congressos e outras atividades de caráter acadêmico, técnico ou científico;
- Projetos de Extensão de Ação Contínua: visam ao desenvolvimento das comunidades e à integração social com outras instituições;
- Programas Especiais: compreendem atividades de duração determinada que não se enquadram nas modalidades existentes;
- Programas Permanentes: caracterizam-se por uma organização estável e contínua, voltando-se à produção e à divulgação científica, artística, cultural ou técnico-profissional.

10.6.2 Programas de Extensão e de Ação Comunitária

A concepção de extensão no Ensino Superior passou por um processo de evolução, superando gradativamente uma perspectiva centrada na mera transmissão de conhecimentos técnicos e científicos por meio de cursos e outras atividades. A compreensão contemporânea da extensão reconhece seu caráter formativo e sua contribuição para a aproximação entre a instituição de ensino e a sociedade, considerando as demandas sociais e profissionais e promovendo a articulação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. Nessa perspectiva, as ações extensionistas devem favorecer a aplicação e a produção de conhecimentos, o intercâmbio de experiências e a contribuição institucional para o desenvolvimento da sociedade, em consonância com sua missão e com as necessidades do contexto em que está inserida.

Nesse contexto, as concepções e práticas de extensão no Ensino Superior passaram por um processo de aprimoramento, superando gradativamente perspectivas centradas exclusivamente na transmissão ou na prestação de serviços e valorizando a interação entre a instituição de ensino e a sociedade. A extensão passou a ser compreendida como atividade processual que, articulada ao ensino e à pesquisa, contribui para o enriquecimento do processo pedagógico, para a socialização e a aplicação dos conhecimentos produzidos na instituição e para a aproximação com a comunidade. Essa perspectiva amplia a compreensão da extensão para além da realização de cursos, prestação de serviços ou promoção de eventos isolados, conferindo às ações extensionistas caráter contínuo e integrado à formação acadêmica e ao desenvolvimento institucional.

A produção do conhecimento por meio da extensão fundamenta-se na valorização e no intercâmbio entre saberes acadêmicos e sociais, contribuindo para a democratização do conhecimento com a participação da comunidade. Por esse motivo, é recorrente dizer que a extensão é uma via de mão dupla, na qual a comunidade acadêmica produz, na práxis, conhecimentos que, em seu retorno à instituição, são submetidos à reflexão teórica e incorporados ao conhecimento acadêmico. Esta dinâmica contribui para a produção de conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos e filosóficos, vinculados à realidade brasileira e regional.

A extensão possibilita que a instituição se veja não como proprietária de um saber pronto e acabado, a ser oferecido à sociedade, mas como parte desta e, portanto, sensível aos seus problemas, prioridades e demandas, reafirmando seu compromisso com a formação de profissionais cidadãos. A interação com a comunidade torna-se componente essencial dessa formação, permitindo que os discentes desenvolvam consciência crítica, compreensão ética da realidade e competências técnico-profissionais alinhadas às necessidades sociais.

Desde a fundação do IESP, em novembro de 1999, as atividades extensionistas integram suas ações de formação. Inspirada no princípio de “aprender fazendo”, a proposta orientava-se para uma formação científico-prática, constituindo uma abordagem voltada à compreensão da Segurança Pública e à atuação diante de situações que envolvem a mediação de conflitos. O ensino proposto pelo IESP não se alinha ao modelo tradicional, predominantemente teórico e baseado na transmissão de conhecimentos. Ao contrário, sua proposta contempla uma matriz educacional, pautada no ensino teórico-prático.

A extensão do IESP tem, portanto, raízes em seu próprio surgimento. Ao longo do tempo, as práticas extensionistas foram se institucionalizando. Mais recentemente, observa-se a ampliação de práticas de caráter participativo, voltadas à interação entre a instituição e a sociedade. A partir de 1999, a política de extensão estabeleceu novos marcos conceituais relacionados a essas atividades vinculando a prática extensionista à formação profissional, à cidadania e à relevância social do ensino e da pesquisa.

A oferta de atividades de extensão busca refletir sua importância para a complementação do ensino e para a difusão e aplicação dos conhecimentos, tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade em geral, como elemento de contribuição para o desenvolvimento social. No âmbito interno, diversas são as ações extensionistas destinadas à ampliação e ao aprofundamento das relações entre o IESP e a sociedade, promovendo alternativas de transformação da realidade e contribuindo para a construção e o fortalecimento da cidadania.

A extensão no IESP decorre da vontade institucional de levar à comunidade o saber e o fazer desenvolvidos no Instituto. Nesse sentido, as ações de extensão organizam-se em duas linhas distintas:

a) Ação Comunitária

O IESP participa e desenvolve ações comunitárias em geral, bem como executa, por iniciativa própria e com apoio governamental, projetos específicos. A manutenção e o desenvolvimento desses projetos resultam de sua ação institucional permanente. Destacam-se os seguintes subprojetos:

- Subprojetos de levantamento e identificação de indicadores de grupos em situação de vulnerabilidade social;
- Subprojetos de preparação profissional, voltados ao desenvolvimento de competências e qualificação para o trabalho;
- Subprojetos voltados ao desenvolvimento psico-físico-motor, estimulando a autoestima, a convivência em grupo e a disciplina entre os participantes.

b) Ação Acadêmico-Profissional

Incluem-se nesta categoria os cursos de extensão oferecidos à comunidade interna do IESP e à comunidade externa, inclusive mediante parcerias. O IESP tem a expectativa de realizar cursos de extensão para o corpo discente e oferecer cursos de extensão e de aperfeiçoamento profissional à comunidade externa.

11. DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO DO AGENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

11. DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO DO AGENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

A formação em Segurança Pública, no âmbito do IESP, fundamenta-se na definição clara do perfil do egresso, na seleção criteriosa dos conteúdos curriculares e na adoção de fundamentos metodológicos alinhados à MCN/SENASP. O perfil do egresso orienta-se pelo desenvolvimento de competências cognitivas, operativas e atitudinais, pautadas nos princípios éticos, nos Direitos Humanos, na responsabilidade social e no compromisso com o interesse público.

A organização e seleção dos conteúdos ocorrem de forma sistemática e participativa, garantindo atualização permanente, interdisciplinaridade e articulação entre teoria e prática. Os fundamentos metodológicos privilegiam abordagens ativas e participativas, promovendo a reflexão crítica, a contextualização dos saberes e a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

A avaliação do rendimento acadêmico deve ser planejada de maneira integrada ao processo educacional, considerando-se o desenvolvimento progressivo das competências previstas e a adoção de práticas pedagógicas inovadoras, voltadas à formação profissional qualificada, cidadã e socialmente referenciada.

11.1 PERFIL DOS EGRESSOS

O perfil dos egressos do IESP caracteriza-se pela formação de profissionais qualificados para atuar na área da Segurança Pública e da Defesa Social, dotados de visão ampla, crítica e reflexiva da realidade regional, nacional e global. Fundamentado nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e no PDI, esse perfil assegura consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e orienta-se pelos princípios dos Direitos Humanos, da ética profissional, da responsabilidade social e do compromisso com o interesse público, preparando o egresso para o exercício competente, responsável e cidadão de suas atribuições nas esferas pública e privada.

Busca-se, ainda, estimular a iniciação e o desenvolvimento da pesquisa científica, cultural e tecnológica, com vistas à promoção de ações transformadoras da realidade social e ao compromisso efetivo com um modelo de desenvolvimento sustentável do Estado do Pará.

Desse modo, a definição do perfil do egresso considera a análise das ocupações exercidas por policiais civis, policiais militares e bombeiros militares, cujas atribuições se distinguem quanto à natureza e aos objetivos. Essa análise evidencia, também, a relevância da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) como instrumento que contempla a dimensão técnica das ocupações existentes no mercado de trabalho, enfocando as competências técnicas e operativas associadas às atividades desempenhadas pelos diferentes profissionais da Segurança Pública, bem como as competências exigidas para cada cargo.

Assim, como o ponto de partida para um perfil profissiográfico, a CBO é uma excelente fonte. Mas, numa perspectiva além das competências técnicas ou operativas, as competências precisam ser complementadas por outras que abarquem também as cognitivas e ampliem o leque das atitudinais para que os profissionais da área de Segurança Pública possam compreender seu papel como sujeitos sociais e políticos no espaço que ocupam e possam, consequentemente, refletir e decidir sobre as ações que realizam como agentes do Estado e como cidadãos compromissados com segurança das cidades e dos cidadãos. Isso se faz necessário, pois, dado o seu papel fomentador, articulador e integrador, são essas competências que norteiam a elaboração e as propostas dos programas e projetos da SENASP.

É importante ressaltar que essas competências possuem uma relação estreita com os eixos ético, legal e técnico, conforme proposto por Balestreri (1998), com os Quatro Pilares da Educação, definidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver, bem como com as dimensões do conhecimento: saber, saber fazer e saber ser. Com o objetivo de ampliar as competências previstas na CBO e subsidiar a formulação de programas e projetos formativos para a área da Segurança Pública, foi elaborado um mapa de competências destinado a orientar as ações formativas dos profissionais do setor.

A MCN constitui referência fundamental para a definição do perfil profissiográfico dos agentes de Segurança Pública, orientando a formação profissional a partir do desenvolvimento de competências cognitivas, operativas e atitudinais, bem como da observância dos Princípios da Matriz (Princípios Éticos, Princípios Educacionais e Princípios Didático-Pedagógicos). A MCN também estabelece objetivos formativos, eixos articuladores e áreas temáticas, além de orientações teórico-metodológicas e diretrizes pedagógicas da SENASP, assegurando uma formação integrada, ética e alinhada às demandas da sociedade, conforme se observa no Quadro 32:

Quadro 32 – Elementos da Matriz Curricular Nacional (MCN) para a definição do Perfil Profissiográfico dos Agentes de Segurança Pública.

DIMENSÃO	TIPO	DESCRIÇÃO
Perfil Profissiográfico	-	Orienta a formação dos agentes de Segurança Pública, considerando as atribuições profissionais, o compromisso ético, a responsabilidade social e a atuação alinhada às demandas da sociedade.
Competências	Cognitivas	Desenvolvimento da capacidade de análise crítica, compreensão do Sistema de Segurança Pública, do ordenamento jurídico e das políticas públicas, subsidiando a tomada de decisões fundamentadas.
	Operativas	Abrangem habilidades técnicas e procedimentais necessárias à atuação profissional, incluindo a proteção de pessoas, o uso adequado de equipamentos, tecnologias e técnicas operacionais.
	Atitudinais	Referem-se a valores, posturas e comportamentos profissionais, tais como ética, controle emocional, responsabilidade, civilidade, respeito aos Direitos Humanos e compromisso com o interesse público.

Quadro 32 - Continuação.

Princípios da Matriz	Éticos	Asseguram a compatibilidade entre Direitos Humanos e eficiência da atuação profissional, bem como a valorização da dignidade humana e das diferenças.
	Educacionais	Fundamentam-se na flexibilidade, diversificação, abrangência, capilaridade, qualidade e atualização permanente dos processos formativos.
	Didático-Pedagógicos	Orientam o planejamento, a execução e a avaliação das ações formativas, valorizando os conhecimentos prévios, a interdisciplinaridade e a articulação entre teoria e prática.
Objetivos	Formativos	Visam à qualificação profissional contínua, ao fortalecimento das competências necessárias à atuação em Segurança Pública e à promoção da cidadania.
Eixos	Articuladores e Áreas Temáticas	Estruturam os conteúdos formativos, promovendo a integração entre ética, cidadania, Direitos Humanos, diversidade, conflitos e Segurança Pública.
Orientações	Teórico-Metodológicas	Direcionam as práticas pedagógicas, priorizando metodologias ativas, reflexão crítica e contextualização das ações formativas.
Diretrizes	Pedagógicas da SENASP	Estabelecem parâmetros nacionais para a formação em Segurança Pública, assegurando unidade conceitual, qualidade e alinhamento às políticas públicas do setor.

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024), com base na MCN/SENASP (2014).

11.2 SELEÇÃO DOS CONTEÚDOS

A seleção dos conteúdos é feita continuamente, respeitando as Diretrizes da MCN/SENASP, e em observância à Lei nº 9.394/1996. Nesse processo, os docentes reúnem-se para analisar, discutir e atualizar os conteúdos programáticos de cada disciplina, sempre com a orientação e o acompanhamento do corpo pedagógico que compõe o IESP. Essa escolha de conteúdos se dá pela divisão dos professores em blocos que são os seguintes: bloco teórico-metodológico, bloco de gestão, bloco operacional e bloco técnico-profissional. Essa divisão dos professores por bloco se faz necessária, pois é o momento no qual se encontrarão vários saberes para discutir dentro de sua área e fazer a relação interdisciplinar com outras áreas do saber.

11.3 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

As metodologias utilizadas no processo ensino-aprendizagem variam de acordo com a natureza dos cursos e das disciplinas. Adota-se um modelo ativo-participativo, valorizando os questionamentos, ideias e sugestões dos discentes, de maneira a contribuir para que seu aprendizado esteja mais perto de formar cidadãos conscientes e ativos, por privilegiar iniciativas que envolvam questionamentos e construção de novos argumentos. Diversas atividades são desenvolvidas para que os discentes pensem de forma integrada, fazendo relações entre os conteúdos vistos em sala para consolidar conhecimento. Busca-se, assim, assegurar que os discentes sejam sujeitos ativos, e não meros receptores, no processo de aprendizagem.

Grande parte das disciplinas ofertadas pelo IESP contempla, em seus conteúdos programáticos, aulas teóricas e práticas. Nas aulas teóricas expositivas, os conteúdos são apresentados de forma a estimular o debate e a reflexão, visando à construção de raciocínio lógico e crítico acerca dos temas abordados. Aulas organizadas em grupos de discussão, com análise de casos, situações-problema, artigos científicos, aplicabilidade de novas tecnologias e outros assuntos permitem aos alunos o desenvolvimento de habilidades de análise crítica e integração de conhecimentos.

As apresentações de trabalhos acadêmicos, nas modalidades escrita e oral, contribuem para o aprimoramento da capacidade de organização de ideias, comunicação escrita e oral, além de favorecer o trabalho em equipe.

Os conteúdos práticos articulam aulas demonstrativas com atividades em que os discentes executam diretamente as tarefas propostas. Nessas práticas, os alunos têm a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos, desenvolvendo habilidades por meio de simulações ou de situações reais.

O IESP busca assegurar infraestrutura laboratorial adequada, com equipamentos em quantidade e qualidade compatíveis com a excelência do ensino e da pesquisa. Ademais, são promovidas atividades complementares, como viagens de estudo, visitas técnicas, eventos e palestras. A participação no Seminário Acadêmico possibilita aos discentes conhecer, apresentar e discutir os resultados de seus trabalhos acadêmicos.

O Seminário é um evento realizado anualmente, que tem como finalidade promover a pesquisa, estimulando o debate sobre a produção do conhecimento, com vistas à melhoria dos indicadores de segurança pública.

O IESP, ao adotar estratégias educativas diversificadas e complementares no pensar e no fazer acadêmico, busca, de forma gradativa, o conhecimento da realidade regional e nacional e de seus condicionantes histórico-político-sociais; a formação de profissionais competentes para atuar de maneira responsável sobre essa realidade; o compromisso com as necessidades e os interesses fundamentais da comunidade; a articulação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão; e a incorporação de novas tecnologias que representem avanços para a realização das atividades acadêmico-pedagógicas.

A formação de atitudes não decorre exclusivamente das práticas pedagógicas, sendo igualmente influenciada por fatores de natureza psicológica e social. Nesse sentido, as definições da perspectiva educativa e de suas respectivas metodologias enfatizam:

- O ensino e a aprendizagem de conceitos como instrumentos de problematização, compreensão e transformação da realidade;
- A participação ativa e reflexiva dos educandos como condição para a construção de atitudes, comportamentos e da responsabilização moral, orientados por valores relacionados aos temas transversais, tais como direitos humanos, ética, cidadania e pluralidade cultural.

- No que se refere às estratégias metodológicas, o IESP se propõe:
- Adotar metodologias de ensino direto, indireto ou semi-indireto, conforme as características das atividades formativas, utilizando técnicas de ensino individualizadas, coletivas e em grupo, de modo a alcançar os objetivos propostos;
- Implementar de forma ampla e consistente os princípios pedagógicos da interdisciplinaridade e da contextualização;
- Adotar o currículo de cidadania como eixo transversal a todas as disciplinas, por meio de leituras e atividades práticas baseadas em situações reais ou simuladas que envolvam julgamento moral;
- Oportunizar atividades comunitárias que envolvam os discentes em problemas sociais e pessoais, tais como visitas a orfanatos, presídios, asilos, centros comunitários, entre outros;
- Promover espaços para a participação de membros da comunidade, docentes e discentes, com o objetivo de compartilhar experiências pessoais que envolvam processos relevantes de julgamento moral;
- Assegurar que os planos de áreas de estudo e os planos de disciplinas indiquem procedimentos didáticos e técnicas metodológicas que coloquem o discente no centro do processo de aprendizagem, por meio de situações-problema que estimulem a pesquisa, a reflexão, a criação e a construção do conhecimento;
- Priorizar a qualidade dos conteúdos em detrimento da quantidade de informações, valorizando o papel do professor como facilitador da aprendizagem, devidamente capacitado e comprometido com o uso de novas tecnologias, a dinamização das aulas, inclusive as de caráter prático, e a contextualização dos conteúdos em relação à formação acadêmica e ao exercício profissional;
- Reduzir, sempre que possível, a predominância de aulas exclusivamente expositivas e discursivas, buscando o aproveitamento das experiências e dos conhecimentos do corpo docente;
- Nos cursos de formação e treinamento profissional, adotar metodologias de ensino direto, com caráter eminentemente prático, ativo e objetivo, priorizando exercícios reais e/ou simulados;
- Utilizar exercícios simulados apenas quando a realização de atividades reais for inviável ou não recomendada;
- Promover a participação dos órgãos do Sistema de Segurança Pública e de Defesa Social do Estado na execução das atividades práticas, em consonância com os princípios, competências e habilidades estabelecidos na Matriz de Referência para a Formação e Capacitação dos Profissionais da Área de Segurança Pública.

11.4 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação do rendimento acadêmico deve ser planejada de forma integrada com o processo educacional, compreendendo-se que os procedimentos avaliativos não podem estar dissociados do processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a avaliação deve pautar-se pelos seguintes princípios:

- Utilização dos resultados dos procedimentos de avaliação para discussões e redefinições do processo ensino-aprendizagem;
- Realização de avaliações formativas frequentes e periódicas;
- Opção preferencial pelos instrumentos de avaliação que contemplem os aspectos cognitivos, as habilidades e as competências do processo ensino-aprendizagem.

A avaliação, portanto, deve estar contextualizada nas definições conceituais e metodológicas do plano curricular de formação do profissional de segurança pública e de defesa social. Sob essa perspectiva, não se compreende a avaliação como mero instrumento de mensuração de conhecimentos ensinados, tampouco como a aplicação exclusiva de provas organizadas e estruturadas com a finalidade de verificar apenas o domínio de conceitos, regras, princípios e normas das ciências e das técnicas em estudo.

De forma afirmativa, o plano curricular pressupõe que a avaliação vise:

- Privilegiar a compreensão de questões sociais, o pensar sobre elas, analisá-las, fazer proposições e avaliar alternativas;
- Elaborar reflexões socioindividuais sobre as áreas de estudo no contexto interdisciplinar;
- Aplicar o aprendizado a novas situações concretas nos campos específicos de atuação;
- Formular comparações entre as técnicas e operações e as teorias sociojurídicas;
- Estabelecer relações teórico-práticas entre as áreas sociopolíticas e jurídicas e técnico-operacionais e os temas transversais.

A concepção de avaliação, proposta de maneira afirmativa, requer que os conteúdos de natureza conceitual tenham sido construídos e internalizados de forma a possibilitar tais relações, aplicações e elaborações.

A avaliação é um processo cuja função é determinar valores. Ao longo do processo avaliativo, busca-se observar e analisar, em determinado contexto e sob diferentes aspectos, aquilo que possui valor e deve ser mantido, o que necessita ser reformulado e o que deve ser superado. Dessa forma, tornam-se indispensáveis procedimentos avaliativos contínuos, paralelos e sistemáticos, para que a avaliação cumpra seu papel de propiciar o alcance dos objetivos propostos na organização curricular, prevenindo ou corrigindo eventuais desvios indesejáveis.

Sob o ponto de vista acadêmico, essas premissas assumem igual importância para a instituição, para o docente e para o discente. Ao definir os procedimentos de avaliação, o docente deve considerar o planejamento da disciplina, seus objetivos e as determinações curriculares, bem como os interesses, as possibilidades e as características dos alunos. Assim, o sistema de avaliação deve explicitar claramente os modos, métodos, técnicas e instrumentos a serem utilizados no processo avaliativo.

Considerando-se esses aspectos, torna-se mais provável o alcance dos propósitos da avaliação, sem caracterizá-la como punitiva, permitindo que os discentes compreendam de forma clara como serão avaliados e quais critérios serão adotados, reconhecendo a função pedagógica da avaliação no componente curricular.

Em consonância com esses princípios, o IESP poderá utilizar os seguintes instrumentos e/ou técnicas de avaliação:

- Provas escritas e/ou orais;
- Trabalhos em grupo e/ou individuais;
- Projetos de pesquisa;
- Relatórios de visitas técnicas e as atividades de laboratório;
- Frequência, pontualidade e assiduidade;
- Participação em debates, seminários e outras atividades afins.

Para os componentes curriculares que envolvem a elaboração de artigos científicos, as avaliações são diferenciadas e encontram-se detalhadas em tópicos específicos do respectivo manual.

O sistema de avaliação será aplicado em cada disciplina, considerando-se os critérios de nota e frequência estabelecidos no projeto pedagógico. O processo avaliativo proposto pelo IESP, orientado pela MCN/SENASP, tem como objetivo fornecer informações que possibilitem a reorganização permanente dos processos de ensino e aprendizagem.

Nessa abordagem, o sistema de avaliação não se restringe aos critérios de aprovação ou reprovação, constituindo-se como base para o monitoramento contínuo da qualidade e da eficácia das ações educativas, a partir de critérios claramente definidos e amplamente divulgados.

Os critérios de avaliação da aprendizagem têm como referência os objetivos definidos para o processo de formação e capacitação, bem como o desenvolvimento das competências previstas.

De acordo com Perrenoud (2001), para a melhor compreensão da relevância social e educacional da avaliação da aprendizagem, importa investigar os fracassos e avanços a partir da reflexão sobre as práticas avaliativas. Isso implicará a renovação dessas práticas, permeada pela observação direta e pela intenção de auxiliar os discentes na reflexão crítica sobre a sua própria produção, para que possam reconsiderar suas próprias ideias, ações e atitudes.

Os profissionais da área de Segurança Pública devem desenvolver consciência crítica sobre a qualidade de sua aprendizagem e de sua produção. Para tanto, devem ser estimulados a analisar situações concretas e hipotéticas e a conceber, com o apoio do docente, um projeto pessoal de formação. É fundamental que o discente observe a si próprio e ao seu grupo de trabalho em diferentes situações práticas, exercitando a reflexão e a análise entre sua percepção e a avaliação realizada pelos docentes.

Conforme Perrenoud (2001), esse processo auxilia na análise de atitudes, valores e papéis sociais, além de favorecer o esclarecimento e a revisão de práticas, possibilitando ao discente tomar consciência de suas necessidades e motivações e, a partir disso, conceber um projeto pessoal de formação. Tal movimento permite a transição de uma simples aquisição de saber-fazer para uma formação orientada à construção da identidade profissional.

Dessa forma, torna-se necessário oportunizar situações avaliativas que permitam ao discente reconhecer seus esquemas de percepção, pensamento, avaliação, decisão e ação, reconsiderando suas próprias ideias em uma perspectiva de aprendizagem como processo de reconstrução permanente. Essa abordagem favorece a elaboração de esquemas de percepção que possibilitem escolhas conscientes e eficazes diante de incidentes críticos, por meio da construção de cenários formativos e do desenvolvimento de novos hábitos profissionais.

Assim, faz-se imprescindível desenvolver uma avaliação da aprendizagem que favoreça a tomada de consciência sobre os esquemas de ação, possibilitando sua transformação, bem como a visualização da qualidade do ensino e da aprendizagem, a partir de critérios definidos, objetivos e transparentes.

A avaliação do rendimento acadêmico no IESP é disciplinada por norma interna, a qual estabelece os procedimentos e as condições inerentes ao processo avaliativo. Considerando que tais procedimentos não podem estar dissociados do processo de ensino-aprendizagem, a avaliação deve pautar-se pelos seguintes princípios:

- Planejamento dos procedimentos de avaliação de forma integrada ao processo educacional, com conteúdos e objetivos bem definidos;
- Utilização dos resultados dos procedimentos avaliativos para subsidiar discussões, reflexões e redefinições do processo de ensino-aprendizagem;
- Realização de avaliações formativas, frequentes e periódicas;
- Opção preferencial por instrumentos de avaliação que contemplem os aspectos cognitivos, as habilidades e as competências desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem;
- Utilização dos resultados das avaliações para monitorar a eficácia do processo de ensino-aprendizagem, visando ao aprimoramento da formação do estudante e das práticas pedagógicas adotadas pelos docentes do IESP.

A elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) constitui etapa conclusiva do processo de formação acadêmica, representando a síntese da incorporação e da produção do conhecimento construído ao longo do curso, especialmente na articulação entre teoria e prática, vivenciada nos estágios e nas práticas profissionais. O contato com a realidade e com a ambiência profissional específica deve ocorrer desde as séries iniciais, possibilitando que os trabalhos finais estejam, preferencialmente, articulados aos projetos desenvolvidos no núcleo de pesquisa do IESP.

O estágio supervisionado está vinculado às disciplinas especializadas, específicas de cada área da Segurança Pública e da Defesa Social, ofertadas a partir do primeiro ano letivo. Essas disciplinas articulam-se às práticas de campo, que devem constar nos planos de estudos especializados, desenvolvidos de forma individual ou em equipe, sob a coordenação dos docentes responsáveis e da supervisão acadêmica. Ao término das atividades, é obrigatória a apresentação de relatório final por parte do aluno ou da equipe que realizou o estágio em quartéis-escola ou em outras unidades operacionais.

Nesse sentido, o IESP promove a indissociabilidade entre teoria e prática dos conhecimentos apreendidos em sala de aula, compreendendo que a construção do conhecimento, em uma perspectiva crítico-reflexiva, deve constituir o eixo central das experiências universitárias. Conforme Teixeira (1999), tais experiências devem ser fundamentadas teoricamente e relacionadas às práticas, evitando-se a formação de docentes e discentes como meros consumidores de conhecimento, estimulando-os, ao contrário, como sujeitos produtores do saber.

A articulação entre teoria e prática configura-se como princípio norteador do IESP e está diretamente relacionada à organização curricular. A identidade de uma instituição de ensino consolida-se na medida em que gestores, docentes e discentes compartilham princípios e pressupostos básicos, tornando-se imprescindível a coerência entre os fundamentos teóricos formulados no interior do curso e as práticas efetivamente construídas.

11.5 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS

Os princípios éticos, estéticos e políticos sistematizados na organização curricular e nas práticas pedagógicas orientam as diretrizes a serem concretizadas na formação do profissional de Defesa Social. Tais diretrizes fundamentam-se na articulação multidisciplinar e transversal dos saberes, com ênfase nos conteúdos de natureza humanista, técnica e prática, em consonância com a MCN proposta pela SENASP.

Nesse contexto, destacam-se as seguintes práticas pedagógicas inovadoras:

- Prática de Ensino baseada na integração dos discentes dos cursos de formação de profissionais de Defesa Social
- Incentivo à iniciação científica e à produção científica voltado, especificamente para área de Defesa Social e Segurança Pública, a fim de que no futuro seja reconhecida como uma ciência;

- Incentivo à elaboração de projetos de pesquisa, com foco na pesquisa intervencionista, com o intuito de propor soluções práticas de políticas públicas.

11.6 POLÍTICAS DE ESTÁGIO, PRÁTICA PROFISSIONAL E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades de estágio no âmbito do IESP são coordenadas pelas Unidades Acadêmicas, às quais compete o planejamento, a coordenação, o acompanhamento e o registro das ações desenvolvidas. Os estágios são realizados em Delegacias, Unidades Operacionais, atividades de policiamento ostensivo e nas demais Unidades da PMPA e do CBMPA, com acompanhamento de superior responsável pela supervisão institucional.

Como parte da prática de ensino, o estágio deve oferecer ao estudante a oportunidade de utilizar os conhecimentos e habilidades adquiridos no curso para responder às demandas e aos desafios da realidade profissional. As metas do estágio devem estar alinhadas ao desenvolvimento de um saber prático que exija do discente uma postura investigativa, crítica e problematizadora da realidade, de forma integrada à proposta pedagógica da instituição.

Para que os estágios cumpram sua função formativa, é fundamental o engajamento dos espaços institucionais concedentes, os quais devem receber retorno efetivo pela colaboração estabelecida. Dessa forma, as parcerias firmadas caracterizam-se como ações cooperativas, com benefícios recíprocos às instituições envolvidas. No âmbito das Unidades Acadêmicas, a coordenação do estágio é responsável pelo registro da participação dos estudantes em estágios obrigatórios, pela prospecção de oportunidades, pelo atendimento e orientação aos discentes, bem como pela emissão de certificado de participação.

A profissionalização dos sujeitos não pode ocorrer de forma dissociada da reflexão social mais ampla, sendo fundamental que a organização curricular esteja em consonância com as mudanças paradigmáticas do mundo contemporâneo. Nessa perspectiva, o currículo é compreendido como um artefato social e cultural, que envolve dimensões sociológicas, políticas e epistemológicas. Conforme Moreira e Silva (1994), o currículo não é um elemento neutro ou desinteressado, mas um espaço de produção de identidades individuais e sociais, historicamente situado.

De acordo com Apple (1994), o currículo nunca se limita a um conjunto neutro de conhecimentos presentes nos textos e nas salas de aula, sendo resultado de seleções, disputas e concessões culturais, políticas e econômicas, que refletem visões específicas sobre o conhecimento legítimo.

Dessa forma, faz-se necessário evitar que as disciplinas assumam caráter estanque, isolado ou hierarquizado, buscando-se uma organização curricular mais flexível ao longo dos períodos letivos, bem como a implementação de atividades complementares que atuem como elementos articuladores das ações desenvolvidas ao longo do curso. Deve-se evitar, ainda, a separação rígida entre disciplinas teóricas e práticas, o que refletiria uma concepção fragmentada e hierarquizada do conhecimento.

O PDI do IESP fundamenta-se em uma organização objetiva, resultante de uma atividade sistematizadora voltada à realização de objetivos comuns. Conforme Saviani (1993), essa sistematização é produto de uma práxis intencional, entendida como atividade humana prática fundamentada teoricamente, que pressupõe a unidade dialética entre teoria e prática e se materializa em resultados concretos.

Para que a organização curricular se consolide como instrumento de promoção humana, é imprescindível que seja permanentemente avaliada, confrontando-se com os objetivos propostos, de modo a evitar sua cristalização em modelos formais e obsoletos.

11.7 POLÍTICA E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

No que concerne às práticas de EaD, o IESP, inicialmente, integrou a proposta de formação, qualificação, aperfeiçoamento e educação continuada viabilizada pela SENASP, destinada a atender às necessidades específicas da área de Segurança Pública, Defesa Social e Cidadania dos Estados da Federação. Essa iniciativa consolidou-se por meio do "Projeto de Educação a Distância – Segurança Pública e Educação ao Alcance de Todos (SEAT)".

Tomando como referência a infraestrutura tecnológica atualmente disponível no IESP, incluindo a ACADEPOL, a APM, a ABM, o CFAP, o CFAE e a EAP, a instituição utiliza sua plataforma própria de ensino a distância para a oferta de cursos na modalidade EaD destinados aos órgãos integrantes do SIEDS.

No processo de EaD adotado pelo IESP, as dimensões da comunicação, da informação e dos recursos audiovisuais assumem papel central na formação, atualização e no aperfeiçoamento contínuo dos profissionais de Segurança Pública e Defesa Social, contribuindo para a ampliação do acesso ao conhecimento e para a melhoria da qualidade das práticas institucionais.

12. POLÍTICAS DE OFERTA DE CURSOS

12. POLÍTICAS DE OFERTA DE CURSOS

Conforme já abordado neste PDI, no item 8 – Políticas de Atendimento aos Discentes, especialmente no subitem 8.1 – Formas de Acesso, Apoio Pedagógico e Financeiro, retoma-se, neste capítulo, a política de oferta educacional do IESP. São apresentadas as formas de ingresso, os níveis de ensino ofertados, graduação, pós-graduação e ensino técnico-profissional, bem como a expansão prevista para o período de 2025 a 2034.

Destaca-se, nesse contexto, o ingresso por meio de concurso público, a ampliação da oferta de cursos EaD, o fortalecimento da formação continuada dos profissionais de segurança pública e o desenvolvimento de programas institucionais voltados à melhoria da qualidade do ensino e à inovação pedagógica.

Para os Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu e Stricto Sensu*, são admitidos candidatos com curso superior completo, selecionados de acordo com critérios definidos pelas respectivas comissões coordenadoras dos programas.

12.1 ENSINO DE GRADUAÇÃO

O Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP) conta com dois cursos de graduação tecnológica devidamente autorizados pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/PA) e MEC, cujos diplomas são expedidos pelo IESP e registrados pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Em 2020, por meio da Resolução nº 366/2020–CONSUP (publicada no Diário Oficial do Estado em 24/09/2020), fundamentada no Parecer nº 09/2020 do CEE/PA, os diplomados no Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar (CFO BM), inclusive das turmas iniciadas anteriormente ao ano de 2018, passaram a receber o título de Bacharel em Segurança Contra Incêndio e Emergências, sob supervisão pedagógica da CES.

Por sua vez, o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar (CFO PM), credenciado como Bacharelado em Ciências de Defesa Social e Cidadania pela Resolução nº 742/2014–CEE/PA e recredenciado por cinco anos pela Resolução nº 610/2018–CEE/PA, concluiu, em 2024, sua mais recente turma com currículo de três anos de duração, conferindo aos concluintes o título de bacharel.

Ao longo de sua trajetória, o IESP tem demonstrado um crescimento gradual no número de cursos ofertados e no contingente de docentes e discentes vinculados à graduação.

A seguir, os Quadros 33 e 34 apresentam o quantitativo de discentes concluintes e previsão de vagas ofertadas nos cursos de graduação, organizados por modalidade:

Quadro 33 – Quantitativo de discentes matriculados e concluintes em cursos de graduação presencial e na modalidade EAD, de 2017 a 2024.

CURSO	MODALIDADE	PERÍODO	MATRICULADOS	CONCLUINTES
Bacharelado em Segurança Contra Incêndio e Emergências - CFO BM	Presencial	2017- 2019	29	29
Bacharelado em Ciências de Defesa Social e Cidadania - CFO PM	Presencial	2022 - 2024	02	02
Superior de Tecnologia em Segurança Pública	EAD	2021 - 2023	100	80
	EAD	2022 - 2024	262	228
TOTAL			**393**	**339**

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

Quadro 34 – Relação de cursos de graduação ofertados e previsão de vagas (2025–2034).

CURSO	MODALI-DADE	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	VAGAS
Tecnologia em Gestão Pública	EAD	50	00	50	00	50	00	50	00	50	00	**250**
Superior de Tecnologia em Segurança Pública	EAD	00	50	00	50	00	50	00	50	00	50	**250**
Bacharelado em Segurança Contra Incêndio e Emergências - CFO BM	Presencial	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	**300**

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

A continuidade do Bacharelado em Ciências de Defesa Social e Cidadania, correspondente ao CFO PM, encontra-se em discussão institucional, com vistas à sua adequação à legislação específica da corporação e à possível substituição do bacharelado por um curso de pós-graduação lato sensu.

12.2 ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

Os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* oferecidos pelo IESP, em caráter de formação continuada, têm como finalidade proporcionar aos estudantes de nível superior uma formação científica e cultural, voltada ao aprimoramento de conhecimentos acadêmicos e profissionais em áreas específicas de estudo.

Esses cursos possuem carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, com duração variável entre 08 (oito) e 24 (vinte e quatro) meses, conforme a proposta pedagógica de cada especialização. Historicamente, desde 2001, o IESP oferta cursos de Pós-Graduação Lato Sensu na área de Segurança Pública, consolidando-se como referência na formação continuada dos profissionais do setor.

Para o período de vigência 2025–2034, o IESP planeja a expansão da oferta de cursos e programas de pós-graduação, conforme relação apresentada no quadro 35:

Quadro 35 – Relação de cursos de pós-graduação lato sensu e previsão de vagas (2025–2034)

CURSO	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	VAGAS
Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social - CSP	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	**100**
Especialização em Segurança Pública - CAO PM	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	**300**
Especialização em Gestão de Unidade BM com Ênfase em Defesa Civil - CAO BM	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	**100**
Especialização em Defesa Social e Cidadania - CFO PM	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	**1.000**
Especialização em Docência do Ensino Superior em Segurança Pública	40	00	40	00	40	00	40	00	40	00	**200**
Especialização em Proteção e Defesa Civil - EAD	00	50	00	50	00	50	00	50	00	50	**250**
Especialização em Segurança Pública - EAD	00	50	00	50	00	50	00	50	00	50	**250**
Especialização em Gestão Socioambiental e Sustentabilidade - EAD	50	00	50	00	50	00	50	00	50	00	**250**

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

12.3 ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL

O IESP, por meio da CEP e CEC, exerce a supervisão pedagógica e a execução dos cursos de ensino técnico-profissional e complementar, assegurando a conformidade pedagógica, metodológica e normativa das ações formativas desenvolvidas no âmbito da Instituição.

Para fins de planejamento e monitoramento das metas estabelecidas neste PDI, convencionou-se a adoção do percentual, em geral, de 10% (dez por cento) ao ano por meta. Tal parâmetro fundamenta-se no fato de que a atuação da CEP e da CEC está diretamente condicionada às demandas externas oriundas dos órgãos integrantes do SIEDS e de parceiros institucionais, como Prefeituras Municipais.

Nesse contexto, o percentual estabelecido revela-se tecnicamente adequado e institucionalmente prudente, uma vez que considera as limitações operacionais, a disponibilidade de recursos humanos e logísticos, bem como a variabilidade das demandas apresentadas pelos órgãos demandantes. Dessa forma, a meta adotada assegura equilíbrio entre expansão e viabilidade operacional, evitando sobrecarga administrativa e pedagógica, ao mesmo tempo em que promove a melhoria contínua e o fortalecimento da oferta de ensino técnico-profissional no âmbito do IESP.

12.4 OUTROS PROGRAMAS PARA A MELHORIA DO ENSINO

No âmbito do fortalecimento da pós-graduação *stricto sensu*, o IESP vem desenvolvendo ações voltadas à consolidação da formação acadêmica em nível de mestrado, reconhecendo esse nível de ensino como estratégico para a qualificação científica, a produção de conhecimento e o aprimoramento das práticas profissionais em segurança pública. Atualmente, encontra-se em desenvolvimento 01 (um) projeto de formação *stricto sensu*, realizado em convênio da UEPA com a SEGUP, por meio do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTEC), sem financiamento externo, evidenciando o compromisso institucional com a formação avançada e a pesquisa aplicada.

De forma complementar, o Instituto se propõe a promover a integração entre pesquisadores, docentes e discentes, com o objetivo de fortalecer, de maneira estruturada, organizacional e funcional, os processos de ensino desenvolvidos no âmbito do IESP. A proposta visa implementar inovações didático-pedagógicas e experiências metodológicas que contribuam para o aprimoramento contínuo do processo de ensino-aprendizagem, favorecendo a construção de aprendizagens significativas e contextualizadas.

Entre as diretrizes propostas, destacam-se ações voltadas à dinamização do ensino, ao fortalecimento da articulação entre ensino, conhecimento e prática profissional, bem como à redução dos índices de retenção e evasão discente. A ideia é fomentar a reflexão crítica e o aprofundamento das propostas político-pedagógicas do IESP, incentivando a dinamização curricular e a participação ativa de docentes e discentes em atividades de pesquisa em ensino.

Adicionalmente, a proposta pretende estimular a produção de estudos e pesquisas na área da Segurança Pública, considerando a diversidade de contextos e práticas formativas, tais como espaços de aprendizagem, recursos e instrumentos didáticos, experiências educacionais e trajetórias docentes e discentes. Nesse sentido, promove a socialização de experiências e a disseminação de boas práticas pedagógicas no âmbito da Instituição.

13. INFRAESTRUTURA FÍSICA E ACADÊMICA

13. INFRAESTRUTURA FÍSICA E ACADÊMICA

O IESP dispõe de infraestrutura física e acadêmica compatível com suas finalidades institucionais, assegurando condições adequadas ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão administrativa e apoio. Os espaços físicos são planejados e organizados de forma a atender às especificidades da formação profissional na área da segurança pública, observando critérios de funcionalidade, acessibilidade, segurança e suporte tecnológico.

13.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA

A infraestrutura física do IESP está implantada em uma área total de mais de 60.900 m² distribuída em edificações destinadas às atividades acadêmicas, administrativas, operacionais e de apoio institucional. Os ambientes foram projetados para atender às demandas dos cursos de graduação, pós-graduação, ensino profissional e complementar, bem como às ações de pesquisa, extensão e capacitação continuada.

A organização e a distribuição dos espaços físicos do IESP encontram-se sistematizadas no Quadro 36, que apresenta os ambientes institucionais e suas respectivas áreas. O Quadro 37 apresenta o quantitativo de salas de aula e a capacidade de atendimento aos discentes.

Tais ambientes asseguram suporte adequado às atividades acadêmicas presenciais e a distância, às ações administrativas e às atividades de apoio tecnológico, garantindo condições estruturais compatíveis com os objetivos institucionais e com as diretrizes da formação em segurança pública, conforme consta no quadro nº 36, abaixo:

Quadro 36 – Distribuição dos espaços físicos da administração, dos blocos de ensino e de outros ambientes institucionais.

ORD.	BLOCO/SETOR	ÁREA (M²)
01	Bloco A - Diretoria, CES, CEP, CEC, NID, GT - Informática e Tecnologia, laboratório de informática, estúdio de gravação de aulas e banheiros.	418,41
02	Bloco B - ACADEPOL, APM, lanchonete, banheiros etc.	550,51
03	Bloco C - Salas de aula de ensino complementar, banheiros e PCD.	793,62
04	Bloco D - Refeitórios funcionários e discentes, cozinha, alojamento de oficiais e banheiro.	516,47
05	Bloco E e F, térreo - Academia de condicionamento físico, salas administrativas, almoxarifado, NAS, lavanderia, copa e banheiros.	1.508,26
06	Bloco E e F, 1º Pavimento - Alojamentos / vestiários.	1.492,70
07	Bloco G - Auditório.	252,20
08	Bloco H - Biblioteca, salas de aula e banheiro.	384,86
09	Bloco I, térreo - Administração, salas de aula e banheiros.	649,89
10	Bloco I, 1º pavimento - salas de aula e banheiros.	636,63
11	Torre de treinamento - Rapel.	123,13
12	Torre de treinamento - Casa de fumaça.	439,09
13	Tatame e banheiros.	201,00

Quadro 36 – Continuação.

14	Palanque.	65,20
15	Estande de tiro real / virtual.	2.465,82
16	Ginásio.	765,41
17	Piscina.	1.136,64
18	Barbearia e sapataria.	24,61
19	Subestação.	18,69
20	Portaria.	149,57
21	Lavanderia.	55,92
22	Vestiários da pista de atletismo.	31,47
23	Bloco J - Administração da ABM.	243,81
ÁREA TOTAL		**12.923,91**

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

Por fim, consta a área total exata de **60.903,567 m²,** com área construída de **12.923,91 m²**.

13.2 INFRAESTRUTURA ACADÊMICA

A infraestrutura acadêmica do IESP está organizada em blocos que abrigam a Direção, os setores administrativos, biblioteca, auditório, salas de aula, laboratórios profissionais e demais ambientes destinados à formação nos diferentes níveis de ensino.

Essa estrutura assegura condições adequadas ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, apoiadas por recursos didáticos, tecnológicos, informacionais e audiovisuais.

Atualmente, o IESP dispõe de **38 (trinta e oito)** salas de aula, distribuídas nos blocos de ensino superior, profissional e complementar, com capacidade total para **1.440 (mil quatrocentos e quarenta)** discentes, conforme apresentado no Quadro 37.

Quadro 37 – Quantitativo de salas de aula dos blocos de ensino superior, profissional e complementar.

ORD.	LOCAL	Nº DE SALAS	CAPACIDADE DE ALUNOS
01	Bloco C	15	560
02	Bloco H	12	500
03	Bloco J	05	175
04	Bloco F (mestrado)	01	15
05	Bloco I	04	90
06	Bloco G	01	100
TOTAL		**38**	**1.440**

Fonte: Elaborado pelo IESP (2024).

Além das salas de aula, a infraestrutura acadêmica é complementada por auditório, biblioteca, sala de gravação para aulas na modalidade de EAD e ambientes de apoio à formação prática.

Considerando as especificidades da formação em segurança pública, especialmente no âmbito militar, o IESP dispõe ainda de 28 (vinte e oito) alojamentos e 08 (oito) banheiros, assegurando suporte às atividades acadêmicas.

13.3 LABORATÓRIOS

Os laboratórios do IESP constituem ambientes pedagógicos especializados, destinados ao desenvolvimento de atividades práticas indispensáveis à formação profissional na área da segurança pública.

O IESP possui em sua estrutura 06 (seis) laboratórios profissionais, a saber:

I – Laboratório Profissional do Complexo de Treinamento Operacional em Altura e Espaço Confinado;

II – Laboratório Profissional do Complexo Esportivo;

III – Laboratório Profissional do Estande de Tiro Real / Virtual;

IV – Laboratório Profissional do Complexo Aquático;

V – Laboratório de Informática;

VI – Laboratório da Academia de Exercícios Resistidos (musculação).

Esses laboratórios são utilizados de forma integrada aos componentes curriculares dos cursos ofertados, possibilitando a articulação entre teoria e prática, o desenvolvimento de competências técnicas e operacionais e a consolidação do processo formativo dos discentes vinculados ao SIEDS.

Considerando a relevância estratégica desses ambientes para a formação profissional, a Instituição mantém políticas permanentes de manutenção, conservação, atualização tecnológica e adequação pedagógica dos laboratórios, assegurando sua plena funcionalidade e alinhamento às diretrizes institucionais.

14. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

14. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

A expectativa de investimentos prevista neste Plano contempla projetos estruturantes do IESP, os quais estão alinhados ao planejamento orçamentário institucional e às diretrizes da mantenedora financeira, que é a SEGUP, com execução prevista para o período de 2025 a 2034.

Entre os investimentos prioritários, destacam-se:

- Reestruturação da Biblioteca do IESP, visando atender plenamente às condições ambientais, bibliográficas, tecnológicas e de instalações físicas adequadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Melhoria das condições das instalações físicas, com vistas à adequação estrutural, funcional e tecnológica dos ambientes de ensino, conforme as necessidades pedagógicas e os padrões de qualidade estabelecidos pela Instituição.

Esses investimentos envolvem a aplicação de recursos financeiros para o período, conforme as prioridades definidas para a oferta do ensino, o desenvolvimento da pesquisa e a ampliação das ações de extensão. Sua execução está condicionada, ainda, à disponibilidade orçamentária da SEGUP, mantenedora do IESP.

15. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

15. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O IESP adota processos sistemáticos de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional, compreendendo mecanismos internos e externos, com a finalidade de assegurar a qualidade acadêmica, a eficiência administrativa e o cumprimento de sua missão institucional.

15.1 AVALIAÇÃO INTERNA

No âmbito interno, as avaliações abrangem as dimensões acadêmica e administrativa. Na esfera administrativa, o IESP realiza avaliações periódicas com o objetivo de analisar o cumprimento das metas e ações estabelecidas, bem como promover ajustes e correções de rumo sempre que necessário. Esse processo tem contribuído para o fortalecimento da cultura do planejamento institucional, integrando-o de forma efetiva à execução orçamentária e à tomada de decisões gerenciais.

No âmbito acadêmico, a Instituição promove, periodicamente, avaliação das ações formativas. Esse processo possibilita uma visão global da qualidade do ensino, cujos resultados são sistematizados e disponibilizados às coordenações e aos docentes, subsidiando ações de adequação pedagógica e promovendo o contínuo aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem.

A Avaliação Institucional Interna constitui-se, assim, em um instrumento de acompanhamento do desenvolvimento acadêmico, permitindo identificar aspectos relacionados à prática pedagógica, ao desempenho docente, à dinâmica das turmas e às condições institucionais que impactam a qualidade do ensino.

15.2 AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação da educação superior compreende processos destinados à análise das condições de funcionamento das instituições e da oferta de seus cursos, observadas as normas do respectivo sistema de ensino. No âmbito nacional, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, contempla a avaliação institucional, a avaliação dos cursos de graduação e a avaliação do desempenho dos estudantes.

No âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Pará, a avaliação das instituições e dos cursos de educação superior observa as disposições e os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/PA), incluindo a avaliação externa por comissão designada pelo Conselho, quando prevista nos procedimentos aplicáveis. Os resultados dessas avaliações constituem subsídios para o acompanhamento e o aprimoramento da qualidade acadêmica e institucional do IESP.

15.3 NORMAS PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA

Com o objetivo de assegurar a padronização, a imparcialidade e a confiabilidade dos resultados, o IESP estabelece normas específicas para a aplicação da Avaliação Institucional Interna, a saber:

a) A Avaliação será aplicada pelas Coordenadorias de Ensino;

b) A pesquisa poderá abranger o universo da turma ou ser realizada por amostragem;

c) Quando realizada por amostragem, deverá contemplar, no mínimo, 40% do total de discentes, observando-se a proporcionalidade entre os estratos da turma, recolhendo-se amostras proporcionais aos inícios de colocação dos alunos em sala de aula e para tanto é conveniente se dividir as turmas em três partes, obedecendo-se à antiguidade e retirando-se, aleatoriamente, de cada parte, o percentual preestabelecido;

d) O aplicador deverá esclarecer os objetivos da avaliação e a importância da veracidade das respostas, evitando qualquer tipo de indução;

e) A aplicação da Avaliação Institucional ocorrerá em sala de aula, com recolhimento imediato dos instrumentos de avaliação;

f) Os itens do questionário deverão ser esclarecidos de forma didática, garantindo a correta compreensão pelos respondentes;

g) A aplicação deverá ocorrer, preferencialmente, em horários adequados, evitando momentos próximos a intervalos ou ao término das atividades;

h) A avaliação discente-docente será realizada ao final de cada disciplina;

i) O aplicador deverá abster-se de emitir opiniões pessoais sobre docentes ou disciplinas;

j) A avaliação deverá contemplar, no máximo, oito docentes por dia, a fim de evitar desgaste dos respondentes;

k) O resultado da avaliação docente constituirá elemento subsidiário da análise final, juntamente com a avaliação do desempenho da turma pelo docente e a avaliação do professor pela coordenação do curso;

l) O docente deverá realizar, ao final da disciplina, a avaliação da turma, conforme instrumento próprio, utilizando escala quantitativa de 1 a 5, conforme previsão institucional vigente;

m) As avaliações realizadas pelos discentes também utilizarão escala quantitativa de 1 a 5, conforme normativas institucionais;

n) O corpo docente será avaliado pela Coordenação do Curso e/ou pela Assessoria Pedagógica, conforme formulário específico;

o) Os resultados das avaliações serão tabulados pelos setores de Controle Pedagógico, em conjunto com as unidades acadêmicas, e encaminhados às instâncias competentes;

p) A CPA realizará avaliação anual, como rotina institucional, com ampla sensibilização da comunidade acadêmica.

15.4 UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

Os resultados dos processos avaliativos constituem subsídios fundamentais para a melhoria contínua do desempenho institucional e da qualidade do ensino ofertado pelo IESP.

Com o objetivo de facilitar a análise, a sistematização e a comparação dos resultados, a CPA adota indicadores e índices para mensurar cada dimensão avaliada. A partir do terceiro ciclo da autoavaliação institucional, esses índices possibilitaram a identificação de pontos fortes e fragilidades, destacando-se, entre as dimensões melhor avaliadas, a Responsabilidade Institucional, a Política de Atendimento aos Discentes e o Planejamento e Avaliação. Em contrapartida, apresentaram resultados que demandam maior atenção as dimensões de Sustentabilidade Financeira, Infraestrutura Física e Organização e Gestão Institucional.

A CPA promove o aperfeiçoamento contínuo da metodologia de cálculo dos indicadores a cada ciclo avaliativo, de modo a subsidiar a Administração Superior com informações qualificadas, capazes de orientar a superação de desafios e a consolidação dos aspectos positivos identificados.

O desempenho institucional nas dimensões avaliadas é acompanhado de forma sistemática e institucionalizada, permitindo que o IESP integre os resultados das avaliações aos processos de tomada de decisão, correção de rumos e planejamento institucional.

Com base nos diagnósticos produzidos, o IESP tem envidado esforços para a ampliação e qualificação de seus recursos físicos, orçamentários e humanos, com vistas ao cumprimento de sua missão institucional. Dessa forma, a Instituição busca conferir maior efetividade aos resultados dos processos avaliativos, incorporando-os de maneira estruturada ao planejamento institucional e promovendo a melhoria contínua de suas práticas acadêmicas e administrativas.

16.CONSIDERAÇÕES FINAIS

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente PDI consolida as diretrizes estratégicas, acadêmicas, administrativas e financeiras do IESP, estabelecendo metas e ações para o período de 2025 a 2034, correspondente a um horizonte de planejamento de 10 (dez) anos. Esse planejamento de médio e longo prazo reafirma o compromisso institucional com a formação qualificada dos profissionais da segurança pública, em consonância com as demandas sociais, os marcos legais e as políticas públicas educacionais vigentes.

Ao longo deste documento, foram sistematizadas a missão institucional, as políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão, bem como a estrutura organizacional, a infraestrutura física e acadêmica, os aspectos financeiros e orçamentários e os mecanismos de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional. Esses elementos evidenciam a preocupação do IESP com a oferta de uma educação pública de qualidade, pautada pelos princípios da eficiência administrativa, responsabilidade social, transparência, sustentabilidade e melhoria contínua.

O PDI prevê ações estruturantes voltadas à ampliação e qualificação da infraestrutura física, acadêmica e tecnológica, ao fortalecimento dos ambientes de ensino e aprendizagem, à valorização e capacitação permanente dos recursos humanos e ao aprimoramento dos processos de gestão acadêmica e administrativa. A adoção de instrumentos sistemáticos de avaliação institucional, internos e externos, constitui elemento central para o monitoramento das metas estabelecidas ao longo do decênio, possibilitando a identificação de fragilidades, a consolidação de potencialidades e o redirecionamento de estratégias sempre que necessário.

No que se refere aos aspectos financeiros e orçamentários, o Plano estabelece diretrizes compatíveis com a capacidade institucional e com a realidade orçamentária da mantenedora, prevendo a execução escalonada dos investimentos ao longo do período de vigência do PDI. Essa estratégia assegura o alinhamento entre o planejamento acadêmico e a execução orçamentária, em articulação permanente com a Secretaria de Estado de Segurança Pública, mantenedora do IESP, garantindo a sustentabilidade das ações propostas.

Dessa forma, o presente PDI configura-se como um instrumento dinâmico de planejamento, gestão, acompanhamento e avaliação, orientador das ações institucionais do IESP no período de 2025 a 2034. Ao final, reafirma-se o compromisso do Instituto com a formação ética, técnica, cidadã e socialmente referenciada dos profissionais da segurança pública, contribuindo para o fortalecimento das instituições, a promoção dos direitos humanos e a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTET, Marguerite. As competências do professor profissional: entre conhecimentos, esquemas de ação e adaptação, saber analisar. In: PERRENOUD, Philippe et al. (org.). Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências? 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

AZEVEDO E SOUZA, Valdemarina Bidone de. Tornar-se autor do próprio projeto. In: GRILLO, Marlene; MEDEIROS, Marilú. A construção do conhecimento e sua mediação metodológica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 203–222.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Justiça. Programa de treinamento para instrutores e especialistas policiais. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Curso de formação de formadores. Brasília, DF: Rede EaD Senasp, 2006. Disponível em: http://senasp.dtcom.com.br/. Acesso em: 4 jun. 2007. Acesso restrito mediante login e senha.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento de Pessoas. Matriz curricular nacional para formação dos profissionais de segurança pública. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento de Pessoas. Matriz curricular em movimento: malha curricular. Brasília, DF, 2006.

CORDEIRO, Bernadete M. P.; SILVA, Suamy S. Direitos humanos: referencial prático para docentes do ensino policial. 2. ed. Brasília, DF: CICV, 2005.

ETGES, Norberto Jacob. Ciência, interdisciplinaridade e educação. In: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (org.). Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (org.). Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 204 p.

LE BOTERF, Guy. Desenvolvendo a competência dos profissionais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Magistério).

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar?: currículo, área, aula. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 159 p.

MORIN, Edgar. O método III: o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 1999.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERRENOUD, Philippe et al. (org.). Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências? 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

POZO, Juan Ignacio. Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SCHÖN, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, António (org.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 5. ed. Belém: GRAPEL, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.